



FLÁVIA LUCIANO SANTOS

DAS VIOLÊNCIAS: CRÔNICAS DE A *BOCA NO MUNDO*, DE FERNANDO BONASSI

**TRÊS CORAÇÕES – MG
2020**



FLÁVIA LUCIANO SANTOS

DAS VIOLÊNCIAS: CRÔNICAS DE A *BOCA NO MUNDO*, DE FERNANDO BONASSI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras – Linguagem, Cultura e Discurso – da Universidade Vale do Rio Verde (UninCor), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Letras.
Área de Concentração: Letras.

Orientador: Dr. Luciano M. Dias Cavalcanti.

TRÊS CORAÇÕES – MG

2020

82.08

S237d

SANTOS, Flávia Luciano

Das violências : crônicas de A Boca no Mundo, de Fernando Bonassi – Três Corações : Universidade Vale do Rio Verde, 2020.

118 fls.

Orientador : Prof. Dr. Luciano M. Dias Cavalcanti

Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações/
Mestrado em Letras.

1. Bonassi, Fernando. 2. crônica. 3. Violência 4. Denúncia. 4. Pobres. I. Prof. Dr. Cavalcanti, Luciano M. Dias orientador. II. Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações. III. Título.

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA POR FLÁVIA LUCIANO SANTOS, COMO PARTE DOS REQUISITOS PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE NO PROGRAMA DE MESTRADO EM LETRAS

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de dois mil e vinte, reuniu-se, remotamente, a Comissão Julgadora, constituída pelos professores doutores: Prof. Dr. Luciano Marcos Dias Cavalcanti (UninCor), Profa. Dra. Carina Ferreira Lessa (Estácio de Sá/RJ) e Profa. Dra. Cilene Margarete Pereira (UninCor), para examinar o(a) candidato(a) Flávia Luciano Santos na defesa de sua dissertação intitulada: "DAS VIOLÊNCIAS: CRÔNICAS DE A BOCA DO MUNDO, DE FERNANDO BONASSI". O(A) Presidente da Comissão, Prof. Dr. Luciano Marcos Dias Cavalcanti, iniciou os trabalhos às 14:00 hs, solicitando ao(à) candidato(a) que apresentasse, resumidamente, os principais pontos do seu trabalho. Concluída a exposição, os examinadores arguíram alternadamente a candidata sobre diversos aspectos da pesquisa e da dissertação. Após a arguição, que terminou às 16:30 hs., a Comissão reuniu-se para avaliar o desempenho da candidata, tendo chegado ao seguinte resultado: Prof. Dr. Luciano Marcos Dias Cavalcanti (Aprovado), Profa. Dra. Carina Ferreira Lessa (Aprovado), Profa. Dra. Cilene Margarete Pereira (Aprovado). Em vista deste resultado, a candidata Flávia Luciano Santos foi considerada Aprovada, fazendo jus ao título de Mestre pelo Programa de Mestrado em Letras. Sendo verdade, eu, Profa. Francislaine Santos Silva do Rosário, Secretária Geral da UninCor, confirmo e lavro a presente ata, que assino juntamente com os Membros da Banca Examinadora. Três Corações, 27 de agosto de 2020.

Novo título (sugerido pela banca):



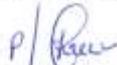
Prof. Luciano Marcos Dias Cavalcanti (UninCor)



Profa. Dra. Carina Ferreira Lessa (Estácio de Sá/RJ)



Profa. Dra. Cilene Margarete Pereira (UninCor)



Prof. Francislaine Santos Silva do Rosário
Secretária Geral - UninCor

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que se fez presente em cada escrita desse trabalho quando nos referimos à igualdade, justiça e o bem comum. Esse é o ensinamento que Ele me inspira e eu tento perseguir. Não ao que nos fizeram acreditar, favorecendo para uma aceitação do inadmissível e a submissão de uma pessoa pela outra, mas, sim, o de partilha e amor.

Ao querido professor Dr. Luciano Marcos Dias Cavalcanti que, com sua sensibilidade, doçura e paciência, me orientou no campo da pesquisa, da arte e da literatura. Sempre muito acessível e compreensivo no meu “engatinhar” nessa área. Lembrarei sempre com muito carinho do “Não deixe o seu filé mignon queimar, Flávia”.

À coordenadora e professora Dra. Cilene Margarete Pereira que desde que iniciei o sonho de realizar o mestrado me ajudou e orientou sobre o caminho a seguir. Ao grupo de estudo que ela coordenou, que tenho o privilégio em fazer parte, contribuindo para o meu amadurecimento pessoal e profissional. Toda minha gratidão e admiração.

A todos os outros professores do programa, muito valiosos e influentes nessa pesquisa. Por cada ensinamento e partilha de conhecimento. Aos meus colegas de classe. Pude aprender muito com todos e o prazer de conviver com cada um nessa caminhada. Aprendi muito com cada um de vocês.

À minha família que me sustentou quando precisei. Que entendeu minha ausência e desespero. Vocês foram essenciais para eu chegar até aqui e me fizeram acreditar que seria possível.

À Prefeitura Municipal de Três Corações pelo apoio financeiro e o incentivo à pesquisa, fundamental para a conclusão desse trabalho.

RESUMO: Esta pesquisa buscou refletir sobre os modos de representação da violência nas crônicas do livro *A boca no mundo*, de Fernando Bonassi, publicado em 2007. Em suas crônicas, Bonassi representa acontecimentos do cotidiano impressos na grande cidade, que muitas vezes passam despercebidos por nós, revelados por meio de uma linguagem coloquial (própria da crônica). O olhar do autor se volta para a realidade dos menos favorecidos, vítimas de um sistema social que os oprime e os exclui de seus direitos fundamentais, aludindo a uma violência estrutural, que resulta, muitas vezes, em uma violência direta. Entre as crônicas que compõem *A boca no mundo*, escolhemos, para essa pesquisa, refletir sobre “Nossa Senhora Aparecida”; “Os pandas não têm vergonha”; “Meu encontro com Deus”; “Os sacrifícios”; “Pode ser um assalto”; “Fome de quem?” e “Termo de compromisso com a verdade”. As cinco primeiras crônicas possuem uma estrutura narrativa, assemelhando-se ao conto. As duas últimas têm um caráter reflexivo. Essas crônicas possibilitam desfazer impressões de que muitas ações violentas, tidas como naturais no cotidiano, são originárias de relações desiguais entre as pessoas.

PALAVRAS-CHAVES: Bonassi; crônica; violências; denúncia; pobres.

ABSTRACT: This research sought to reflect on the ways of representing violence in the chronicles of the book *A boca na mundo*, by Fernando Bonassi, published in 2007. In his chronicles, Bonassi represents everyday events printed in the big city, which often go unnoticed by us, revealed through colloquial language (typical of the chronicle). The author's gaze turns to the reality of the least favored, victim of a social system that oppresses them and excludes them from their fundamental rights, alluding to structural violence, which often results in direct violence. Among the hundred chronicles that make up *A boca no mundo*, we chose, for this research, to reflect on “Nossa Senhora Aparecida”; "Os pandas não têm vergonha"; "Meu encontro com Deus"; "Os sacrifícios"; "Pode ser um assalto"; “Fome de quem?” e “Termo de compromisso com a verdade”. As the first five chronicles have a narrative structure, resembling the tale. The last two are reflective. These chronicles make it possible to undo the impression that many violent actions, considered natural in everyday life, originate from unequal relationships between people.

KEY WORDS: Bonassi; chronic, violence, complaint; poor.

A árvore que não dá fruto
É xingada de de estéril.
Quem examinou o solo?

O galho que quebra
É xingado de pobre, mas
Não haveria neve sobre ele?

Do rio que tudo arrasta
Se diz que é violento
Ninguém diz violentas
Às margens que o cerceiam.

(Bertold Brecht)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. ASPECTOS DA NARRATIVA CONTEMPORÂNEA	13
1.1. Breve panorama da narrativa contemporânea.....	13
1.2. Aspectos da narrativa de Fernando Bonassi	20
2. CRÔNICA	32
3. VIOLÊNCIAS NAS CRÔNICAS DE A BOCA NO MUNDO	44
3.1. “Nossa Senhora Aparecida”	45
3.2. “Os pandas não têm vergonha”	56
3.3. “Termo de compromisso com a verdade”	68
3.4. “Fome de quem”	72
3.5. “Meu encontro com Deus”	82
3.6. “Os sacrifícios”	94
3.7. “Pode ser um assalto”	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	115

INTRODUÇÃO

O livro *A boca no mundo*, publicado por Fernando Bonassi, em 2007, reúne crônicas que foram inicialmente publicadas para o jornal *Folha de S. Paulo*, entre os anos de 2002 a 2006. As crônicas selecionadas para compor este livro envolvem personagens pobres, não necessariamente de personagens miseráveis, mas personagens que possuem um emprego ou subemprego com salário baixo, moradia precária e sem condições de lazer. A condição de subempregado envolve o exercício de uma atividade sem a necessidade de qualificação profissional. O trabalhador pode até ser qualificado para uma determinada função, porém, devido à ausência de oportunidade para exercer sua profissão, executa tarefas inferiores à sua instrução profissional. Como pode também trabalhar em subemprego devido a pouca ou nenhuma condição de qualificação profissional, sendo o subemprego uma das poucas opções para conseguir seu sustento e o sustento de sua família, estando este relacionado com a ilegalidade, baixos salários, ausência de direitos trabalhistas e segurança da atividade exercida, além da humilhação decorrente da função e o desprestígio social, ocasionando uma espécie de subcidadania. A condição dos personagens do Bonassi, desempregados ou subempregado, denuncia também a inércia do Estado em relação a manutenção dos direitos básicos, garantidos pela Constituição Federal, de 1988.

As crônicas presentes no livro são, em muitas delas, construídas por meio de diálogos entre os personagens, que acusam o desencantamento das relações sociais, principalmente em grandes centros urbanos, nos quais há um modo violento de viver, impresso no cotidiano, e a dominação de uma classe pela outra. Assim, elas acusam a desigualdade social e a pouca interferência do Estado para impedir e/ou diminuir a diferença econômica e social entre os grupos antagônicos. A manutenção da desigualdade social é configurada por uma ideologia da classe dominante, que naturaliza as relações de poder de uma classe pela outra. Para a manutenção dessa ideologia, o Estado possui seus aparelhos ideológicos: a Igreja, a Escola e o Exército. (ALTRUSSER, 2001)

Há também crônicas, no livro, que nos parece ser uma espécie de denúncia, visto que o autor identifica, na maioria das vezes, de forma irônica, a omissão do Estado, as políticas públicas ineficazes e corruptas e a relação de poder deturpada do nosso país, parecendo ser essas crônicas respostas à situação de marginalidade que vivem os personagens.

A condição precária dos personagens é consequente também da globalização e avanços tecnológicos que substituíram pessoas por máquinas, o que acarretou a extinção de

várias profissões e diminuiu o número de pessoas necessárias para a realização do processo fabril. Decorre das relações de poder com interesses particulares e discriminatórios que desprezam a condição humana em um grupo social e valorizam o lucro em detrimento da dignidade do indivíduo e também da ausência do poder público para configurar uma sociedade justa e igualitária.

Bonassi escreve sobre a realidade do trabalhador pobre com bastante propriedade, devido, provavelmente, ao fato de ter feito parte desse grande grupo, pois trabalhou na indústria automobilística como operário mecânico e viu seu trabalho ser substituído pela tecnologia. Essa experiência de perder sua vaga no mercado de trabalho, consequente de um sistema capitalista que visa ao lucro e ignora a condição humana, é compartilhada pelo autor como seus personagens, que assume o lugar de fala desses. O autor representa, na maioria das crônicas contidas no livro, a realidade presente nos grandes centros urbanos. Fernando Bonassi, que nasceu em São Paulo, simboliza a experiência do ritmo acelerado que é viver na maior cidade do país, especificamente em seus bairros periféricos, exprimindo a condição do trabalhador pobre nos grandes centros.

Considerando este contexto, o estudo aqui apresentado busca refletir sobre as diversas violências presentes no dia a dia do trabalhador pobre a partir da leitura e análise de sete crônicas do livro *A boca no mundo*. A violência mais presente na obra e a que mais nos interessa neste trabalho se refere a uma violência tácita, silenciosa e, muitas vezes, mascarada, naturalizada e impressas nas relações sociais, que estrutura a própria sociedade, chamada de violência estrutural (CONTI, 2016). As narrativas de Bonassi acusam, às vezes de modo sutil; outras, nem tanto, a indiferença da sociedade em relação à vida indigna de seus personagens pobres, como se o sofrimento e a humilhação sofrida por estes indivíduos fossem naturais, legitimando um estado de carência e privação. As crônicas selecionadas são: Nossa Senhora Aparecida”, “Pode ser um Assalto”, “Meu encontro com Deus”, “Os sacrifícios”, “Os pandas não têm vergonha”, “Termo de compromisso com a verdade” e “Fome de quem?”. As cinco primeiras crônicas possuem uma estrutura narrativa, assemelhando-se ao conto. As duas últimas têm um caráter reflexivo. Nos dois grupos é possível perceber como as crônicas de Bonassi sintetizam com maior frequência a violência social, psicológica, política, estrutural e simbólica, violências sobre as quais nos interessa refletir neste trabalho.

Um levantamento bibliográfico inicial, feito por meio de pesquisas em bancos de teses da CAPES em 2018, no início dessa pesquisa, revelou a inexistência de estudos dedicados à obra *A boca no mundo*. Há estudos referentes às obras do autor, sendo apenas dez deles

contemplam a temática violência nas obras de Bonassi, nenhum focando nas crônicas do livro em questão.¹ Considerando a lacuna acima citada, tornou-se objetivo da pesquisa também empreender um estudo crítico da obra em questão no sentido de refletir sobre a representação de personagens excluídos e oprimidos (trabalhadores, habitantes da periferia, a mulher, desempregados, etc.), esquecidos pela sociedade (neo)liberal.

Para melhor organização das ideias expostas nesta pesquisa, ela se estrutura em três capítulos. O primeiro, chamado “Aspectos da narrativa brasileira contemporânea”, aponta alguns aspectos dos textos narrativos produzidos por nossos autores recentes. Buscamos, assim, expor características, formas, tendências e temas apresentados na literatura contemporânea, que engloba produções dos finais do século XX e da primeira metade do século XXI (CANDIDO, 1989; RESENDE, 2008; SCHOLLHAMER, 2009). Junto a isso, apresentamos algumas obras de Fernando Bonassi, por meio de sua fortuna crítica, destacando sua narrativa (MATOS, 2007; JACOBY, 2015; ROCHA, 2016; PEREIRA, 2018)

No segundo capítulo, “A crônica”, dedicamo-nos a apresentar o gênero crônica, considerando sobretudo sua hibridez, visto ser um gênero fronteiro, nascido no jornal e eternizado no suporte físico do livro. No capítulo, refletimos também sobre o gênero na tentativa de identificar os tipos de crônicas mais conhecidas (COUTINHO, 1971; ARRIGUCI JR., 1987; CANDIDO, 1992; SIMON, 2011, entre outros)

No terceiro capítulo, “Violências nas crônicas de *A boca no mundo*”, dedicamo-nos a analisar diversos tipos de violência configurados no cotidiano dos personagens das crônicas selecionadas, buscando compreender como as violências social, política, simbólica, psicológica e estrutural são discutidas por Bonassi, amparados por um forte referencial teórico (ODALIA, 1983; SAFIOTTI, 1987; BOURDIEU, 1989, 2012; ALTRUSSER, 2001; FREUD, 2009, 2015; ZALUAR, 2007). Nesse caso, cada item do capítulo será reservado ao exame de uma das crônicas. O material selecionado para análise nos permite refletir sobre a naturalização da violência em nosso cotidiano e compreender que o que entendemos como violência (normalmente aquela que podemos visibilizar) é originária de outras formas de exercício da violência e de dominação (CHAUI, 1980; GINZBURG, 2010, 2013), sobretudo de grupos privilegiados do ponto de vista social, que remete ao processo histórico de formação do Brasil. (CHAUI, 2000).

¹ São alguns destes estudos, identificados nas referências finais deste trabalho: CRUZ, 2009; FERNANDES, 2012; JACOBY, 2015; ROCHA, 2016.

1. ASPECTOS DA NARRATIVA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

1.1. Breve panorama da narrativa brasileira contemporânea

Para falar sobre narrativa contemporânea brasileira é necessário falar do presente. Daquilo que temos acesso imediato. A narrativa contemporânea se afasta de uma temporalidade indefinida e se realiza no agora. Se configura da organização das relações sociais, políticas e culturais. Karl Erik Schollhammer em seu livro, *Ficção brasileira contemporânea*, considera a literatura contemporânea como a “ficção do momento”. Para o crítico, “[...] há certamente uma preocupação pela criação de sua própria presença, [...] de impor sua presença performativa. [...] reformula o desafio do imediato tanto na criação quanto na divulgação da obra e no impacto do contato com o leitor.” (SCHOLLHAMMER, 2009, p. 13). Ela não ignora o processo histórico do qual fazemos parte, mas relaciona-o diretamente com as implicações do presente.

O regime da ditadura militar, de caráter autoritário, iniciado nos anos de 1964 com a derrubada do governo de João Goulart, então presidente eleito democraticamente, durou 20 anos, configurando uma nova reflexão política e social a partir desse período. As formas de representar o mundo adquiriu ânsias por entendimentos e apreensões da realidade imediata, manifestando caráter de urgência e de denúncia. Schollhammer identifica uma narrativa compromissada com

[...] uma crítica social e política contra qualquer tipo de autoritarismo. Não apenas resultado de um governo antidemocrático, mas em consequência da promoção de uma sociedade industrial avançada, do liberalismo globalizado sob os princípios do capitalismo selvagem como norma para o progresso da nação e do bem-estar dos cidadãos. (SCHOLLHAMMER, 2009, p. 23)

Beatriz Resende, em “A literatura brasileira na era da multiplicidade”, acrescenta que essa nova expressão deriva: “[...] [das] contingências do momento que foi chamado de pós-moderno com a substituição dos dogmas modernistas por movimentos plurais, posteriores à superação de classificações fundadas em dicotomias.” (RESENDE, 2008, p. 18). Vem, neste sentido, para interromper a cultura literária presente na época e propor uma nova experiência de ficção e um olhar diferente para realidade emergente do país. A literatura passa a assumir um movimento de inclusão e diversidade.

A literatura brasileira se sensibilizou pelas questões políticas da época e por todos os excluídos, assumiu uma forma de protesto em um momento em que se queria calar a voz do

povo. Sobre os excluídos acendeu uma luz e tornou visível sua realidade, em um momento que a nação brasileira atravessava um duro golpe de caráter autoritário, a ditadura militar brasileira. Nesse sentido, Pellegrini considera que:

[...] a produção literária da última década [80] constitui um elemento significativo particular para o entendimento do momento histórico, porque recria esse momento, definindo-o, revelando-o, ao mesmo tempo que conquista para si o significado único, específico e intransferível da realidade literária, linguisticamente traduzida. (PELLEGRINI, 1987, p. 32)

Adriana Dória Matos, em sua dissertação *Flagrantes de rua Centros urbanos brasileiros e marginalidade nas crônicas de João do Rio e Fernando Bonassi*, reconhece que

[...] o que sustenta a tradição realista, neste início dos anos 2000, é uma prosa baseada nos problemas atuais, como uma crítica voltada aos enfrentamentos e conflitos gerados nos grandes centros urbanos, que provoca no público interesse semelhante ao do noticiário, por serem eles “casos de verdade”. O público pragmático, mantém-se imerso naquilo que acredita ser “a realidade dos fatos”, por mais que saibamos que “realidade” não passa de construções. (MATOS, 2007, p.100)

Resende examina a narrativa contemporânea na era da multiplicidade. Situada entre os anos 1990 e os anos 2000. Ela identifica essa narrativa diretamente influenciada por questões políticas e pelo advento da tecnologia - a internet, causando interferências em toda cultura e, conseqüentemente, na literatura. Segundo Resende, essas transformações foram no sentido de:

[...] deixar jargões tradicionais no trato do literário e, saudavelmente, conhecer termos que vão da antropologia ao vocabulário do misteriosos universo da informática, tudo atravessado pelas necessárias reflexões políticas. (RESENDE, 2008, p. 15).

Resende ainda identifica nessa nova narrativa uma fertilidade na forma de expressão. A reprodução da literatura não ficou restrita ao mercado editorial e passou a usar como instrumento a internet. Esse novo instrumento, menos burocrático e mais acelerado que a publicação de um livro, talvez até de modo surpreendente, não trouxe prejuízos em relação a qualidade do texto. Essa segunda constatação de Resende sugere que:

Em praticamente todos os textos de autores que estão surgindo revela-se, ao lado da experimentação inovadora, a escrita cuidadosa, o conhecimento das muitas possibilidades de nossa sintaxe e uma erudição inesperada [...] nossos escritores parecem estar escrevendo tão rápido quanto bem. (RESENDE, 2008, p. 17)

A terceira constatação feita por Resende sobre a literatura das décadas de 90 e 00 é a multiplicidade, configurada na linguagem, no formato e na relação que estabelece com o leitor. A literatura passa a assumir um caráter de resistência à opressão e à escrita padronizada do cânone vigente e hegemônica. Para Resende: “São múltiplos tons e temas e, sobretudo múltiplas convicções sobre o que é literatura.” (RESENDE, 2008, p. 18). A nova narrativa iniciada na década de 90 passa a assumir um caráter de liberdade, inclusão e pluralidade de expressões e do acesso à literatura através de blogs e outros meios informatizados. Desse novo veículo de divulgação da literatura, Schollhammer reconhece que:

As novas tecnologias oferecem caminhos inéditos para esses esforços, de maneira particular, os *blogs*, que facilitam a divulgação dos textos, driblando os mecanismos do mercado tradicional do livro, bem como o escrutínio e o processo seletivo das editoras. Com essas novas plataformas de visibilidade da escrita surgiu um inédito espaço democrático e foram criadas condições para um debate mais imediato em torno de novas propostas de escrita. (SCHOLLHAMMER, 2009, p. 13)

Outras tendências surgiram, influenciando os autores a uma nova expressão da forma literária. É o que Schollhammer chamou de “romance-reportagem”, que ele identifica como

[...] a aproximação entre reportagem/crônica jornalística, romance e conto era uma resposta direta aos censores que entraram nas redações dos jornais em 1958 [...]. Os escritores, muitos deles também jornalistas, incluíam no romance, sob forma ficcional, a notícia reprimida e censurada. (SCHOLLHAMMER, 2009, p. 25)

Portanto, ocorreu uma diversificação da escrita, aparição de novos escritores e incluíam-se, neste contexto, aqueles que já tinham se consagrado antes dessa nova perspectiva literária, mas que passaram a compor os novos autores da narrativa contemporânea. Ocorreu uma hibridez para compor a nova narrativa a propósito das linguagens midiáticas. Antonio Candido, em “A nova narrativa”, já atestava essa hibridez nas décadas de 1960-70.

Não se trata mais de coexistência pacífica das diversas modalidades de romance e conto, mas do desdobramento destes gêneros, que na verdade deixam de ser gêneros, incorporando técnicas e linguagens nunca antes imaginadas dentro de suas fronteiras. Resultam textos indefiníveis: romances que mais parecem reportagens; contos que não se distinguem de poemas ou crônicas, semeados de sinais e fotomontagens; autobiografias com tonalidade e técnica de romance; narrativas que são cenas de teatro; textos feitos com a justaposição de recortes, documentos, lembranças, reflexões de toda a sorte. A ficção recebe na carne mais sensível o impacto do *boom* jornalístico moderno, do espantoso incremento de revistas e pequenos semanários, da propaganda, da televisão, das vanguardas poéticas que atuam

desde o fim dos anos 50, sobretudo o concretismo, *storm-center* que abalou hábitos mentais, inclusive porque se apoiou em reflexão teórica exigente. (CANDIDO, 1989, p. 209-210)

O "realismo" literário contemporâneo reúne a construção de modalidades literárias e jornalísticas, sem fronteiras para trazer ao leitor o presente de uma forma mais consistente. Schollhammer, anos depois de Candido, chamou atenção para:

[...] o hibridismo crescente entre a escrita literária e a não literária, seja jornalística e pública, seja pessoal e íntima. De modo geral, percebe-se, nos escritores da geração mais recente, a intuição de uma possibilidade, algo que estaria impedindo-os de intervir e recuperar a aliança com a atualidade e que coloca o desafio de reinventar as formas históricas do realismo literário numa literatura que lida com os problemas do país e que expõe as questões mais vulneráveis do crime, da violência, da corrupção e da miséria. (SCHOLLHAMMER, 2009, p. 14)

Schollhammer insiste nessa hibridez e a traduz como uma espécie de multimídia expressa na literatura contemporânea. Segundo o crítico, “[...] é resultado da interação entre a literatura e outros meios de comunicação, principalmente meios visuais, como fotografia, cinema, publicidade, vídeo e a produção da mídia em geral.” (SCHOLLHAMMER, 2009, p. 31).

Mesmo diante da multiplicidade e heterogeneidade reconhecidas nessa nova narrativa, há uma predominância na manifestação da narrativa literária contemporânea. O imediato possui uma importância maior em relação a outros temas, que é o que Resende chama de presentificação. Com a passagem de um presente cheio de urgências do regime ditatorial, a evidência do descontentamento em relação às utopias remetidas ao futuro, a literatura passa assumir o imediato. Diante das novas configurações sociais e políticas, se faz necessário dar conta do presente e sua urgência, ficando em segundo plano períodos, como o passado e futuro. Segundo Resende, a presentificação se revela através de:

[...] atitudes, como a decisão de intervenção imediata de novos atores presentes no universo da produção literária, escritores moradores da periferia ou segregados da sociedade, como os presos que eliminaram mediadores na construção de narrativas, com novas subjetividades fazendo-se definitivamente donas de suas próprias vozes [...]. O que interessa sobretudo, são o tempo e o espaço presentes, apresentados com a urgência que acompanha a vivência com o intolerável. (RESENDE, 2008, p. 28)

Schollhammer chama atenção também para essa **presentificação**, no sentido de que

Não se deve confundir, entretanto, esse traço com a busca modernista por um presente de novidade e inovação, que certamente foi um mote importante da literatura utópica, visando a arrancar um futuro embrionário do presente pleno recriado na literatura. (SCHOLLHAMMER, 2009, p. 11)

Se revela também na presentificação aspectos formais que implica, segundo Resende, em “[...] a importância que vem adquirindo o conto curto ou curtíssimo em novos escritores, como Fernando Bonassi e Rodrigo Naves, ou nas pequenas edições para serem lidas de um só fôlego.” (RESENDE, 2008, p. 28).

Para Schollhammer, “O uso das formas breves, a adaptação de uma linguagem curta e fragmentária e o namoro com a crônica são apenas algumas expressões de urgência de falar sobre e com o ‘real’.” (SCHOLLHAMMER, 2009, p. 14)

A literatura contemporânea rompeu com promessas utópicas e assumiu um compromisso com o urgente. Resende constata que, além da presentificação, há nessa nova narrativa um constante retorno ao trágico. A retomada da tragédia cotidiana, a angústia nas relações sociais e na vida pública. Nas palavras da autora:

É a tragicidade da vida na metrópole hostil que se entranha nos universos privados, circula das publicidades das ruas, cruzadas com rapidez, até o espaço sem privacidade da vida doméstica, onde a violência urbana se multiplica ou redobra. [...] Mesmo quando a prosa se organiza, próxima ao poético, o tom sempre é do destino trágico. (RESENDE, 2008, p.31)

A autora destaca a violência intrincada no cotidiano, especialmente em centros urbanos. Incorporada na mídia, no vocabulário, nas relações pessoais e manifestado também na arte. Ela reconhece a violência como sendo “o tema mais evidente na cultura produzida pelo Brasil contemporâneo: a violência nas grandes cidades.” (RESENDE, 2008, p. 32). A literatura se afasta da ilusão para incorporar o real e considera como

[...] levar a realidade para o agora, para o espaço de discussão dos intelectuais (que mereçam esta qualificação), editores, políticos, público [...]. É dessa maneira que ocupam a pólis e criam uma nova forma de literatura assumidamente política. (RESENDE, 2008, p. 39).

Essa realidade que passa a integrar a literatura diz respeito a personagens marginais, que agora passam a incorporar esse novo realismo, assumindo um franco compromisso com a realidade social. Ela faz emergir uma nova subjetividade e uma nova relação de homem/sociedade. Traz profundas problematizações inerentes a relações de poder, ao nosso processo histórico à reprodução do modo de viver. A consciência humana de si, do meio onde o indivíduo esta inserido, a sua concepção de realidade na qual estamos inseridos e os

comportamentos que reproduzimos. Nesse sentido de profundas transformações, Pellegrini acrescenta que a narrativa contemporânea:

[...] instaura a possibilidade do provisório, da contradição, das fronteiras entre os diversos campos do saber e do fazer artístico. Nesse sentido, o que se tem não é um conceito de periodização, nem mesmo uma poética, mas uma problemática: “um conjunto de problemas e questões básicas” que põem em xeque as fronteiras entre o literário e o não literário, entre ficção e não-ficção e entre a arte e a vida. (PELLEGRINI, 2000, p.57)

A literatura contemporânea brasileira assume um papel importante na sociedade atual, pois apresenta uma postura crítica às relações de poder cultivadas no mundo atual. A inserção da violência na literatura brasileira contemporânea, de acordo com Silviano Santiago, inicia-se na década de 1960 e está relacionada diretamente com o cenário político dessa época:

[...] o escritor brasileiro pós-64 coloca em segundo plano nos seus textos a dramatização dos grandes temas universais e utópicos da modernidade, da mesma forma como guarda distância dos temas nacionais clássicos [...]. (SANTIAGO, 1989, p. 16).

Essa narrativa que sofreu influências sociais e políticas da sua época, foi reconhecida e identificada por Antonio Candido como “realismo feroz”, nas décadas de 60-70:

[...] à era da violência urbana em todos os níveis do comportamento. Guerrilha, criminalidade solta, superpopulação, migração para as cidades, quebra do ritmo estabelecido de vida, marginalidade econômica e social – tudo abala a consciência do escritor e cria novas necessidades no leitor, em ritmo acelerado. (CANDIDO, 1989, p. 211)

Antonio Candido, em *Literatura e sociedade*, analisa essa conjunção literária com questões político-sociais e admite que “[...] os elementos de ordem social serão filtrados através de uma concepção estética e trazidos ao nível da fatura, para entender a singularidade e a autonomia da obra.” (CANDIDO, 2003, p. 15). Referi-se àquilo que está inerente à realidade imediata em que os indivíduos estão expostos, oferece uma oportunidade de reflexão sobre a sua vivência e sobre os sistemas nos quais estamos politicamente envolvidos. Fundamenta-se como resistência às injunções de quem detém o poder.

Walnice Galvão fez um panorama sobre a nova narrativa brasileira em “Tendências da prosa literária”, destacando Rubem Fonseca como um dos mais importantes da narrativa de personagens marginalizados e a tendência da violência urbana. Segundo a estudiosa, há uma gama de autores, de alguma forma, descendentes de Rubem Fonseca, que se desbruçam, em suas obras, sobre os “marginalizados”. Esses escritores foram denominados de “Geração

90”. Alguns deles são “Fernando Bonassi, Luiz Ruffato, Marçal Aquino, Marcelino Freire, Marcelo Mirisola, Ronaldo Bressane, Rubens Figueiredo, Amílcar Bettega Barbosa, que tratam do *underground*, da periferia, dos excluídos, dos marginais, do *lupem*” (GALVÃO, 2005, p. 56)

Esses autores se dedicaram a escrever sobre temas do presente, expressando, através da ficção, tensões sociais e relacionais, fortemente influenciados pelo período político que o Brasil atravessava. Essas circunstâncias influíram diretamente na elaboração do texto e também despertaram o interesse no leitor para essa temática. Possibilitou, assim, uma nova compreensão da realidade. Essa influência advinda do momento histórico que o país atravessava não se deu naturalmente, como se fosse contingente daquele período. Foi através do esforço e talento do escritor em transpor a realidade atual como conteúdo da obra, tornando-a fecunda. Não se traduz em um natural deslocamento de questões puramente informativas da conjuntura social para arte, mas de uma representação que propôs reflexão sensível da realidade presente.

Além de, também, deixar de ocupar a condição de literatura erudita e passar a se comunicar com o popular. A grande massa passou a ser interesse da literatura, contribuindo para uma sociedade mais livre e menos segmentária, rompendo com o padrão de cultura pertencente às classes privilegiadas. A literatura contemporânea atua, portanto, no sentido de somar e não de dividir ou segregar. Segundo a estudiosa:

É óbvio que os meios de comunicação de massa e o aperfeiçoamento das técnicas de produção têm aí um importante papel, mas o fator determinante é o aparecimento de obras que exigem uma nova relação com o leitor e, ao mesmo tempo, demonstram que o texto literário não é aquele constituído exclusivamente na e através da linguagem e que a literatura atual não é apenas a produção de ficções, mas de efeitos específicos. (PELLEGRINI, 1987, p. 30)

Apesar de não haver literatura que fuja totalmente do real, a narrativa contemporânea assumiu um compromisso com a realidade mais imediata. Dessa maneira, renunciou ao imaginário de um país de ordem e progresso, através da representação da desordem urbana, da violência do cotidiano, da usurpação das relações de poder. Abordou as formas como essa condição opera na vida do indivíduo e os fenômenos que produz na sociedade. É uma constante tentativa de apreender a realidade “nua e crua”, sem perder de vista a técnica e a arte. Expõem-se as demandas sociais, a realidade angustiante da classe social desvalorizada e o trágico que configuram a desigualdade social.

A narrativa brasileira contemporânea se transforma com o regime militar e em seguida abre espaço para um outro cenário - a violência urbana. Pellegrini traz importantes contribuições a respeito da nova representação literária. Diferente de períodos anteriores à ditadura, ela passa a se interessar por temas de ordem nacional e até global. A literatura passa a admirar outras temáticas, agora mais urbanas e menos regionais. Segundo Pellegrini,

[...] a “modernização” do país – ou sua pós-modernização – empreendida pelo regime militar com base sobretudo na industrialização, desde meados dos anos 60, refletiu-se na ficção, entre outras coisas, com o enfraquecimento da temática regional; aos poucos vão ficando raros [...] os temas ligados à terra, à natureza, ao sincretismo religioso [...]. O que cresce é a ficção centrada na vida dos grandes centros urbanos, que incham e se deterioram, daí a ênfase na solidão e angústia relacionadas a todos os problemas sociais e existenciais que se colocam desde então. (PELLEGRINI, 2000, p. 59)

Emergiu, enfim, uma nova consciência coletiva, uma nova maneira de perceber a realidade e o cotidiano. Isso favorece para diminuir a distância social. A literatura se identificou com a matéria popular. O autor penetra em temas políticos e assume um compromisso com o período atual, trazendo ao centro implicações nas relações humanas e nas relações de poder.

1.2. Aspectos da narrativa de Fernando Bonassi

Frente ao panorama da escrita contemporânea brasileira, consideramos interessante uma síntese sobre o autor analisado neste trabalho. Faremos isso com o auxílio de entrevistas cedidas por ele, em conjunto com a fortuna crítica sobre o autor, no sentido de localizar Fernando Bonassi dentro do cenário da literatura contemporânea brasileira.

Fernando Bonassi nasceu em São Paulo, em 1962. Formou-se em Cinema na Escola de Comunicação e Arte, da Universidade de São Paulo (USP). A técnica narrativa do cinema é claramente manifestada em sua escrita literária, sendo ele um autor múltiplo, de romances e contos a peças de teatro e roteiros de filmes brasileiros consagrados como *Carandiru*, *Cazuza – O tempo não para* e *Lula – O filho do Brasil*. Mesmo quando cria um texto, ele consegue revivê-lo em outro espaço.

Bonassi também ingressou como colunista no jornal *Folha de S. Paulo*, em 1997, substituindo Paulo Coelho. Ele trouxe temas diferentes do que era frequentemente visto

através da escrita de Paulo Coelho. Matos identifica essa diferença em que, segunda a estudiosa:

[...] os textos de Fernando Bonassi – de estilo direto e escrita dura, calcada no real, em que marginalidade, violência, desigualdade social e conflitos urbanos são temas recorrentes – virem a preencher o espaço antes ocupado pela coluna *Maktub*, em que se publicavam textos também curtos, mas de conteúdo diverso, espécies de *pílulas espirituais* e bons conselhos oferecidos pelo *best-seller* dos anos 1990. (MATOS, 2007, p. 68)

Em 1998, Bonassi é contemplado com uma bolsa de estudo concedida pelo *Kunstlerprogramm* do DAAD (*Deutscher Akademischer Austauschdienst*), que lhe proporcionou a experiência de viver um ano em Berlim. Desse período surgiram obras importantes em sua carreira: o *Livro da vida* (1998), *100 coisas* (1998) e *Passaporte* (2001). Como roteirista, Bonassi integra o time de uma das principais redes de televisão do país – *Rede Globo*. Na emissora, junto com Marçal Aquino, um dos seus parceiros, teve trabalhos de grande reconhecimento, *Carcereiros* (2017). Fernando Bonassi se aventurou, também, no campo da literatura infanto juvenil com a obra *Tá louco!* (1995).

O autor consegue flexibilizar sua obra a partir de sua múltipla experiência. Mesmo quando cria um texto, ele consegue revivê-lo em outro espaço. Natasha Fernanda Ferreira Rocha, em sua dissertação *Estilhaços Cotidianos: a ficção de Fernando Bonassi*, também reconhece essa versatilidade do autor. Segundo a estudiosa:

[...] é possível citar a impressão, recorrente na leitura de suas obras, de que sua produção precisa ser maleável o suficiente a ponto de ter, um mesmo texto, a medida de um conto ou de um monólogo e, conseqüentemente a capacidade de venda para uma ou outra mídia – ou ambas, como seus vários romances adaptados para o teatro e o cinema. (ROCHA, 2016, p. 28)

Essa capacidade e/ou necessidade, como sugere Rocha, parece derivar de um hibridismo do autor. O traço híbrido é característica marcante nas obras de Bonassi. Ele transita na literatura por vários gêneros – romances, crônicas, contos etc – como também caminha por projetos cinematográficos e televisivos. Na obra *A boca no mundo*, esse hibridismo é ainda mais presente, por se tratar do gênero crônica, que tem como característica fundamental a hibridez.

Bonassi relata, em uma entrevista dada a um canal virtual, que sua inspiração para escrever se deu através da influência, dentre outros, do romancista Dostoiévski. Bonassi

considera, na mesma entrevista, que escrever configura transitar pelas suas angústias². Esse sufocamento encontra uma via de expressão, a escrita. É nesse sentido que as obras de Bonassi caminham por terrenos angustiantes que muitos desprezam, mas que ele, sabiamente, se ocupou de tratar. Bonassi escreve através de e para um posicionamento político. Ele aponta desvios morais da nossa sociedade. Adverte que a riqueza no Brasil, muitas vezes, está encoberta de imoralidade, pois ela encobre e preserva a desigualdade social, através de mecanismos políticos e individuais. Demonstra o desencanto das ruas que deixaram de ser excitantes e seguras. Esse desvio está presente desde a fundação da nossa nação, contudo, encoberta de uma teoria que enaltece os poderosos e oprime os excluídos. Marilena Chaui, em seu livro *Brasil mito fundador e sociedade autoritária*, demonstra essa relação centralizado no poder de uma classe e o desfavorecimento de outra. Segundo a estudiosa:

[...] a expansão ultramarina e a formação dos impérios coloniais são contemporâneas “do absolutismo no plano político, e, no social, da persistência da sociedade estamental, fundadas nos privilégios jurídicos”. Assim, o capitalismo mercantil, que vai desagregando a estrutura feudal, é simultâneo ao “Estado absolutista, com estrema centralização do poder real que, de certa forma, unifica e disciplina uma sociedade organizada em ‘ordens’, e executa uma política mercantilista de fomento do desenvolvimento da economia de mercado, interna e externamente. (CHAUI, 2000, p. 82)

Chaui ainda traz contribuições importantes para entendermos o funcionamento da nossa sociedade opressiva e violenta reconhecida por Bonassi. Para Chaui,

[...] a sociedade brasileira é marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que determina a forma de uma sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior que obedece. As diferenças e as simetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. O outro jamais é reconhecido como sujeito nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade. (CHAUI, 2000, p. 93)

O autor teve sua infância e adolescência influenciados por questões políticas, passou por essas fases do seu desenvolvimento no período em que o país atravessava a ditadura militar. Não só o autor foi influenciado por esse período violento, como também a narrativa contemporânea. Ela resistiu e se apoiou em implicações advindas desse período de opressão.

² Entrevista com Fernando Bonassi. Produção: Ricardo Pierocini. São Paulo: Produção independente, 2014. 35''12'''''. Disponível em: <<http://www.blogpretexto.com.br/entrevista-com-fernandobonassi/>>. Acesso em: 02 ago. 2019.

É possível perceber essa experiência do autor através da evidência de seu posicionamento crítico em suas crônicas de *A boca no mundo* e em suas narrativas no geral.

Esse envolvimento político-social do autor na obra, o apontamento de questões políticas e a influência direta dela na manutenção de inúmeros tipos de violências sofridas pelos indivíduos é de grande interesse para nós neste trabalho. Trata-se de uma violência, na grande maioria das vezes, tácita e mascarada, de forma a não parecer se tratar da mesma, mas que, indubitavelmente, fere o indivíduo sem deixar marca no corpo, pois se alastra em sua subjetividade.

Assim como na obra *A boca no mundo* que abarca questões político-sociais, há outros dos seus trabalhos que envolvem a mesma temática. O romance *Subúrbio* mostra a degradação humana e a uma violência explícita. A narrativa se passa em São Caetano, região do ABC, e, como o nome mesmo indica, no subúrbio da cidade. Bonassi causa no leitor um extremo desconforto, na medida em que ele minimiza, na sua narrativa, a ação violenta de casos de pedofilia e linchamento de um ser humano. O autor não economiza nas palavras para descrever a situação e levar o leitor a experimentar o desconforto extremo da violência, sem assumir nenhum posicionamento moral ou ético. Matos considera que esta obra possui um fator

[...] relacionado à emergência da periferia (entendida como àquilo que está a margem, nas bordas, nas sobras, nas beiras da sociedade de consumo) é a ideia de descentramento e a criação de novos fluxos culturais. Apesar de ainda haver a ideia de que o que “é melhor” irradia de grandes centros, admite-se a “invasão” da periferia, vive-se sua inevitabilidade. (MATOS, 2007, p. 81)

Outra característica em comum entre as obras é o fato de Bonassi apresentar os personagens sem nomes. Em *Subúrbio*, um casal de idosos são chamados de velho e velha. Dessa maneira, compreendemos que o casal faz parte de uma massa sem identidade e a violência constante experimentada pelos personagens também não os difere de outros moradores dos grandes subúrbios e periferias. Por serem comuns episódios de violências em bairros suburbanos, Bonassi representa o homem animalizado, como se as características de uma vida animal, mais próxima do instinto e menos da consciência fossem a característica mais presente nos personagens. O velho, na narrativa, fica obcecado por uma criança e passa a perseguí-la. O agente propulsor da violência é, logo, um ser comum, que tem uma vida relativamente normal. A violência e o violento estão em todas as relações humanas. Ele afasta a idealização de que o agressor é alguém com características particulares e facilmente

reconhecidas. A violência, nas obras do autor, vem de qualquer pessoa e evidencia a desarmonização do tecido social.

Outra característica fundamental, nas obras de Bonassi, é a decadência da experiência de trabalho de seus personagens. Em vários momentos, o autor relata a experiência fabril do velho. Bonassi denuncia a responsabilidade do sistema capitalista, que substitui homens por máquinas, na manutenção da violência. O indivíduo perde sua referência, já que a função que ele sempre exerceu e com a qual sempre se identificou é alterada pela chegada de máquinas modernas, que geram mais lucros e menos gastos para o dono do processo de produção. O trabalhador, nesse contexto, se torna um objeto e, nessa circunstância, é eliminado. O que está em jogo é a sua funcionalidade e a sua produção, não sua humanidade ou necessidade. Trata-se de um sistema que coisifica pessoas. Estimula para que ele reaja da mesma forma com o outro, anulando a possibilidade de empatia.

Fernando Bonassi denuncia, através de seus textos, o desencantamento presente nas relações humanas. Desencantamento esse gerado pela indiferença das necessidades e singularidades do outro. Há, em suas obras, um interesse em aproximar significativamente a arte da realidade social. Rocha caracteriza muito bem essa junção de realidade e literatura como:

[...] mútua influência de ficção/realidade transposta em texto literário, muito característica da obra de Fernando Bonassi. Sua obra bem como de muitos outros escritores da atualidade, é transpassada por vários fatores externos e alheios à produção artística e que, por um movimento natural, acabam incorporados e tornam-se elementos constituintes dos textos literários, se estabelecendo como marcas de inovação ou como representantes dessa multivocalidade do espaço do qual emergem. (ROCHA, 2016, p. 27)

Há, nas obras de Bonassi, o engajamento em questões sociais advindas de demandas reais. Como vemos em *100 histórias colhidas da rua*, publicada em 1996. Através de minicontos, em que Galvão o considera, junto a Raymond Carver, como “[...] campeões em minimalismo” (GALVÃO, 2005, p. 44), mesmo não se referindo a essa obra, também reconhecemos uma economia na escrita. Sem perder o grande impacto que o autor representa temas sociais, muitos deles repugnantes e tenebrosos e de forma direta, sem poupar o leitor ou desviá-lo para outro lugar que não aquela realidade dura e muitas vezes cruel para a qual ele nos leva. Nessa obra, ele reuniu 100 contos curtos que expressam instantaneamente a atmosfera da cidade de ódio, fatalidade e desespero na vida urbana. É composto de uma análise densa e impactante da vida mundana. Em “Instantâneos do cotidiano (da grande

cidade): apontamentos sobre *100 histórias colhidas na rua*, de Fernando Bonassi”, Cilene Pereira observa, a respeito do livro, que é possível pensar a violência como “o uso reiterado de práticas físicas específicas, que marcam o corpo físico do sujeito, a partir de descrições de agressões, assassinatos, roubos e torturas, etc.” (PEREIRA, 2018, p. 82). No livro em questão, Bonassi trata de temáticas como, por exemplo, o estupro de uma criança, cometido pelo próprio pai, enquanto a mãe dorme. Evidencia que o agente que promove a violência sexual, muitas vezes, é o próprio familiar. Em outro conto do mesmo livro, ele trata do assassinato de uma travesti por um homem que dirigia seu carro e cruza com ela em uma das ruas. Sem justificativa, sem motivos evidentes. É a violência urbana da maneira tal como ela é. De pessoas próximas dirigidas a crianças indefesas, de homens munidos e empoderados de sua arma e dentro do seu carro que matam travestis. Revela, entre outras coisas, uma sociedade extremamente violenta e preconceituosa. É justamente essa economia na escrita que dá eficácia ao texto de Bonassi.. Pereira considera sua escrita como um

[...] modo de escrita particular que não só aponta para a economia como procedimento estético (economia que vai desde a história à construção de procedimentos e espaço), como no uso da linguagem, reduzida e fragmentada, propondo uma sintaxe instável [...]. (PEREIRA, 2018, p. 76)

Adélcio Cruz, em sua tese *Narrativas Contemporâneas da violência: Fernando Bonassi, Paulo Lins e Ferrez*, considera que:

O texto de Bonassi joga perigosamente com essa proximidade,³ de modo a mostrar cenas cada vez mais indigestas não pela crueza apresentada sob a forma de corpos perfurados, estupros e martírios. Tais cenas também se fazem presentes, porém são colocados lado a lado com relatos em que a violência não se atira de chofre sobre o leitor, mas o envolve num abraço frio de cobertor curto demais para baixas temperaturas [...]. (CRUZ, 2009, p. 81)

A violência física é bastante constante nessa obra, mas não a única. Bonassi também vai acusar outros tipos de violências, menos visíveis, mas não menos agressiva. Através de Pereira, identificamos que há também na sua obra “condições de uma dada realidade histórico-social excludente [que] promoveriam uma violência maior, menos visível, porque institucionalizada, mascarada por sua naturalização” (PEREIRA, 2018, p. 83). Glauber Costa Fernandes, que se dedicou a estudar trabalhos do autor em sua dissertação *A realização de cidade na ficção literária de Fernando Bonassi*, observa a respeito de *100 histórias colhidas na rua*:

³ A proximidade que o autor se refere é a relação entre a realidade e a representação literária.

Os contos do livro são enumerados de um a cem, sem que nenhum deles contenha qualquer título. Assim, sua formatação acaba sendo confundida com um passeio por cenas urbanas anônimas, que se diluem na leitura, a qual, apesar da sequência numérica, não precisa se deter a nenhuma ordenação fixa, ao contrário, pode ser realizada em qualquer ordem, sem prejuízo ao efeito de caos que subjaz do conjunto de histórias. (FERNANDES, 2012, p. 87)

Schollhammer enriquece ainda mais a fortuna crítica de Bonassi quando se refere a ele como um autor que:

Em relatos muitos diferentes entre si, alguns bem curtos, outros relativamente longos e imprimindo ritmos variados, alguns tecidos apenas por diálogos, outros feitos de descrições cirúrgicas. Bonassi consegue metabolizar o estilo cortante das notícias de jornal, transcrições de cenas de filme e televisão, anúncios de sexo, fragmentos e rubricas de roteiro, entre outros procedimentos, experimentando claramente com a introdução, na ficção desses restos textuais da vida real, à procura do máximo efeito. É a realidade mais brutal que transparece, um Brasil mundo-cão mirado através da identificação com os desejos e os sonhos do cotidiano da periferia, que revelam a tenacidade, o despudor, mas também a tragédia e o desamparo da vida como ela é. (SCHOLLHAMMER, 2009, p. 61)

O próprio Bonassi se refere à sua obra, *A boca no mundo*, no prefácio, como “[...] atingindo-o ora na boca do estômago, ora no coração” (BONASSI, 2007, p.7). Esse misto de sensações é apresentado, muitas vezes, através da ironia. Essa ironia possui uma possível intenção de denunciar a maneira banal com que o Estado e até a própria sociedade se dispõem diante da vida deplorável daqueles que sofrem diversas violências diariamente, geralmente indivíduos marginalizados socialmente. Ele acusa de modo sutil uma indiferença em relação à vida indigna de seus personagens, na maioria das vezes pobres, como se o sofrimento e a humilhação do trabalhador pobre fossem naturais e não uma resolução do sistema capitalista e da inércia do poder público. Há, em suas obras, um desencantamento nas relações humanas, um mal-estar presente nas relações sociais que desintegram o ser humano e o usam como coisa para obtenção de vantagens e prazeres.

Bonassi tem predileção, na maioria de suas obras, por personagens pobres, muitas vezes desempregados ou em condição de subemprego, sem nenhum prestígio e visibilidade social. Suas narrativas expõem abusos sistemáticos, o mal-estar advindo de uma sociedade capitalista perversa, que escraviza o indivíduo através de suas normas impostas do consumo irrefletido e feroz. Esse consumo é tido como uma possibilidade de pertencer a uma classe diferente da sua e, assim, adquirir visibilidade social e um possível prazer. Contextualiza-se

uma sociedade que elegeu o consumo de bens materiais como forma de poder e *status*. A ideologia em que o consumo está envolvido, propicia atitudes alienadas e imprudentes que favorecem, além de outras questões, o fortalecimento da desigualdade social e a violência. Esses temas serão tratados no decorrer deste trabalho.

O sistema capitalista que viola o indivíduo está presente não só na obra a que nos dedicamos *A boca no mundo*, mas em diversas outras obras do autor. Está, inclusive, em *Passaporte*, uma de suas principais obras, que traz no nome do livro um documento oficial que se refere a um ícone do *status* das classes privilegiadas. Maria Veloso, na dissertação *A estética da globalização em Passaporte, de Fernando Bonassi*, trata do panorama de uma sociedade capitalista. Veloso entende que Bonassi representa um cenário violento e facínora. Os seus personagens estão esvaziados de singularidade e sensibilidade da própria condição em que eles vivem. E são preenchidos pela necessidade de adquirir cada vez mais bens de consumo, tidos pela sociedade capitalista como signo de poder.

Mais uma vez, há a demonstração de um consumo irrefletido e a exposição do indivíduo à violência que disso advém, como forma de obtenção de visibilidade e ascensão social. Veloso atribui esses e outros aspectos como consequência de uma vida globalizada. Segundo a estudiosa, há

[...] cenas da vida cotidiana ocorridas nas grandes cidades, mostrando-nos a barbárie, a violência, a alienação, a estranheza das pessoas, a insensibilidade, a exploração, o desencanto; enfim, a falta de sentido e o vazio existencial em uma perspectiva universal da vida globalizada. (VELOSO, 2018, p. 24).

O indivíduo está alienado e passa a reproduzir um sistema de consumo. Essa condição favorece para uma crise existencial e estagnação de sua condição social, apesar de sua atitude – comprar – ser em conflito a sua condição social. Há, inerente aos bens de consumo, uma possibilidade de ascensão social, quando, na verdade, ele pode aprisionar o indivíduo em uma necessidade cada vez maior de consumo. Ele mantém o consumidor preso a ele. Seu dinheiro, seu desejo e sua admiração pousam no consumo. Há uma falsa compreensão de seres livres que, na verdade, estão cada vez mais detidos às normas e condutas sociais elitistas que ignoram a condição individual e emergencial de cada indivíduo. Favorece-se, desta forma, um comportamento agressivo e irresponsável de consumo. Veloso acrescenta que:

[...] percebe-se como a sociedade capitalista foi desenvolvendo uma crise existencial que atinge as pessoas, uma vez que, cada vez mais, elas estão se tornando alheias, indiferentes, alienadas e perdidas em uma multidão que busca capital e poder, deixando de se preocupar com a integridade e o

respeito com os indivíduos ao seu redor. Nesse panorama, percebe-se que o texto bonassiano contextualiza o atual cenário do capitalismo e, através da configuração estética alinhada ao conteúdo, constrói a paisagem da comercialização da mercadoria como experiência urbana. (VELOSO, 2018, p. 29).

Matos interpreta *Passaporte*, nos dizendo que o livro

[...] reúne textos que simulam anotações de viagem, nas quais o narrador é *globetrotter* disposto a relatar situações que são o negativo de cartões-postais, porque deploráveis, dolorosas, má recordações. [...] O que esse viajante-narrador oferece é um olhar devastador sobre um mundo que iguala todos por baixo, pois os variados surgidos nesses instantâneos – encontram-se ele na Alemanha, no Brasil. Na República Checa, nos Estados Unidos, na Holanda, na Polônia, na França ou no México – estão sob o açoitado da pobreza, da necessidade de escapar, de encontrar abrigo e um modo (provavelmente ilícito) de ganhar dinheiro, são indivíduos que sobrevivem como podem e quase sempre de forma precária e provisória. (MATOS, 2007, p. 87)

Matos ainda acrescenta que:

A globalização que prometia circulação livre de capital e dissolução de fronteiras, converteu-se em sistema centralizador e excludente (apesar de fluido e dispersivo), desencadeando um insuspeito acirramento de diferenças, as cidades tornaram-se hostis e carrancudas, palco de conflito e segregação. Esta é a mensagem do observador crítico que nos conta as histórias amargas de *Passaporte*. (MATOS, 2007, p. 88)

Nas obras reconhecemos a denúncia de Bonassi a um sistema que violenta o indivíduo. Há, nos textos de Bonassi, a indiferença reconhecida e descrita pelas autoras, uma indiferença dirigida ao outro, ser indiferente à necessidade e subjetividade do outro. É possível identificar, também, uma indiferença voltada a si mesmo. O indivíduo internaliza a própria condição de que é refém, uma condição humilhante e precária, que deveria causar repúdio e indignação, mas que não causa.

Sendo assim, o indivíduo reproduz essa experiência que viola sua própria existência em vez de cessá-la ou combatê-la. É como se o indivíduo internalizasse o discurso violento, seja do consumo agressivo ou de uma vida medíocre, como natural e passasse a reproduzi-lo ferindo sua existência e sua singularidade.

Bonassi retrata, também, em suas obras, o caos que envolve os grandes centros. E ele fala desse lugar com bastante propriedade, já que ele nasceu na maior cidade brasileira, São Paulo, que também é reconhecida pelo seu ritmo acelerado, desordem e violência. Não só o lugar em que ele nasceu e viveu contribui para uma experiência autêntica com seus

personagens, como também ser filho de operário e também ter trabalhado nessa área, como operário metalúrgico. Essa condição implica no que Graziela Jacoby, que também se dedicou a estudar o autor em *A representação da violência em Um céu de estrelas, de Fernando Bonassi*, considera como falar de temas de dentro dele, não se trata de apenas enxergar essa realidade, mas experimentá-la, conhecer através da própria experiência a vida de seus personagens. De acordo com Jacoby,

[...] não se trata de um olhar de fora para dentro, tendo em vista que cresceu nesse meio e trabalhou na indústria. Assim vemos que suas obras não abandonam o cenário degradado da periferia e a brutalidade de um mundo-cão, visto a partir da identificação com os sonhos e os desejos do cotidiano desse meio. (JACOBY, 2015, p. 67).

Na sua dissertação, Jacoby reflete sobre *Um céu de estrela*, romance que denuncia diversos tipos de violência, principalmente à contra a mulher. Nesta obra, há um homem disposto a reatar o relacionamento. Sem atingir seu objetivo, ele violenta de diversas maneiras sua ex-noiva e a família dela, apresentando inúmeros tipos de violência: a física, psicológica, entre outras. O autor acusa, também, uma sociedade machista, que não admite o poder de escolha da mulher e sua liberdade. Para a estudiosa, “Em *Um céu de estrelas* os atos de violência do protagonista são motivados pelo término do noivado, ilustrando casos reais, em que homens agredem as parceiras ao serem rejeitados.” (JACOBY, 2015, p. 26)

Uma das características marcantes de Bonassi é a ironia, reconhecida por Matos ao lado de outros aspectos importantes:

[...] ao lado do emprego da ironia, de frases curtas, do privilégio da descrição em detrimento da ação, da catalogação de tipos, da prática ostensiva da denúncia, da voz ficcional que mimetiza o periférico, o marginal e o noticiário de jornal, da paródia à História, da cumplicidade com a violência e de uma certa simplificação dos problemas sociais resumidos à oposição entre ricos e pobres [...]. (MATOS, 2007, p. 94)

Em *A boca no mundo*, esses elementos também são constantes. Bonassi narra de maneira a parecer banal a violência. Como se fosse ignorada a gravidade do acontecimento. A ironia está no fato de que, de tão presente, a violência está em nossa sociedade, somada à ausência de políticas públicas efetivas para preveni-la e combatê-la. Nesse contexto, o narrador naturaliza a violência sofrida pelos seus personagens, como uma forma de denúncia dessa naturalização presente no cotidiano, daquilo que deveria ser fortemente combatido.

Luiz Ruffato, escritor contemporâneo e crítico de obras bonassianas, ao se referir à obra do autor, considera que Bonassi traz o verdadeiro sentido da arte através de seus personagens e atribui ao ficcionista referido a característica de pioneiro em sua temática:

O leitor pode conferir o senso de pioneirismo — antecipação e ultrapassagem — de Bonassi no relançamento de *Subúrbio*, fora de catálogo há quase uma década. Escrito em 1991, publicado em 1994, o romance revela-se mais do que nunca atual. (RUFFATO, 2006, s/p.).

As contribuições de Ruffato, ao se referir às obras de Bonassi como atuais, mesmo sendo elas escritas em anos anteriores, nos remete, também, à obra que vamos analisar - *A boca no mundo*. Formada por crônicas escritas entre 2002 a 2006, que se referem a temas que não estão ultrapassados e nem foram superados. Essa obra, por se tratar de crônicas jornalísticas, trata de temas específicos da época, que não têm pretensão de durar. Apesar de sua característica efêmera, remete a situações atuais e que vêm se perpetuando no nosso país: a violência, a desigualdade social, a ausência de políticas públicas efetivas entre outras questões políticas e sociais. Ruffato ainda conclui que “Bonassi transformou-se em referência para tentarmos entender o Brasil contemporâneo.” (RUFFATO, 2006, s/p). Bonassi, em uma entrevista ao *Cândido – Jornal da Biblioteca Pública do Paraná* -, se refere às suas obras como sendo a maioria sobre a realidade em periferias, mas uma periferia menos miserável, se compararmos, por exemplo, aos morros cariocas. São trabalhadores geralmente com empregos, porém com salários muito baixos, acarretando uma vida medíocre (REBINSKI; SANTOS, 2013, s/p). Nessa mesma entrevista, ele se refere ao Brasil como um país “[...] que se deitou embriagado, sonhou um pesadelo previsível, sem graça, e acordou sufocado, endividado até o pescoço.” (REBINSKI; SANTOS, 2013, s/p).

É dessa maneira que Bonassi nos apresenta a maioria de seus personagens. Retrata uma vida sem sabor, em busca da sobrevivência e não por uma vida plena, devido a sua condição precária de vida. São, na maioria, personagens alienados e que buscam uma satisfação e ascensão social através dos meios de consumo. Contudo, não serão os bens de consumo que irão tirá-los da pobreza, mas a consciência sobre a própria condição no qual estão imersos e a informação sobre seus direitos enquanto cidadão.

Essa ausência de crítica e a reprodução de comportamentos irrefletidos contribuem para distanciar do Estado suas responsabilidades, já que o indivíduo, muitas vezes, desconhece seus direitos. O Estado não age de forma a acabar com a desigualdade social, mas, em um caráter ambivalente, a promove quando não possibilita ao indivíduo uma

condição de vida digna. Gera, assim, diferentes tipos de violência que serão discutidos neste trabalho.

Em particular, em *A Boca no mundo*, Bonassi nos apresenta detalhes da violência cotidiana sofrida pelas pessoas humildes que passam despercebidos por nós no dia a dia, seja por romper com a representação do belo ou pelo desconforto de tratar daquilo que queremos ignorar ou, até mesmo, desprezar. Publicado em 2007, o livro gira em torno da realidade dos menos favorecidos, vítimas de um sistema que oprime e exclui os seus direitos fundamentais. Esses textos foram escritos para o caderno “Folha Ilustrada”, do jornal *Folha de S. Paulo* e foram publicados entre os anos de 2002 e 2006. Bonassi em uma entrevista cedida à Matos fala sobre sua relação com o gênero crônica que ocupa pequeno espaço no jornal. Segundo ele:

A inspiração para textos curtos veio do fato de que temos pouco tempo para ler e é necessário produzir uma obra literária pro tempo que dispomos. Os limites são aqueles da imagem completa (ação, reação, contradição) que o instantâneo pretende abarcar. Num instantâneo é preciso que a emoção seja condensada ao máximo na escrita para que só a leitura liberte. É como uma sanfona, ou uma planta seca, que o leitor umedece. (BONASSI apud MATOS, 2007, p. 85)

Na crônica, o narrador é, muitas vezes, reconhecido como tal, mas, em outras, como um escritor, tantas outras como repórter e até narrador-repórter. Segundo Jorge de Sá, que se dedicou a estudar o gênero, esse termo é utilizado devido ao fato de a crônica ser “[...] uma soma de jornalismo e literatura (daí a imagem de narrador-repórter)”. (SÁ, 2005, p.7). É isso que Bonassi nos apresenta.

2. A CRÔNICA

A crônica nasceu do jornal. É devido a essa origem e também por ser seu principal veículo que, comumente, refere-se a ela como a soma de jornalismo com literatura. Quando ela apareceu estampando os jornais, era ainda chamada de *folhetim*. Isso ocorreu em meados do século XIX. Nessa época foi consolidado o sucesso deste gênero. Nesse período e com essa nomenclatura, a crônica chegou ao Brasil, advinda da França. Mas, antes mesmo da importação da crônica, ela já existia em território brasileiro, mesmo sem se dar conta que aquela produção se tratava de um gênero específico que futuramente se tornaria conhecida no Brasil como crônica.

A primeira aparição da crônica no nosso país se dá através de relatos de Pero Vaz de Caminha, comandante da frota que se instaurou no nosso país, na época conhecido como Ilha Vera Cruz, ao rei de Portugal. É possível afirmar que se tratava do gênero crônica pela quantidade de detalhes oferecidos pela carta. Caminha descrevia, na carta, o cotidiano daquilo que era passível de sua observação, seguindo fielmente ao que o que observava. É como se ela, a “carta-crônica”, nos levasse ao local, através de cada miudeza relatada para, assim, compor aquele espaço, os seus costumes, a sua cultura de uma maneira precisa.

Esse modo minucioso de revelar o cotidiano é característica fundamental da crônica. O gênero crônica, como o conhecemos hoje, ainda não estava configurado. Mas esta carta-crônica já deixava sua marca no território brasileiro. A essa experiência, Sá traz contribuições importantes para uma compreensão desse gênero híbrido que faz com que possamos considerar o relato de Caminha como um desdobramento da crônica. Consoante, afirma que:

[...] a observação direta é o ponto de partida para que o narrador possa registrar os fatos de tal maneira que mesmo os mais efêmeros ganhem uma certa concretude. Essa concretude lhes assegura a permanência, impedindo que caiam no esquecimento, e lembra aos leitores que a realidade – conforme a conhecemos, ou como é recriada pela arte – é feita de pequenos lances. Estabelecendo essa estratégia, Caminha estabeleceu também o princípio básico da crônica: registrar o circunstancial. (SÁ, 2005, p. 6)

Portanto, podemos dizer que a crônica é o nosso primeiro gênero literário, carregado, assim de personalidade brasileira. A crônica, muitas vezes, trata daquilo identificado como banal. Aborda o que é, comumente, considerado uma situação que possui pouco valor ou que não possui tanta importância. Muito do que acontece no dia a dia, na rotina diária, revela aquilo que entendemos como comum ou até mesmo natural, mas o olhar atento do cronista e a

sua habilidade para extrair detalhes relevantes traduzem que, o que seria aparentemente rasteiro e sem importância, é imprescindível para compreendermos variadas circunstâncias e situações vivenciadas por nós, impressas no cotidiano.

Uma dessas temáticas é a violência que, de tão internalizada e constante, passa, eventualmente, despercebida ou como uma resposta natural do convívio social, favorecida através de uma cultura. A nossa cultura é repleta de acontecimentos e atitudes violentas que são tratadas como naturais. A partir da naturalização de eventos ou comportamentos, nos tornamos impossibilitados de transformar a realidade ou, ao menos, pensá-la de forma crítica, aceitando e reproduzindo comportamentos violentos. A crônica reelabora a vivência humana. Isso mostra a grandiosidade do gênero em fazer uma releitura daquilo que escaparia nas miudezas diárias.

Com ar despretenso e sua linguagem simples, a crônica explora tanto temas considerados banais como temas históricos. Também busca o passado, faz uma possível visita ao futuro e trata também o instante de agora, que está diante dos nossos olhos e que parece, aliás, ser o seu local preferido dela. A crônica é a representação do andamento da vida. O cronista narra os fatos do cotidiano com criatividade, subjetividade e, muitas vezes, com humor, mesmo em assuntos dotados de tensão e estranheza. Ela tem potencial para se ajustar à sensibilidade diária, através do lúdico e de uma linguagem conotativa, que se aproxima do leitor.

A crônica parece sempre estar presa ao jornal, seu veículo original, até mesmo quando ela se desprende dele e evolui. É como se o fato de ela vir do jornal, inicialmente, e não do livro, implicasse em uma inferioridade em relação a outros gêneros, como o romance, por exemplo, e a afastasse do campo literário.

É sabido que a crônica não ocupa um lugar de destaque no jornal. Este, independentemente da crônica estar pronta ou não, vai sair e vai chegar ao leitor. A crônica não possui neste veículo um caráter determinante. Isso se deve ao fato de sua prioridade ser a notícia e ela não pode esperar, nem mesmo seus leitores apressados, que buscam por notícias “fresquinhas”. Diante dessa condição, é o cronista que deve se curvar a esse tempo e ser rápido, sem perder de vista sua perspicácia e malícia de atingir o leitor de forma direta e em um curto espaço. Essa conjuntura carrega diferenças da realidade do escritor que se encarrega de escrever para editoras de livro. No livro é o autor que determina quando será lançado e só existirá aquele livro se assim ele quiser. É uma condição mais favorável para o fluir das ideias.

Sá contribui bastante para o reconhecimento das diferenças inerentes em uma página de jornal daquelas que compõem os livros. Segundo Sá, a crônica:

[...] dirige-se a uma classe que tem preferência pelo jornal em que ela é publicada (só depois é que irá ou não integrar uma coletânea, geralmente organizada pelo próprio cronista), o que significa uma espécie de censura ou, pelo menos, de limitação: a ideologia do veículo corresponde aos interesses dos seus consumidores, direcionados pelos proprietários do periódico e/ou pelos editores-chefes de redação. Ocorre ainda o limite de espaço uma vez que a página comporta várias matérias, o que impõe a cada uma delas um número restrito de laudas, obrigando o redator a explorar da maneira mais econômica possível o pequeno espaço de que dispõe. (SÁ, 2005, p. 8)

A crônica imprime, a partir desse seu caráter, uma imagem de gênero menor. Isso ocorre por diferentes motivos. Pela sujeição do cronista à realidade do jornal, devido ao pouco tempo que ele tem para estar nas ruas, circulando. Também pelo espaço a ela dedicado, geralmente muito curto. Pelos temas que, muitas vezes, devem ser relacionados aquele dia, desprezando a expressão autêntica do escritor e viabilizando a realidade presente. E mesmo que não se refira ao acontecimento do dia, ou daquela época em que o jornal está interessado, corre o risco de influenciar o leitor a relacionar aquela crônica estampada com acontecimentos do dia. Perde-se, assim, a particularidade e a autonomia da crônica, por estar submetida à notícia.

Outra característica que implica nessa condição de gênero menor que a crônica carrega é a duração que o jornal tem. Ele é feito para ser apreciado no dia. Passado disso, sua notícia “esfriou”, ou seja, seu valor não é mais o mesmo. Os leitores de jornais não carregam o hábito da releitura desse veículo e entende-se que tudo que está nele também compõe o mesmo estado. Portanto, a crônica, nos jornais, nasce e morre no mesmo dia. Antonio Candido foi um dos críticos literários que melhor esclareceu esta característica imanente da crônica. Segundo ele, a crônica:

[...] não tem pretensões a durar, uma vez que é filha do jornal e da era da máquina, onde tudo acaba tão depressa. Ela não foi feita originariamente para o livro, mas para essa publicação efêmera que se compra num dia e no dia seguinte é usada para embrulhar um par de sapatos ou forrar o chão da cozinha. (CANDIDO, 2003, p. 89)

Entre os autores⁴ que se dedicaram a estudar o gênero crônica, não há um consenso em relação ao caráter efêmero desse gênero, característico das crônicas jornalísticas. Como não

⁴Listando apenas alguns, sem pretensão de citar todos os autores dedicados a estudar o gênero crônica, estão: Antonio Candido, Fabio Lucas, Jorge de Sá, Luiz Carlos Simon, Silviano Santiago.

há, também, entre a suposição de a crônica ser um gênero menor. Há aqueles que concordam que a crônica não é feita mesmo para durar; ela carrega em si características fundamentais de seu principal veículo, o jornal. E, devido a isso, pode ser considerada inferior a outros gêneros, comparada, por exemplo, à poesia.

Nessa perspectiva, Candido acredita que a crônica não tem um destino diferente do jornal e acabará no lixo ou terá, no máximo, uma utilidade doméstica, como citado acima. Portanto, não permite releitura. Luiz Carlos Simon se ocupou de estudar esses diferentes posicionamentos no livro *Duas ou três páginas despreziosas: a crônica, Rubem Braga e outros cronistas*. Ele interpreta o posicionamento de Fabio Lucas⁵, um crítico do gênero, da seguinte maneira: “É inevitável observar o tom depreciativo com que Lucas se refere à crônica. O gênero é despojado de alguma coisa, ao gênero falta alguma coisa, o gênero não é gênero: é subgênero.” (SIMON, 2011, p. 45).

Ela é encarada, portanto, por ele, como um gênero menor. Não é só em relação ao conto que a crônica é julgada como sendo inferior. É ainda questionado se a crônica é um gênero jornalístico, quer dizer, não literário. Conforme Simon:

O questionamento do caráter literário da crônica torna-se, assim, um dos maiores indícios de que, nos confrontos com outros gêneros, ela algumas vezes sai perdendo. A fronteira, portanto, se situaria não entre a crônica e o conto, ou a crônica e a poesia, mas antes disso, entre a crônica e a própria literatura. (SIMON, 2011, p. 45).

Autores com posicionamentos diferentes possuem argumentos bem pertinentes que irão entender que a crônica, no jornal, não se iguala a uma notícia, mas agrega valor a ele, levando a arte ao noticiário. Simon faz referência ao jornalista e professor universitário Marcelo Coelho: “O que se pode dizer, [...] é que a crônica se apresenta como um texto literário dentro do jornal, e que sua função é a de ser uma espécie de avesso, de negativo da notícia.” (COELHO apud SIMON, 2002, p. 156). Estar preso à ideia de que, para ser literário, o texto tem que estar no livro é, desta forma, negar a qualidade de várias obras em outros meios de comunicação.

Para Resende, “Não existe literatura de blog, só blog como meio de publicação para escritores e seus textos. Que podem perfeitamente ser publicados também em livros.” (RESENDE, 2008, p. 26). O veículo que o escritor elege para publicar seu texto não deve ser

⁵Luiz Carlos Simon cita Fabio Lucas em relação à crônica: “Falta à crônica a intenção do efeito, a preparação da surpresa dramática, o jogo de vontade e aptidões em conflito, a intencionalidade do episódio inventado [...]. A crônica permanece como um subgênero do jornal [...]” (LUCAS apud SIMON, 2011, p. 46).

o responsável pela qualidade do mesmo. Da mesma forma, podemos pensar no jornal com a crônica. O jornal é apenas mais um meio de comunicação e não deve modificar muito no gênero.

É essencial lembrar que a crônica, de fato, não está limitada ao jornal. Ela não só sobreviveu ao dia seguinte, como também assumiu um caráter perene, ao ir do jornal para o livro, o que resultou em uma hibridez do gênero. Segundo Aimée, “[...] diante do hibridismo inerente ao gênero, disparidades classificatórias têm se confrontado. De um lado, a consideração da crônica enquanto gênero menor; de outro, a dúvida sobre uma natureza jornalística ou literária.” (AIMÉE, 2008, p. 22). O nó em que se mantém a crônica e o jornal não é desfeito. Parece que o mesmo vai sempre existir, mas se faz necessário o reconhecimento de que a crônica sobreviveu ao jornal: ela saiu do consumo imediato e passou a se incorporar em outros meios. E não só isso: mostrou sua capacidade de se sobrepôr à notícia. Ela passou a ser degustada em um livro e não mais engolida rapidamente no café da manhã com o jornal. Para Sá, esse processo migratório significa que:

Uma vez publicada em livro, a crônica assume uma certa reelaboração na medida em que é escolhida pelo Autor (em alguns casos, é outra pessoa quem organiza a coletânea). Além disso, se torna mais duradoura, porque os textos que envelheceram devido à sua excessiva circunstancialidade não entram na seleção. (SÁ, 2005, p. 78).

Além disso, quanto a esse novo espaço do gênero, Antonio Candido se refere ao mesmo como “[...] quando passa do jornal ao livro, nós verificamos meio espantados que a sua durabilidade pode ser maior do que ela própria pensava.” (CANDIDO, 1992, p. 14). A conversa fiada e despreensão da crônica surpreenderam, assim, a crítica.

A polêmica que envolve a crônica vai além do seu veículo: jornal e livro. Ressalta-se, também, o fato de a crônica se apropriar de uma linguagem concisa, mais coloquial, mais livre dos padrões da escrita, íntima da oralidade e afastada da norma padrão. A principal preocupação do cronista não é encontrar palavras mais apropriadas esteticamente, mas sim, mostrar a realidade tal como é, aos olhos dele. Intenta-se fazer com que o leitor experiencie aquilo que ele se dispôs a observar.

Como sugere Afrânio Coutinho, em *A literatura no Brasil*, na qual dedica um dos seus capítulos ao gênero crônica:

É o estilo que marcha a passo com o pensamento e o traduz, como num orador, sem nenhum intervalo, diretamente, do pensamento à palavra, sem

precisar de qualquer artifício intermediário para expressar a realidade que está na alma do artista. (COUTINHO, 1971, p. 106).

Para isso, utiliza com frequência palavras consideradas vulgares, gírias, expressões que correspondem a determinado lugar e época específicos. Possibilita que acessemos com mais precisão o lugar a que o autor nos propôs a levar, já que a linguagem é influenciada por cada cultura, pela esfera social a que pertence, pelo nível de instrução, mantendo uma maior fidelidade com o real. É difícil definir a liberdade da crônica sem correr o risco de sermos injustos ou equivocados. Essa liberdade da crônica faz com que ela visite vários gêneros, mas sem se prender a nenhum deles. Nessa perspectiva, Coutinho observa que:

Evidentemente, essa tentativa de classificação não implica o reconhecimento de uma separação estanque entre os vários tipos, os quais, na realidade, se encontram frequentemente fundindo traços de um e outros. Há mesmo, entre os cronistas, os ecléticos, que se deliciam a borboletar em torno de diversos assuntos ou temas ou motivos, não se deixando jamais prender a nenhum deles permanentemente. (COUTINHO, 1971, p.120)

A hibridez da crônica, muitas vezes, faz com que ela seja confundida com outros gêneros, como o conto, por exemplo. Isso ocorre porque o território da crônica não é traçado com rigor, tampouco fica claro qual é o lugar da crônica para que, assim, não ultrapasse sua extensão. Corajosamente, ela não se limita a um espaço claramente definido. Segundo Sá,

[...] a crônica não se restringe a um modelo único, isto é, há crônicas que passam longe das inclinações para a narrativa, preferindo o comentário ou a digressão lírica. [...] enquanto crônicas idênticas ou praticamente iguais a contos, no que se refere a sua adesão à organização narrativa, outras abdicam do narrar, constituindo-se em comentários ou reflexões, com mais ou menos lirismo; além de uma terceira modalidade, bastante comum, composta por uma mescla de narrativa, comentário e lirismo. Isso significa que, muitas vezes, o uso de um desses termos (narrador ou sujeito lírico) poderá revelar inadequado para designar aquele “eu” que expressa em determinadas crônicas. Não se trata de imediatamente adotar o termo “autor”, mas se observa a necessidade de atenção especial com uma terminologia que não pode ser fixa para cumprir seu papel sem conduzir a equívocos quando o objeto pesquisado é a crônica. (SÁ, 2005, p. 51)

O caráter transitório da crônica fica evidente nas palavras de Sá. Falar em crônica, de modo geral, é arriscado e requer muito cuidado para não se perder diante desse gênero híbrido. Torna-se mais confortável falar dela a partir de sua multiplicidade de tipos.

Ela pode ser dividida em diversas categorias. À vista disso, fica mais compreensível essa aproximação com outros gêneros. Coutinho dividiu o gênero nas seguintes categorias:

- a) A *crônica narrativa*, cujo eixo é uma estória ou episódio, o que a aproxima do conto, sobretudo entre os contemporâneos quando o conto se dissolveu perdendo as tradicionais características do começo, meio e fim. O exemplo típico é Fernando Sabino.
- b) A *crônica metafísica*, constituída de reflexões de cunho mais ou menos filosófico ou meditações sobre os acontecimentos ou sobre os homens. É o caso de Machado de Assis e Carlos Drummond de Andrade, que encontram sempre ocasião e pretexto nos fatos para dissertar ou disreter filosoficamente.
- c) A *crônica pema-em-prosa*, de conteúdo lírico mero extravasamento da alma do artista ante o espetáculo da vida, das paisagens ou episódios para ele carregados de significado. É o caso de Álvaro Moreyra, Rubem Braga, Manuel Bandeira, Lêdo Ivo, Eneida, Raquel de Quéroz.
- d) A *crônica-comentário* dos acontecimentos, que tem, no dizer de Eugênio Gomes, “um aspecto de bazar asiático”, acumulando muita coisa diferente ou díspar. Muitas crônicas de Machado e Alencar pertencem a esse tipo.
- e) A *crônica-informação*, mais próxima do sentido etimológico, é a que divulga fatos, tecendo sobre eles comentários ligeiros. Aproxima-se do tipo anterior, porém é menos pessoal. (COUTINHO, 1971, p. 120)

A partir dessas categorias é possível perceber que a crônica mantém diferenças significantes em si. Essa variedade dentro de um único gênero também contribuiu para a relevância que a crônica tem dentro da nossa literatura. Afirmar que ela não é literatura seria, no mínimo, um atentado não só à literatura brasileira como também a escritores que se tornaram referência e compõem o cânone brasileiro. A começar por Machado de Assis, que não resistiu aos encantos do gênero. Considerado por muitos críticos um dos maiores escritores da nossa literatura brasileira, mostrou que a crônica é, sem dúvida, um gênero de personalidade. Segundo Coutinho:

O criador de Brás Cubas, que também enxertara a crônica em alguns de seus romances, consagrou-se ao gênero durante longos anos, contribuindo consideravelmente para a sua evolução na literatura brasileira. Sua obra folhetinesca reflete discretamente as variações por que o gênero veio passando, desde o romantismo até o realismo, com bifurcações pelo parnasianismo e simbolismo. Há um pouco de tudo isso nas suas crônicas. (COUTINHO, 1971, p. 122)

Não foi só Machado de Assis que enriqueceu o gênero. Carlos Drummond de Andrade também prosperou a crônica. Considerado um dos maiores poetas do Brasil e figura respeitável do cânone brasileiro, ele já teve seu nome associado à crônica, fato que lhe rendeu bastante repercussão em um congresso realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2002. Conforme Simon, “Na proposta do evento, havia um temário com mais de vinte

opções: uma delas era ‘Drummond cronista’; é desnecessário dizer que não havia a alternativa ‘Drummond poeta’” (SIMON, 2011, p. 30).

É comum Drummond estar associado ao gênero lírico, talvez não havendo necessidade de o citar. Mas não parece ser só isso. Evidentemente, a crônica é reconhecida, muitas vezes, como um subgênero. Esta condição é incompatível com a representação do nome de Drummond no meio literário. É como se fosse inesperada essa união, causando um possível estranhamento ou, no mínimo, uma surpresa ao público do evento: esses são só alguns dos muitos escritores canonizados pela nossa literatura brasileira que se deliciaram com a crônica. Houve muitos outros autores referências na nossa literatura. Simon elenca alguns deles:

José de Alencar, [...], Raul Pompéia, Olavo Bilac, Lima Barreto, Manuel Bandeira, Mário de Andrade, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, Cecília Meireles, Vinicius de Moraes e Nelson Rodrigues. Trata-se de uma relação seleta, composta integralmente por nomes dos mais valorizados no cânone literário brasileiro. (SIMON, 2011, p. 33)

É impossível falar em autores da crônica sem citar Rubem Braga. Isso se deve a diversas razões. Uma delas é o fato de Rubem Braga apresentar uma surpreendente qualidade em seus textos se se dedicar a escrever somente crônicas. Mesmo diante da condição de a crônica ser considerada gênero menor. Sá interpreta sua atitude como um ato de coragem:

[...] certamente capaz de escrever contos, novelas e romances, não se deixou seduzir pelo brilho dos chamados “gêneros nobres”. Sua opção é ainda mais corajosa porque, vivendo num país de frases bombásticas, ele cumpre a principal característica do escritor: o despojamento verbal, que implica uma construção ágil, direta, sem adjetivações. (SÁ, 2005, p. 12)

Não apenas Sá destaca o nome de Rubem Braga na crônica. Seu nome está sempre ligado a este gênero. Todos aqueles que se dedicam a estudar a crônica, se referem a esse autor, seja pela sua qualidade, seja pela sua afoiteza de publicar somente crônicas. Não se rendera, portanto, a outros gêneros considerados nobres. Rubem Braga é considerado por muitos críticos um dos principais cronistas do Brasil. Arrigucci contribui para a compreensão do gênero em um dos seus trabalhos, *Enigma e comentário: ensaios sobre a literatura e experiência*, em que se dedicou a falar sobre crônica. Mesmo não citando o nome de Rubem Braga, em uma de suas passagens é possível relacionar as características trazidas pelo autor ao nome de Braga, devido a sua importância e representatividade para o gênero. De acordo com Arrigucci, a crônica:

Teve [...] um florescimento de fato surpreendente como forma peculiar, com dimensão estética e relativa autonomia, a ponto de constituir um gênero propriamente literário, muito próximo de certas modalidades da épica e às vezes também da lírica, mas com uma história específica e bastante expressiva no conjunto da produção literária brasileira, uma vez que dela participaram grandes escritores, sem falar naqueles que ganharam fama sendo sobretudo cronistas. (ARRIGUCCI, 1987, p. 53)

O nome de Rubem Braga está ligado à ascensão da crônica como um gênero literário. O fato de Braga se dedicar ao gênero crônica, unicamente, reforça a ideia de ela ser um gênero autônomo do jornal e com características fundamentais para compor o grupo de gêneros literários. Braga aproveita-se de toda a liberdade que a crônica fornece. Coutinho se refere a essa transitoriedade permitida na crônica de Braga como “[...] seguramente o mais subjetivo dos cronistas brasileiros. E o mais lírico. Muitas de suas crônicas são poemas em prosa. Apresentando a originalidade de uma imaginação poética e erradia.” (COUTINHO, 1971, p. 120).

Outro nome de peso e que merece também destaque entre muitos que contribuíram para transpor a crônica de uma condição jornalística a incorporar os gêneros literários foi Paulo Barreto que, nas palavras de Coutinho, foi “[...] quem cabe inegavelmente o qualificativo de iniciador da crônica social moderna.” (COUTINHO, 1971, p. 114). Consagrado como um dos maiores jornalistas do seu tempo, Paulo Barreto tinha o pseudônimo João do Rio. Carioca, ingressou na sua carreira ainda muito cedo, com 16 anos, no século XIX. Foi João do Rio que imprimiu na crônica seu aspecto literário. Sá considera que:

[...] Paulo Barreto percebeu que a modernização da cidade exigia uma mudança de comportamento daqueles que escreviam a sua história diária. Em vez de permanecer na redação à espera de um informe para ser transformado em reportagem, o famoso autor de *As religiões no Rio* ia ao local dos fatos para melhor investigar e assim dar mais vida ao seu próprio texto: subindo morros, frequentando lugares refinados e também a fina flor da malandragem carioca, João do Rio (seu pseudônimo mais conhecido) construiu uma nova sintaxe, impondo a seus contemporâneos uma outra maneira de vivenciar a profissão de jornalista. Mudando o enfoque, mudaria também a linguagem a linguagem e a própria estrutura. [...] Com essa modificação, João do Rio consagrou-se como o cronista mundano por excelência, dando à crônica uma roupagem “literária”. (SÁ, 2005, p. 8)

A crônica conta com diversas figuras importantes e com qualidades inquestionáveis. Fala de tudo aquilo que está diante dos olhos sem desprezar a arte. Atualmente, a crônica conta com nomes importantes e representa grande número de vendas, com o grande mérito de

se tornar um dos gêneros mais vendidos no Brasil. Parte desse êxito está associado ao escritor contemporâneo Luís Fernando Veríssimo. Ele tem números bastante representativos de vendas editoriais. Simon o descreve como um fenômeno brasileiro. Segundo ele:

Desde 1973, quando estreou em livro com *O popular* – e de lá pra cá já foram lançados mais de 50, o que praticamente perfaz a média impressionante de dois títulos por ano -, o autor consegue transferir seu êxito dos jornais para as estantes de livrarias. Ao longo da carreira, já são 5 milhões de exemplares vendidos, dos quais pelo menos 3 milhões desde 2000. (SIMON, 2011, p. 31)

Veríssimo não é caso isolado dentro do rol de cronistas que tiveram bastante sucesso em relação às vendas. Diversos autores se consagraram com grandes números editoriais. O mineiro Fernando Sabino está relacionado também entre um dos maiores cronistas brasileiros. Deixou sua grande contribuição ao gênero. Sabino foi escritor, jornalista e editor. Ele enriqueceu a crônica com sua multiplicidade. Sabino não só obteve números significantes editoriais, como contribuiu para dar um toque refinado ao gênero. Sá argumenta sobre uma importante relação que existe entre Sabino e a crônica:

Em 1996, Fernando Sabino ganha aquela que provavelmente é a edição mais sofisticada da área das letras: em três volumes, a Editora Nova Aguilar lança sua *Obra reunida*. Vale frisar que a maior parte do lançamento é composta de crônicas e não dos romances que o autor também escreveu. (SÁ, 2005, p. 32).

A editora Ática lançou uma coleção intitulada como *Para gostar de ler*. Sá nos apresenta que “Entre os 36 volumes publicados até 2004, mais de 20 veiculam a produção de diversos cronistas brasileiros como Rubem Braga, Carlos Drummond de Andrade, Paulo Mendes Campos, Fernando Sabino” (SÁ, 2005, p. 34). Ainda diante desse compromisso de análise do reconhecimento da crônica, Sá nos apresenta a incorporação da crônica ao cânone literário. Esse fato foi fundamental para o reconhecimento da crônica como gênero, pois a tirou da sombra de uma matéria puramente jornalística e a afastou de vez do título de subgênero.

Em 2002, o Exame Nacional de Cursos, popularizado no meio universitário como “Provão”, determinava que os concluintes dos cursos de Letras apresentassem uma avaliação em cujo programa constava uma lista de obras literárias. Nesta lista, entre textos de autores brasileiros, Machado de Assis, Mário de Andrade e Guimarães Rosa, [...] além de outros europeus como Shakespeare [...] aparecia o nome de Rubem Braga, com seu *Ai de ti, Copacabana*. Tratava-se da chegada definitiva ao cânone. (SÁ, 2005, p. 35)

Não nos resta dúvida de que a crônica seja um texto difícil de classificar e de se dar um lugar específico e, mais que isso, um lugar fixo. A crônica passou por mudanças bastante consideráveis. A começar pelo seu veículo, inicialmente o jornal, e mais adiante ingressou no livro. Isso não trouxe grandes mudanças em relação a seu leitor. Este continua sendo basicamente o mesmo. O que difere significativamente é maneira como o leitor se relaciona com livro, que é diferente diante do jornal. Normalmente, não compramos um livro para nos desfazermos dele rapidamente, nem mesmo fazemos isso quando o terminamos. Já o jornal, sim. A pressa característica do jornal também, nem sempre, ou raramente está presente no livro. O destino da crônica passa a ser condicionado ao seu veículo, tornando um caráter peregrino ou efêmero conforme cada um. Mesmo diante dessa circunstância, seria, no mínimo, equivocado atribuir o triunfo da crônica ao livro. Ela na verdade já era enriquecida com sua arte no jornal e passou a incrementar outro espaço. Sá demonstra muito bem quando diz que:

Nessa mudança de suporte, que implica a mudança de atitude do consumidor, a crônica sai lucrando. As possibilidades de leitura crítica se tornam mais amplas, a riqueza do texto, agora liberto de certas referencialidades, atua com maior liberdade sobre o leitor – que passa ver novas possibilidades interpretativas a partir de cada releitura. (SÁ, 2005, p. 85)

A possibilidade de a crônica sair do jornal e incorporar o mundo literário veio não só da audaciosa atitude de mudá-la de espaço, mas também da necessidade de falarmos daquilo que passava despercebido, mas carregado de riquezas, agora no livro. A crônica nos abriu os olhos para aquilo que muitos de nós brasileiros temos em comum, para aquilo de que somos feitos. Não à toa que é considerada por muitos críticos o gênero mais abraçado que temos. Segundo Arrigucci:

Na verdade, ela se tornava um campo de experimentação de uma linguagem mais desativada, flexível e livre adequando-se à necessidade de pesquisa brasileira que passara a se impor à consciência dos intelectuais, sobretudo a partir da Revolução de 30, e atingia, por essa via simples, também a consciência do grande público dos jornais. Seguindo a tendência do momento e de outros gêneros, a crônica se convertia num meio de mapear e descobrir um país heterogêneo e complexo [...] fundindo numa liga complexa componentes discrepantes, provenientes de vidas distintas, mas mescladas. (ARRIGUCCI, 1987, p. 63)

A crônica veio para falar daquilo que, frequentemente, é ignorado e, outras vezes, esquecido, mas que compõe a nossa história. Não só apenas questões excluídas a crônica se

dedica, mas a tudo. Afinal, a crônica está intimamente ligada ao cotidiano. E é esse cotidiano que se relaciona com tudo a que estamos ligados.

3. VIOLÊNCIAS NAS CRÔNICAS DE *A BOCA NO MUNDO*

A obra a que nos dedicamos a estudar, *A boca no mundo* (2007), é um livro composto por crônicas selecionadas pelo autor dentre as que foram escritas, inicialmente, para o jornal *Folha de S. Paulo*, nos anos de 2002 a 2006. Nesta obra, Bonassi vai se debruçar sobre questões sociais, políticas e econômicas. Seus personagens são, em sua maioria, pobres, excluídos socialmente e alienados sobre sua própria condição existencial precária, dificultando a expressão de sua dor. Isso devido à ausência de condições igualitárias para todos seres humanos, no sentido de oportunizar o conhecimento de seus direitos e a responsabilidade do Estado com todo cidadão. O indivíduo passa a fazer parte de uma massa social que é configurada de ilusões, através da religião, mídia e passividade devido ao afastamento da consciência e individualidade. Os indivíduos passam a viver orientados por razões não confessadas ou mascaradas pelas relações de poder. A maioria de suas atitudes e ações possui motivos ocultos que escapam à sua consciência, vivem inconscientemente. Freud em *Psicologia das massas e análise do eu*, considera que

Nas massas, [...]apagam-se as aquisições dos indivíduos, e com isso desaparecem suas singularidades. [...]diríamos que a superestrutura psíquica, que se desenvolveu de maneira tão diversa nos indivíduos, é removida, enfraquecida, e o fundamento inconsciente, semelhante em todos eles, se torna visível (ativo). (FREUD, 2009, p. 43)

O autor vai representar o desencantamento das relações sociais e a violência intrincada nessas relações. Denuncia, em diversas crônicas, a violência envolvida nas relações de poder, no jogo político, na ausência de políticas públicas efetivas. O livro vai abordar um tipo de violência tácita, sutil, mas, apesar de silenciosa, pode ser tão devastadora quanto à violência física.

Entre as crônicas que compõem o livro, selecionamos sete para análise, nas quais identificamos representações diversas da violência, principalmente àquela que diz respeito à desigualdade social fomentada pelo Estado e seus abusos sistemáticos. O Estado, como sabemos, que tem o dever de assegurar direitos básicos a cada cidadão, mas utiliza de ferramentas ideológicas para sustentar a desigualdade. Faz isso, no entanto, de forma mascarada, apresentando-se como partidário de como uma sociedade justa e igualitária. Dessa maneira, o que o Estado faz, na realidade, é encobrir interesses particulares que fortalecem a pobreza. J. A. Guilhon Albuquerque, na introdução do livro *Aparelhos ideológicos de Estado*, considera que “Todos os aparelhos ideológicos de Estado concorrem para o mesmo resultado:

a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalista.” (ALBUQUERQUE, 2001, p. 31). Essa relação é desproporcional entre os cidadãos na atualidade, como também no passado. Ginzburg faz um panorama da nossa sociedade como sendo “[...] colonial, escravista, patriarcal, calcado em ações de repressão e violência é o solo sanguinolento em que construímos nossa glória.” (GINZBURG, 2010, p. 134).

As crônicas selecionadas para análise são: “Nossa Senhora Aparecida”, “Os pandas não têm vergonha”, “Termo de compromisso com a verdade”, “Fome de quem?”, “Meu encontro com Deus”, “Os sacrifícios” e, finalizando este capítulo de análise, “Pode ser um assalto”. Todas elas se relacionam com a desproteção do Estado e ausência de políticas públicas efetivas, gerando diversos tipos de violência e humilhação social. Analisamos, encorpadas nas crônicas, violência social, violência política, violência simbólica, violência estrutural, violência psicológica e a violência física. Esta última a menos interessante para nós, não pela sua menor importância ou impacto, mas por se tratar de uma violência com maior chance, entre as violências descritas, de ser percebida e, sendo assim, maior possibilidade de ser combatida. Isso por ela deixar, muitas vezes, marcas facilmente visíveis. Já as outras violências, agredem tanto quanto a física, ou até mais, mas sem deixar marcas facilmente reconhecidas e, muitas vezes, mascaradas no cotidiano e nas relações sociais de poder e dominação.

3.1. “Nossa Senhora Aparecida”

É possível identificar, já na primeira crônica do livro, “Nossa Senhora Aparecida”, diversos tipos de violência, naturalizadas dentro de uma cultura que discrimina determinados grupos sociais – os pobres. Através de uma espécie de depoimento, o personagem chamado Devanir descreve como tem sido sua rotina em busca de sua própria sobrevivência. Devanir faz parte de um grupo de trabalhadores que perdeu seu emprego devido à extinção de seu cargo na fábrica onde trabalhava, configurando um sistema capitalista que visa cada vez mais o lucro e despreza a condição e necessidades humanas. No caso exposto de Devanir, seu trabalho, que é a manutenção de seu sustento.

Ele perdeu sua identificação de torneiro mecânico, já que foi extinta, e a partir daí passa a assumir uma função de espécie de guardião no bairro violento em que mora como um meio para garantir seu sustento. Sua segurança física, assim como seu emprego, também não é garantido em sua nova maneira de sobreviver depois de ficar desempregado. Seu salário

provém dos outros moradores. É pago através de objetos domésticos e materiais de construção civil que ele utiliza para construir sua casa. Conforme na narrativa:

A casa de Devanir não se combina: porta de alumínio em batente na madeira, privada bege com lavatório azul; no piso, ora cerâmica, ora taco, ora cimento vermelho; uma parede de bloco, outra de tijolo cozido e assim por diante. Não é que Devanir prefira misturar as cores e as formas, mas desde que largou a família e se instalou no bairro, o que vai para sete anos, aceitou receber o que oferecessem pelo seu serviço. (BONASSI, 2007, p. 13)

Essa é a nova referência de trabalho e remuneração para o personagem. Não há, nessa nova condição de trabalho, políticas que assegurem uma remuneração mínima para sua sobrevivência. Sem essa remuneração, fica comprometida sua moradia, alimentação, saúde, lazer, a dignidade, enfim, condições tidas como basilares a todos os seres humanos. A partir dessa nova realidade imposta, Devanir passa a assumir uma função ilícita para obter seu sustento, é a forma através da qual ele conseguiu sobreviver.

O título “Nossa Senhora Aparecida” faz menção à imagem venerada pela Igreja Católica. Na crônica, Devanir, devoto da padroeira do Brasil, tem visões em que ela aparece e se comunica com ele. O personagem pensa estar tendo alucinações e que essas alucinações são consequências do remédio que começou a tomar depois de perceber “[...] barulhos dentro da cabeça e ficar nervoso” (BONASSI, 2007, p. 14), sinalizando algum tipo de distúrbio de ordem mental. O personagem não se reconhece como doente, nem ao menos sabe o que tem. Está inconsciente sobre sua própria condição de vida, possivelmente, também não está informado sobre transtornos psiquiátricos, condição que pode alterar seu processamento sensorial e provocar alucinações visuais e auditivas. A falta de instrução favorece para que ele deposite em uma imagem a condição relacionada à sua saúde mental. Essa percepção impede que ele busque pelo sistema de saúde, e assim, recorre à religião. A religião condiciona pessoas a reproduzir comportamentos em massa, idealizados não por uma divindade, mas pelo próprio homem para benefícios de outros homens. A imagem fala com Devanir:

Devanir abaixou pra beijar a mão da santa, mas ela puxou o braço e não deixou...
- Orgulhosa...
- De... va... nir...
- Fala alguma coisa, mãezinha! Pelo amor de todos os santos!
- Devanir percebeu que ela fez cara feia. Podia ser ciúme. Então ela não abriu a boca [...]. (BONASSI, 2007, p. 14)

Talvez, se tivesse o conhecimento sobre sua condição de doente, acionaria o sistema de saúde, que implicaria em ativação de políticas públicas, já que o direito à saúde é um dos direitos fundamentais adquiridos através da Constituição Federal de 1988. A falta de instrução de um cidadão favorece para a ausência do reconhecimento e, assim, ausência de fiscalização dos agentes políticos.

A educação constitui uma base fundamental para a qualidade de vida do indivíduo, pensamento crítico e autônomo. É através dela que se pode formar indivíduos conscientes e autônomos para compreender a própria condição e os meios para combater o sistema existente de distribuição de renda, por exemplo, ao invés de se posicionar de maneira automatizada e divergentes à sua realidade.

A precariedade do modo de viver de Devanir vai desde condições básicas como a casa, por exemplo, que o narrador descreve como tendo apenas dois cômodos, “Cada um dos dois cômodos da casa tem uma imagem [...]” (BONASSI, 2007, p. 14), até condições mais particulares como o seu próprio estado mental e a interferência que ele promove no seu modo de perceber os outros e a si mesmo.

Há uma diminuição na capacidade de pensar e problematizar sua própria condição e o que o trouxe até ela, daquilo que é consequente do seu modo de viver. Como meio de sobrevivência e segurança, ele usa a religião. A religião na sua vida é o instrumento de garantia de condições básicas para sobreviver: “[...] rezando contra maldição, polícia e bala perdida” (BONASSI, 2007, p. 13). Freud acredita que, nessas circunstâncias,

O homem parece procurar sempre um ponto de segurança anímica, um atrativo, uma imagem encantada que satisfaça a sua necessidade em exaltar o “Eu” e, portanto, as aglomerações se refugiam sobre a proteção dessas imagens fetiches: a mulher encantadora, a santa, a virgem, o chefe, o Cristo, o Deus a pátria são refúgios comuns da aglomeração em perigo. (FREUD, 2009, p. 28)

Ginzburg considera que essa condição tem como motivação também a ausência de letramento, condição reconhecida em uma camada considerável do país. O conhecimento da palavra pode ser chave para consciência de direitos, além da compreensão, a verbalização como forma de luta por seus direitos. Consoante Ginzburg,

[...] percebemos que a grande parte da população brasileira que não participa do mundo letrado tem dificuldades na interação com o mundo das leis, a ordem policial e o controle governamental, associadas a uma ausência de condições de intervenção em confronto com a hostilidade da realidade. (GINZBURG, 2010, p.109).

Essa ausência de reflexão sobre a própria vida favorece para uma naturalização da pobreza, da miséria e da violência, fomentando ainda mais a disparidade social e favorecendo a inércia do poder público. A naturalização dessa configuração é como se fosse uma “aceitação”, já que sua própria condição não o permite subverter sua realidade. Ele não tem recursos internos para isso, não foi ofertado a ele condições críticas de pensamento.

No segundo parágrafo da crônica, o narrador descreve como passou a ser o trabalho de Devanir e sua remuneração depois que ficou desempregado. Ele passa a viver com o que é provido pelos moradores de seu bairro, sem parâmetro de valor, esforço e razoabilidade da manutenção de gastos mínimos para sobrevivência. São características de um subemprego. Conforme a narrativa: “[...] mas desde que largou a família e se instalou no bairro, o que vai para sete anos, aceitou receber o que oferecessem pelo seu serviço.” (BONASSI, 2007, p. 13).

Esse serviço que o narrador descreve é realizado através de ações violentas no bairro onde Devanir mora, motivado a proteger os moradores da violência urbana e importunação da ordem social. Devanir, na verdade, não tinha escolha. Depois que sua profissão foi extinta na fábrica em que trabalhava teve que aceitar o que aparecesse. Foi a forma que encontrou para garantir sua sobrevivência.

O serviço que Devanir tem agora, não teve desde sempre. Com o diploma de torneiro mecânico do SENAI, saiu trabalhando por mais de quatorze anos numa série de fábricas que deixaram de existir. [...] o que precisava de um cuidado de metalúrgico, as máquinas deixavam pronto, de uma maneira que foi se perdendo pelos empregos perdidos e acabou sem muito de onde tirar o sustento. (BONASSI, 2007, p. 13)

É uma realidade frequente, devido ao processo de industrialização que substitui o homem pela máquina, visando à aceleração do processo produtivo e obtenção de mais lucro.

É do Estado o dever de proporcionar a todos os cidadãos emprego digno. Não só emprego, como também saúde, alimentação, moradia, igualdade, lazer, segurança etc. Direitos esses conferidos pela Constituição Federal. Na ausência do Estado, o indivíduo se vê obrigado a garantir sua sobrevivência de forma, às vezes, imprudente e irrefletida, devido a sua condição financeira precária e pouca informação. O personagem utiliza a violência como forma de sobrevivência e recobre a violência de maneira sutil e desloca seu significado. Freud assemelha esse comportamento a espécie de hipnose contida na psicologia das massas. Segundo ele, “[...]um ser humano pode ser colocado num estado tal que, depois de perder

sua inteira personalidade consciente, obedeça a todas sugestões daquele que o privou dela e cometa atos mais contrários ao seu caráter e aos seus hábitos.” (FREUD, 2009, p. 46).

É possível identificar na narrativa uma das suas atividades:

O serviço que Devanir faz agora começou de fim de semana, quando a arruaça abraçava aquela vila e quem não era disso tinha de se internar, rezando contra maldição, polícia e bala perdida. O primeiro foi um velho que gritava e arrancava na porta do boteco do Soares. Devanir, que teve pai alcoólatra, não suportava esses tipos. Quando ele fez com que o bêbado sumisse, ganhou muitas coisas pela gratidão das pessoas. (BONASSI, 2007, p. 13)

O trecho nos traz um dos trabalhos que Devanir passou a ter depois que ficou desempregado. Ele se utiliza da violência física para “sumir” com o bêbado a mando dos outros moradores. Quem deveria promover a ordem social e a segurança pública, serviço esse que é pago através de impostos que, na narrativa, a comunidade paga novamente para Devanir. Agora de forma efetiva e violenta, “acabam” com a importunação nas ruas. A importunação nas ruas vem de um homem bêbado. Problema muitas vezes enfrentado por pessoas que se encontram em situações precárias emocionalmente, socialmente e/ou financeiramente, como uma maneira de fugir desses problemas. Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), os fatores que expõe a pessoa a uma chance maior ao alcoolismo, incluem:

[...] desenvolvimento econômico, cultura, disponibilidade de álcool, além da abrangência e dos níveis de implementação e execução das políticas sobre álcool. Embora não exista um único fator de risco que seja dominante, quanto mais vulnerabilidades tiver uma pessoa, maior a probabilidade de desenvolver problemas relacionados ao álcool como resultado de seu consumo. (OPAS, 2019)

É de responsabilidade do Estado criar estratégias que atuem na sociedade sobre questões biopsicossociais como o alcoolismo, por exemplo. Como forma de prevenção e também tratamento adequado. É o Estado quem deve amparar os indivíduos em aspectos sociais, emocionais, assistenciais etc. Essa atuação efetiva diminuiria a importunação e, conseqüentemente, a violência, através da promoção da saúde. É uma violência política que altera diretamente o funcionamento psíquico, social e orgânico. Traz efeitos graves e compromete a qualidade de vida da sociedade, já que o comportamento é sempre lançado a um meio social, causando interferências na vida do outro. São efeitos combinados da pobreza

e da urbanização acelerada, sem que houvesse um desenvolvimento econômico necessário para oferecer emprego e instrução adequada aos indivíduos.

Outro aspecto social, o culto religioso como alternativa para solução de problemas sociais não alcançados pelo Estado, pode ser identificado na crônica, no trecho: “[...] quando a arruaça abraçava aquela vila e quem não era disso tinha de se internar, rezando contra maldição, polícia e bala perdida” (BONASSI, 2007, p. 13). É hábito comum recorrer à religião para solucionar problemas sociais não atendidos pelo Estado. No trecho a narrativa, a comunidade reza contra a polícia, evidenciando o caráter antagônico desse órgão público. A instituição policial tem o dever de garantir aos cidadãos a ordem, exercer a vigilância e o cumprimento das leis. Não exercendo esse papel, o órgão público está desrespeitando princípios legais e, num caráter ambivalente, está propiciando a violência de forma direta e indireta: direta, quando eles mesmos são os agentes dos atos violentos em uma suposta intervenção, derivando o medo e o repúdio pela sociedade; de modo indireto, quando não exerce efetivamente sua função básica e, assim, não combate a violência e influencia a sociedade a lidar com ela de maneira brutal como forma de se proteger. A antropóloga Alba Zaluar, em “Democratização inacabada: fracasso da segurança pública”, refere-se à violência policial no Brasil desde tempos coloniais, mostrando a origem da relação desproporcional e conveniente deste órgão. Zaluar observa que “Os policiais foram formados para satisfazer os proprietários de terra e a eles submeterem-se, reprimindo somente os pobres, os negros e os indígenas.” (ZALUAR, 2007, s/p). É o que a estudiosa vai reconhecer como uma prática de clientelismo que beneficia grupos privilegiados de forma institucionalizada e às vezes ilegal. São com essas práticas que grupos desfavorecidos socialmente passam a ter medo de polícia, sendo que esta deveria os proteger. É a legitimização da violência.

O Estado, através de seu instrumento de controle e repressão, a polícia, deveria conter a violência. Não o faz e passa a ser ele o fomentador e proporcionador da mesma. Nessa perspectiva, Althusser, em *Aparelhos Ideológicos*, considera que

[...] o Estado como força de execução e de intervenção repressiva “a serviço das classes dominantes”, na luta de classes da burguesia e seus aliados contra o proletariado é o Estado, e define perfeitamente a sua “função” fundamental. (ALTHUSSER, 2001, p. 63).

Os vizinhos de Devanir, inclusive ele, entendem que a violência vem de pessoas não civilizadas, marginalizadas socialmente. Não reconhecem que elas originam de agentes de poder. Conforme na narrativa: “[...] foi chamado pelo dono do depósito de material de

construção, que dois moleques viviam pulando o muro para roubar cimento e telha. Deu um jeito neles e ganhou um milheiro de tijolos. Aqueles da parede do fundo” (BONASSI, 2007, p. 13). A maneira de conter a violência, mais uma vez, é através de uma ação violenta, por eles justificada, em razão da “ordem social”. É a violência gerando violência. E assim, Devanir garante materiais para construção de sua casa através dessa ação, a violência sendo um instrumento da manutenção de sua sobrevivência. Em nenhum momento da narrativa é questionada a responsabilidade do Estado, nem em relação à violência e nem em relação à vida medíocre e desamparada de Devanir. A consciência de Devanir desaparece, ele não reconhece sua singularidade. A situação que se encontra é mais compatível com as pessoas que ele “dá fim” dos que com os moradores do bairro.

Há uma compreensão compartilhada na sociedade em que a violência vem de pessoas marginalizadas socialmente. É uma ideologia deturpada que mantém os poderosos como pessoas do bem e civilizadas; por outro lado, os pobres se mantêm na busca pela sobrevivência como sendo um ato de selvageria. Quando é exposto a violência promovida pelo Estado, ela é justificada e até mesmo aclamada por ser compreendida como uma tentativa de ordem social. Como exemplo citam-se frases do tipo: “Morreu porque é bandido”; “Passa fome porque não gosta de trabalhar.” Schollhammer, em *Cena do crime: violência e realismo no Brasil contemporâneo*, analisa a violência na contemporaneidade. Para Schollhammer: “Essa violência como uma tentativa de estabelecer a ordem social também acontece no movimento do menor para o maior, através de uma revolta desse sistema violento e opressor” (SCHOLLHAMMER, 2013, p.57). Essa violência tida como ordem social também vem de camadas desfavoradas socialmente. Na ausência de condições básicas de sobrevivência, buscam por condições para matar a fome, para obter prazer, entre outros. É uma espécie de contraviolência, mas não reconhecida dessa maneira socialmente.

A violência não parte de um indivíduo não civilizado em direção a uma sociedade justa e igualitária. Ao contrário: é a desigualdade social, preceito que fere os direitos fundamentais, que propicia e estimula a violência, embora faça parecer como se fosse o contrário. Isso remete ao que Althusser aponta que

Ora, o que o aparelho de Estado concorre para reproduzir é “ideologia que convém” às relações de produção ou, mais precisamente, às relações de exploração capitalista, e não as relações de exploração propriamente ditas. (ALTHUSSER, 2001, p. 35).

Sendo assim, é necessário que existam indivíduos em condições miseráveis para que se submetam a tarefas cuja atuação é exploratória, humilhante, arriscada, para a obtenção do lucro e bem-estar dos poderosos. É uma ideologia cuja finalidade é uma classe dominar a outra fazendo parecer que isso não ocorre, portanto, inconscientemente. Marilena Chaui, em *O que é ideologia*, entende como um ocultamento da realidade. Chaui considera que “Por seu intermédio [ideologia], os homens legitimam as condições sociais de exploração e de dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas.” (CHAUI, 1982, p. 21). Essa fumaça esconde a verdadeira relação existente de uma classe e evita que a classe a ser dominada enxergue sua própria condição, fazendo com que confie na condução da classe opressora, que não cessa de violar seus direitos.

Na crônica, a comunidade não quer violência, pelo contrário: ela quer acabar com ela. E também não se reconhece como violenta, apesar de suas atitudes incontestavelmente serem violentas. E faz isso também através da exploração, já que aproveita que Devanir não possui um emprego e nenhuma outra renda para sobreviver. Sendo assim, promove o rapaz como “justiceiro” do bairro e o incentiva através de “pagamentos” para violar o outro. A comunidade também não parece ter outro recurso para lidar com a violência, a não ser eleger Devanir para enfrentá-la. É comum destinar a pobres e desempregados funções de riscos e humilhantes, como se o pobre tivesse mais condições para lidar com situações nefastas. Devanir vai executar o que eles não se arriscam a fazer. Provavelmente porque reconhece que se trata de uma atuação ilegal e por ser perigoso, já que Devanir arrisca sua própria vida ao “eliminar” os perturbadores do bairro. Assim como o poder público, eles também tiram vantagens da condição de Devanir. Agora o personagem vai lidar com estupradores a mando dos vizinhos e, com isso, receber sua recompensa.

Depois foram os estupradores: a porta de alumínio, o liquidificador, uma estante de metal, o fogão e a geladeira. Tinha se especializado nisso: pedia pra ajoelhar, encomendava as almas e fazia o que tinha de ser feito. No começo enjoava, mas depois acostumou. Devanir é devoto de Nossa Senhora Aparecida, porque um dia estava se afogando em São Vicente e, quando ele gritou o nome dela, veio como que uma mão dos céus e o puxou de volta para essa vida. A santa surgira de um rio, ele ressurgira do mar e Devanir passou a pensar que tinha essa ligação com a padroeira. Por isso quando Devanir encomenda uma alma, encomenda através de Nossa Senhora Aparecida. Também porque acredita que se a gente vem ao mundo por meio de uma mãe, deve ser levado dele por intermédio de outra. Essas coisas de Devanir... (BONASSI, 2007, p. 13).

O trecho “fazia o que tinha que ser feito” remete a uma mecanização dos atos. Como se fosse a única opção. É a ausência da consciência individual, da vontade, da liberdade, aprendidos através da escola e da religião. Freud considera essa atitude como configuração de uma massa organizada. Para Freud, o ser humano integrante dessa massa

[...] desce vários degraus na escala da civilização. Em seu isolamento era talvez um indivíduo culto; na massa, é um bárbaro, isto é, um ser instintivo. Possui a espontaneidade, a violência, a ferocidade e também o entusiasmo e o heroísmo dos seres primitivos.” (FREUD, 2009, p. 48).

Ele está alienado a uma ideologia que não o favorece. Essa alienação Chauí considera como

[...] um processo ou o processo social como um todo. Não é produzida por um erro da consciência que se desvia da verdade, mas é resultado da própria ação social dos homens, da própria atividade material quando esta se separa deles, quando não podem controlá-la e são ameaçados e governados por ela. (CHAUI, 1982, p.79)

A vida de Devanir parece ter menos valor que a deles. Elegem-no para fazer atividades arriscadas e proibidas. Para combater a violência, usa-se a própria violência como instrumento, só que aqui justificada e aceita socialmente como ato necessário para a própria segurança, outro direito fundamental de todo cidadão. Ressalte-se que isso deveria ser garantido não pela atuação de Devanir, mas através de políticas públicas efetivas. São pensamentos e atitudes no mínimo incoerentes que não cessam de escancarar uma sociedade injusta e parcial quando se refere a interesses particulares. Quando indivíduos marginalizados socialmente usam a violência como instrumento para obter “benefício” (que, na maioria das vezes, é seu próprio direito básico), são absolutamente recriminados pela sociedade. Mas, quando a mesma cena altera os atores, passa a fazer sentido e até mais que isso, passa a se configurar como necessária, que são atos violentos vindos de camadas socialmente superiores e tidas como ordem social.

Fábio Marques Mendes, em *Realismo e violência na literatura contemporânea: os contos de Famílias terrivelmente felizes de Marçal Aquino*, vai tratar desse antagonismo presente nas relações sociais. Conforme Mendes, “O ser humano moderno é conflituoso, pois nele se inscreve, como complemento essencial, a possibilidade do mal, embora o mal constitua sempre um escândalo para o ser humano” (MENDES, 2015, p. 49). O cidadão se diz contra a violência, mas, paradoxalmente, a promove.

O que pode se entender na crônica é que os únicos violentos e que merecem punição são os marginais. Os vizinhos, por exemplo, não carregam o título de importunadores, violentos e criminosos, mesmo que eles também propiciem a violência. A diferença não está no ato em si, mas em quem ela está direcionada e de onde ela se origina. Faz toda diferença, em termos sociais, um pobre marginalizado matar ou um cidadão tido como civilizado e do bem cometer o mesmo ato. A ação é a mesma. O que muda é o lugar que se ocupa socialmente e que é capaz de justificar uma atitude deste tipo. Há uma explicação quando Freud considera que “Nas massas, as ideias mais antagônicas podem coexistir e se harmonizar sem que de sua contradição lógica resulte um conflito.” (FREUD, 2009, p. 52). Sendo assim o ato violento pode mudar seu caráter e até mesmo assumir um caráter contrário, através de uma ideologia manipuladora. Neste caso, os moradores do bairro se tornaram senhores e a massa os que cumprem suas ordens, como o Devanir, que realiza atividades mesmo sendo ilógicas e incoerentes com a sua condição de pessoa pobre e sem privilégio. Ainda segundo Freud, “A massa é um rebanho obediente, que nunca pode viver sem senhor. Ela tem tal sede de obedecer que subordina a qualquer um que se nomeie de seu senhor.” (FREUD, 2009, p. 55). A massa foi organizada a obedecer e acatar, sendo a obediência um princípio de moralidade na nossa cultura.

No final da crônica ocorre um diálogo entre Devanir e Nossa Senhora Aparecida. Ela aparece em sua casa como uma alucinação. Em uma das partes do diálogo, a imagem chama o personagem a refletir sobre suas ações:

- Devanir... você é um bosta.

A voz ecoava dentro do quarto, mas não tinha espaço para tanto eco. Devanir deu um passo para trás, tropeçou na cama e caiu deitado.

- Que é isso, Mãezinha! Chamo sempre que tô pra acabar com um e a senhora me chega com essa?!

- Devanir, você não pode fazer isso...

Devanir aproveitou para pegar o revólver e enfiar por trás da calça:

- Como? Deixo essa gente desprotegida? [...]

- Eu quero a sua promessa de que vai parar de matar criança, Devanir... [...]

- Que criança o quê! Malandro aqui fica pronto com doze, treze... não tem nada de criança não... A senhora devia saber disso... (BONASSI, 2007, p. 15)

No diálogo entre Devanir e Nossa Senhora Aparecida é possível analisar a percepção que o personagem tem de suas próprias ações. Ele entende que a vizinhança é desprotegida em relação aos marginalizados socialmente que ele elimina. Na verdade, é o contrário. Ele é quem está desamparado ali. Ele não vê os próprios vizinhos como agentes de violência. Esta,

mais uma vez, só aparece de baixo para cima. Ele fala ainda de adolescente que comete ato infracional, naturalizando um pensamento coletivo de que eles tiveram oportunidade de escolher outro destino. Como se a violência não fosse uma das únicas opções diante da desestrutura e ausência de suporte; condição em que muitas crianças e adolescentes se encontram no Brasil. E se trata também da sua própria condição. Eleger a violência como um meio de sobrevivência. Zaluar nos esclarece essa situação da seguinte maneira:

[...] a importância e os limites das explicações macrosociais sobre a criminalidade violenta, como a pobreza e a exclusão social, quando vista nas suas interações com os mecanismos transacionais do crime organizado em torno do tráfico de drogas e de armas de fogo que desenvolveu uma interação perversa com a pobreza e a juventude vulnerável de muitos países. (ZALUAR, 2007, s/p)

Devanir internaliza o discurso dominante em que pobre é bandido e aqueles que não são pobres não são violentos, estão buscando justiça ou proteção através da violência, mesmo Devanir sendo pobre e estando em situação muito parecida com aqueles que aparecem no bairro. Ambos buscam na violência aquilo que o Estado não lhes garante. Ele mesmo recrimina sua condição, por talvez não ter consciência dela. Outro discurso que ele reproduz da classe dominante: “Malandro aqui fica pronto com doze, treze anos... não tem nada de criança não”, acreditando que um adolescente já tem consciência plena de seus atos e deve ser punidos e não instruídos. É a desejada diminuição da maioridade penal por algumas camadas sociais e Devanir se torna um consumidor passivo dessas ideias.

Esse contágio emocional faz com que o indivíduo afaste de si a consciência de sua própria classe. Ele passa a imitar comportamentos contrários a sua própria realidade. Albuquerque que considera que o indivíduo está inerte a uma ideologia. Para ele,

[...] a causa da ilusão ideológica seria a alienação material que reina nessas condições de existência. Para Althusser é a “natureza imaginária dessa relação” entre os homens e suas condições de existência que dá suporte a toda e qualquer deformação imaginária da ideologia – quando essa relação não é vivida “na sua verdade”.

Mais precisamente, toda ideologia representa, na sua deformação necessariamente imaginária, não relações de produção existentes (e outras relações que delas derivam) [...] a relação entre eles é “imaginária” por oposição a realidade pré-existente (a relação é imaginária e falsa). (ALBUQUERQUE, 2001, p. 39)

Pode-se pensar, não só nessa ideologia através de um contágio emocional que fortalece as relações de poder de uma classe pela outra, mas também em uma violência simbólica, já

que o personagem na crônica internaliza discursos que oprimem sua própria condição. Ele mesmo faz parte desse grupo que usa a violência como forma de conquistar seus direitos. Porém, de tão internalizado que está para ele o discurso do dominador, ele, o dominado, não se percebe como tal. De acordo com o Bourdieu a violência simbólica é uma

[...] violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. Destarte, a dominação simbólica se instaura por intermédio de um processo sustentado pela existência e pelo reforço de pensamentos e predisposições alinhados às estruturas impostas, refletindo em ações de conhecimento, reconhecimento e submissão ao instituído por parte dos dominados que, julgando auto-evidente tal processo, não conseguem romper com o mesmo, conspirando para a sua própria dominação. (BOURDIEU, 1989, p.7)

A crônica termina com Devanir atirando na imagem da santa. Em um dos diálogos na narrativa com a imagem, surge: “Devanir puxou a arma, apontou para a santa e disparou.” (BONASSI, 2007, p. 15). O tiro indica um afastamento de qualquer pensamento crítico que possa ter sobre suas próprias atitudes. Mesmo diante da moradia precária, do desemprego, da ausência de instrução e de políticas públicas destinadas a ele, entende como os moradores do bairro é que estão desprotegidos, sendo que é o contrário. É ele e as pessoas que ele afasta do bairro que estão nessa condição. A essa percepção do discurso dominante, a imagem o chama de “burro”. Provavelmente isso ocorre por ele proteger quem o viola, e violar a si mesmo e sua classe. Podemos considerar que o tiro é um afastamento do pensamento crítico, mesmo que seja através de alucinação. Isso se dá através da violência, com a “eliminação” da santa. Com um tiro ele encerra o diálogo. O narrador encerra a crônica “[...] prometeu não tomar mais aquele remédio e ninguém sabe se deixou de fazer maldade.” (BONASSI, 2007, p. 15). Parar de tomar o remédio pode ser considerada como uma forma de distanciar-se de pensamentos críticos e ter consciência sobre sua conduta. A sua tomada de consciência de classe foi afastada, através do tiro em direção à imagem.

3.2. “Os pandas não têm vergonha”

A segunda crônica a ser analisada neste trabalho é “Os pandas não têm vergonha”, construída por meio de um diálogo entre policiais em uma ocorrência que envolve homicídio. Nela, a violência é tratada de modo banal, através da indiferença dos policiais. Mesmo diante

de cinco jovens mortos a tiros, eles conversam sobre acontecimentos aleatórios, como a rotina de animais, que atrai mais a atenção do que o fato no qual estão inseridos, como se a morte por arma de fogo, de maneira tão precoce, não causasse estranhamento, revolta e nem repúdio naqueles que foram chamados para apurar o fato.

A casa precária onde os jovens foram encontrados mortos e a presença de drogas no local parecem contribuir para a reação de acontecimento trivial dos policiais, como se fosse destino comum do pobre e usuário de drogas esse fim. É a banalização da violência sofrida por pessoas consideradas marginais pela sociedade: “A ocorrência é num quarto e cozinha de bloco, onde se chega escorregando por lombadas cobertas de lixo.” (BONASSI, 2007, p. 100). Outra condição para essa reação ou ausência de reação, é o fato de policiais estarem diariamente envolvidos com esse tipo de ocorrência, a morte de jovens pobres.

A banalização da violência começa desde o título da crônica. É eleita como título uma das partes principais do texto. É uma abertura bem pequena da ideia principal que ele vai tratar. Com o título “Os pandas não têm vergonha” é isso que pretende chamar mais a atenção do leitor. Como se a vida dos pandas fosse mais importante que a dos jovens. Os homicídios dos cinco jovens não têm tanta importância, quando comparados ao modo de reprodução desses animais.

Bonassi se utiliza da ironia para retratar o que uma vida pobre representa na sociedade. Ela não possui valor. A violência sofrida por eles não causa revolta. Até mesmo pior que isso, se justifica. A notícia de que um jovem marginalizado foi morto soa como um alívio e até como um ato justo e protetivo aos demais. É um culto à morte de pessoas marginalizadas socialmente.

É possível perceber que se trata de um crime com jovens pobres, pela descrição que é feita e pelo lugar onde foram encontrados os corpos. Conforme o narrador: “Nos cômodos, caixote é mesa. Bancos de Kombi é sofá. Papelão é cama. Duas malas reviradas: roupas de *griffe*, tênis, CD pirata, resto de pizza e refrigerante.” (BONASSI, 2007, p. 100). A ocorrência não causa estranhamento nos profissionais. Isso ocorre devido ao fato de eles verem com frequência homicídios dessa natureza e já não ficarem surpresos. Eles assumem um assunto aleatório e desprezam a gravidade da ocorrência que está diante deles. É possível perceber na narrativa:

Um deles faz o sinal da cruz e vai contando as perfurações na parede. O outro fica olhando. Não é para conferir. Fala:

- Você sabe que eu me ligo em filme de bicho...
 - Se você repetir aquela história de lagartas, eu ...
 - Esquece as lagartas. Me enchi o saco de borboletas. Já os pandas...
- O que conta as perfurações olha feio pro que gosta de filme de bicho; este último começa a catar cápsulas no chão.
- Quando uma fêmea de panda quer se reproduzir, ela se esfrega nas árvores em torno do lugar onde mora e depois fica esperando os machos...
- (BONASSI, 2007, p. 100)⁶

Há de considerar também o fato de que existe uma cultura que despreza a violência cometida contra jovens pobres e usuários de drogas, vistos como conscientes e cúmplices desse destino, o assassinato, com se eles tivessem tido oportunidades para seguir seus caminhos fora da violência. Se o nosso país é formado em sua maioria por pessoas pobres, mudar essa situação deveria ser nosso maior motivo de luta e não excluí-los como se não fizessem parte da nação. Esse fenômeno pode ser derivado pelo desprestígio da pobreza e o prestígio que a classe alta possui.

É possível novamente perceber a ausência de estranhamento e repúdio na narrativa:

Tem também cinco corpos emborcados. Dois na cozinha, três na sala. Duas mulheres. Três homens. Na verdade duas meninas e três moleques. Os peritos ficam olhando praquilo. Não por nada. Já viram de tudo que pode estragar um almoço. (BONASSI, 2007, p. 101)

Os cinco jovens não possuem nenhuma identificação na crônica. Não possuem nome e nem profissão. São indivíduos invisíveis socialmente. Fernando Braga da Costa, em *Homens Invisíveis: relatos de uma humilhação social*, identifica a invisibilidade pública como

[...] desaparecimento intersubjetivo de um homem no meio de outros homens, é expressão pontiaguda de dois fenômenos psicossociais que assumem caráter crônico nas sociedades capitalistas: humilhação social e reificação. [...] apresenta-se como um fenômeno histórico, construído e reconstruído ao longo de muitos séculos e determinante no cotidiano de indivíduos pobres. (COSTA, 2004, p. 63)

A sociedade em geral, não tem interesse em conhecer o nome ou a história desses jovens, há um rebaixamento social e político. Eles fazem parte da massa marginalizada do nosso país que não tem prestígio. Eles são julgados antes mesmo de serem conhecidos. E esse julgamento é penoso. Freud considera esse tipo de julgamento não como um ato consciente e

⁶ Zaluar reflete sobre as estatísticas sobre homicídio relacionados ao tráfico no ano de 1991: “Um estudo cuidadoso de inquéritos policiais e de processos penais em 1991 no Rio de Janeiro mostrou que 57% dos homicídios cometidos nesse ano estavam relacionados com o tráfico. De fato, essa é apenas uma das muitas indicações que sugerem que o aumento das taxas de homicídio pode estar correlacionado com a maior entrada de armas de fogo e drogas no país, já que os dois fenômenos aumentaram simultaneamente nos últimos anos da década de 1970”. (ZALUAR, 2007, s/p)

individual, mas, sim, um julgamento de massa, assemelhado ao comportamento de uma criança malcriada e até em selvageria: “[...] nos piores casos, seu comportamento é antes o de uma manada de animais selvagens que o de seres humanos.” (FREUD, 2009, p. 65).

Os policiais olharam para os corpos da mesma maneira que olhavam para os objetos que os cercavam, fenômeno de reificação de pessoas pobres. De acordo com Costa,

[...] a reificação configura-se como um processo pelo qual, nas sociedades industriais, o valor (de que quer que seja: pessoas, relações inter-humanas, objetos, instituições) vem apresentar-se à consciência dos homens como valor sobretudo econômico, valor de troca: tudo passa a contar, primeiramente, como mercadoria. (COSTA, 2004, p. 64)

É um rebaixamento social e político, desvalorizando o ser humano, rebaixando o indivíduo, como mercadoria e colocando-o na categoria de coisa. Na narrativa, os policiais não fazem nenhuma distinção do que é vida humana dos objetos que os rodeavam no local da ocorrência.

[...] o que recolhia os objetos agora escreve numa folha de papel: “duas mulheres, três homens; todos entre quinze e vinte anos; sem identificação”. [...] encontra uma pedra de *crack* (pequena, de cinco reais); mostra pro primeiro, que pega e dá de ombros. (BONASSI, 2007, p. 101)

Vidas pobres não têm valor, têm peso. Peso de estar na ponta da desigualdade social que os humilha e os torna inferiorizados. Costa identifica uma sociedade cega para a desigualdade social, como se os desfavorecidos da escala social não existissem. Costa acrescenta que “[...] nossa atenção só vem ver o que é para ser oficialmente visto, vem só ver e ouvir o que está autorizado ou vem reparar nas coisas e nos seres das margens e de meia-luz.” (COSTA, 2004, p.18).

A sociedade, muitas vezes, se comporta de maneira passiva em relação ao sofrimento de indivíduos marginalizados socialmente. Primeiro os marginaliza e depois não se insere como agente desse processo. Há um silenciamento de seu sofrimento, imprimindo uma percepção de que eles são mais resistentes à dor e ao sofrimento. Todos os jovens não são iguais, alguns são pobres. O sonho da igualdade demanda políticas públicas eficazes para que a igualdade, de fato, possa se concretizar.

O pensamento em massa está programado a amar e odiar seus objetos. No amor há a um Deus, por exemplo, que é devido o amar acima de todas as coisas. Esse mesmo Deus é identificado como nossa imagem e semelhança. É o que Freud chama de amor narcísico a partir de que “equiparam-se a ele [objeto amado], não tem nenhum sentimento de aversão por

ele.” (FREUD, 2009, p. 95). Já as pessoas marginalizadas não são reconhecidas como pessoas e, portanto, indignas de amor. Nessas pessoas não foi inserida essa identificação, eles são coisas, através de um processo de reificação de pessoas e, conseqüentemente, faz parte do objeto de ódio e desprezo. Essa identificação é conhecida na psicanálise como manifestação mais precoce de uma ligação emocional com outra pessoa. Para Freud na identificação “ [...] o eu toma para si as qualidades do objeto”. (FREUD, 2009, p. 101). Portanto, só me identifico com aquele que eu desejo ser e não com aquele que está de fato relacionado comigo. Temos muito mais coisas em comum com as pessoas marginalizadas que é a característica do nosso país do que com um Deus justo e fiel, mas através do rebaixamento de pessoas marginalizadas, perdeu-se a identificação, nos ousando a resumir que o objeto, o Deus, foi colocado no lugar de ideal do eu. Ainda segundo Freud

Em algumas formas de escolha amorosa se torna inclusive evidente que o objeto serve para substituir um ideal do eu, próprio e não alcançado. Ama-se o objeto devido às perfeições que se aspirou para o próprio eu e que agora se gostaria de alcançar por esse rodeio a fim de satisfazer o próprio narcisismo. (FREUD, 2009, p. 112)

Insistindo no assunto, Freud ainda considera que

O indivíduo pode ser um bom cristão, e, no entanto, nem lhe passar pela cabeça a ideia de se colocar no lugar de Cristo, e, como ele, abarcar todos os seres humanos com o seu amor. Afinal, na condição de um débil ser humano, a pessoa não precisa se atribuir a grandeza de alma e a força amorosa do Salvador. Porém, esse avanço no desenvolvimento da distribuição libidinal na massa provavelmente é o fator no qual o cristianismo baseia sua pretensão de ter alcançado uma moralidade mais elevada. (FREUD, 2009, p. 150)

Os policiais que trabalham no assassinato são uma das classes que compõem os aparelhos repressivos do Estado. Eles trabalham a favor do Estado e exercem o que ele determina através da repressão. Contudo, estes policiais fazem parte dos executores do trabalho. São a mão-de-obra do aparelho do Estado e, portanto, assalariados, sujeitos à condição precária de trabalho. Não são eles que determinam as regras, eles apenas as cumprem. Muitas vezes, compõem o grupo de violados, seja pelo risco que assumem, já que é conhecido a realidade de policiais que morrem no ofício e, como aponta a narrativa, em condições de trabalho que não são asseguradas sua integridade física: “[...] aquele que contava as perfurações agora procura algo em torno. Acha. É um saquinho de supermercado que ele

vira do avesso, pra usar como luva. Recolhe batom, duas carteiras vazias, oitenta reais e um boné de vereador. (BONASSI, 2007, p. 101)

O trabalhador é exposto diretamente aos corpos e objetos que estão dentro da casa. A crônica denuncia a ausência de materiais básicos, como a luva, por exemplo, para proteger sua saúde. Ele não demonstra revolta ou indignação com aquela realidade. Parece estar acostumado com a condição precária de trabalho, é como se ele já tivesse em um estado de topor diante de tudo que já presenciou em sua profissão. Condição que favorece para um comportamento apático diante do homicídio, da casa precária onde os jovens estavam, da idade deles, da presença de substâncias ilícitas e de sua própria condição de trabalho. Conforme pode ser identificado no diálogo na narrativa:

Embaixo das anotações, o perito desenha um croqui do lugar, põe os cadáveres, rabisca “X” nos orifícios de entrada e “Y” nos de saída de balas.

- Vinte e sete.

O outro conta as cápsulas:

- Treze.

Um anota a quantidade enquanto o outro põe as cápsulas no bolso do paletó.

Pega uma máquina fotográfica, põe filme.

- Você não entendeu: os elefantes são experientes e assustados. (BONASSI, 2007, p. 101)

Georg Lukacs e Adam Schaff, em *Sobre o conceito de consciência de classe*, identificam esse comportamento como uma falsa consciência. Para eles, é como se

[...] numa determinada situação, se substitua aquilo que os homens efetivamente pensam por aquilo que deveriam pensar. [...] se tivessem sido capazes de perceber perfeitamente essa situação e os interesses dela decorrentes tanto no tocante à ação imediata quanto no que diz respeito à estrutura de toda a sociedade [...]. (LUKACS; SCHAFF, 1973, p. 15)

É como se o trabalhador afastasse da consciência toda aquela problemática para conseguir suportar sua realidade, em vez de questioná-la. É como também se perdessem a condição de enunciar tudo aquilo que estão expostos. Não é possível afirmar que eles tiveram a oportunidade de expor seu sofrimento, sua condição, pois, não é interesse para classe dominante a consciência da classe dominada. Parecem muito obedientes aos princípios da escola e da religião: falta de liberdade, ausência de escolha e reprodução de conteúdo. Freud une esses princípios e classifica como produto da cultura. Em *O mal-estar na cultura*, Freud considera que “A substituição do poder do indivíduo pelo passo cultural decisivo. Sua

essência consiste nos fatos que os membros da comunidade se restringem em suas possibilidades de satisfação”. (FREUD, 2015, p. 98)

É justamente a ausência dessa consciência e liberdade que financia a dominação. A partir do momento que também não há condições de mostrar seus sentimentos e singularidades, eles passam a ser parte do fenômeno de reificação, são coisas que cumprem ordens superiores, que não possui necessidades básicas, como a segurança, por exemplo. Ginzburg considera que nessa situação, os grupos de pessoas são

[...] tratados como objetos do conhecimento oficial, muitas vezes foram reduzidos a resíduos de si mesmos, tendo suas vivências ocultadas ou esquecidas, pelas narrativas contada em linguagem autoritária por governos repressores e instituições disciplinares hostis. (GINZBURG, 2010, p. 116).

A narrativa acusa outro problema social e político – a idade dos jovens que foram mortos. São todos adolescentes e jovens adultos. Uma morte trágica, o homicídio em uma idade precoce. Zaluar identifica que

[...] as taxas de mortalidade violenta aumentaram⁷ por todo o país, as vítimas mais comuns não são as crianças, e sim os adolescentes, mais precisamente os jovens do sexo masculino nas metrópoles e regiões mais ricas do país. De fato, esse crescimento rápido nos homicídios afetou particularmente homens jovens entre 15 e 29 anos de idade que foram vítimas ou atores de crimes cometidos em locais públicos entre pessoas que não eram nem íntimas nem mesmo conhecidas. (ZALUAR, 2007, s/p.)

Os policiais, diante dos cadáveres no chão, discutem vários assuntos banais. Os temas, mesmo sendo de pouca importância, são mais impressionantes do que o fato que está sob os olhos deles. Falam a todo tempo de animais e a curiosidade que os envolve. Em nenhum momento discutem aquela situação que está diante de seus olhos e que se refere a uma violência extrema – o assassinato – em uma idade tão precoce. É uma naturalização do destino trágico de adolescentes pobres, considerando a pobreza como condição mais baixa de vida e indigna. Essa forma de enxergar, ou melhor, de não enxergar o outro, o seu sofrimento, as suas necessidades, ao ponto de não provocar nem se quer estranhamento, por se tratar de indivíduos marginalizados socialmente, é uma violência política.

Nilo Odalia, em *O que é a violência*, contribui com sua reflexão, afirmando que o ato violento se insinua, frequentemente, como um ato natural. Segundo o estudioso, “Perceber um ato como violência demanda do homem um esforço para superar sua aparência de ato

⁷ A autora refere-se ao ano de 2007, quando da publicação do artigo, mas é possível trazer o argumento, uma vez que os índices de violência não melhoraram ao longo dos anos.

rotineiro, natural, e como que inscrito na ordem das coisas.” (ODALIA, 1983, p. 23). Muitos comportamentos sociais, pela sua prática contínua e sutil, são descaracterizados como violência. Favorece, assim, seu exercício, sem parecer se tratar de um atentado contra o outro. Isso dificulta o reconhecimento do ato violento, do agressor e, conseqüentemente, a intervenção.

Em um dos diálogos entre os policiais, eles conversam sobre a vida dos elefantes. Aos elefantes um dos policiais demonstra compaixão, sentimento que não foi demonstrado aos jovens assassinados. O autor parece utilizar a metáfora para falar dos elefantes que, na verdade, simbolizam a realidade daqueles jovens. No diálogo entre os policiais vemos:

- Te digo mais: são os elefantes, meu caro, que vão de mal a pior.
- [...] - Que é que tem os elefantes?
- Os pobres coitados precisam de centenas de quilos de mato todo dia para encher o estômago. As flores acabando e eles morrendo de fome. Como morrem cada vez mais cedo, as manadas passaram então a ser chefiadas pelos elefantes jovens. (BONASSI, 2007, p. 101)

Na afirmativa “são os elefantes, meu caro, que vão de mal a pior”, seria mais apropriada se referisse aos jovens pobres brasileiros. Eles representam números consideráveis de pessoas na miséria no Brasil. São alvos, cada vez mais cedo, da criminalidade e permanecem expostos a riscos de diversas ordens. Zaluar aponta algumas dessas questões:

[...] muitos homens jovens e pobres se tornaram vulneráveis às atrações do crime-negócio por causa da crise em suas famílias, muitas dessas incapazes de lidar com os conflitos surgidos na vida urbana mais multifacetada e imprevisível. Vulneráveis também por causa do abismo entre adultos e jovens, por causa do sistema escolar ineficaz, além da falta de treinamento profissional, adicionado aos postos de trabalhos insuficientes. E se tornaram violentos em razão da falta de socialização na civilidade e nas artes da negociação, próprias do mundo urbano cosmopolita mais diversificado e menos segmentado em grupos fechados de parentesco e localidade. (ZALUAR, 2007, s/p.)

Porém, parece que os números alarmantes de crianças e jovens na miséria, na criminalidade, afastados das escolas não atraem a atenção que deveria nem dos órgãos governamentais e nem da sociedade. A maioria das pessoas fica em estado de apatia diante de condições tão indignas de crianças e adolescentes no nosso país. Podemos pensar nessa atitude como uma espécie de hipnose. A hipnose nos ajudaria a resolver esse enigma. Aqui não como uma relação a dois, mas, sim, a uma massa em relação a determinados objetos ou ideologia representada por um líder. As pessoas estão hipnotizadas por uma ideologia e a

persegue sem levar em consideração a moralidade e a qualidade das próprias atitudes. Freud indica que há “um estado em que os sentimentos isolados e os atos intelectuais pessoais do indivíduo são fracos demais para se fazer valer por conta própria e têm de aguardar pelo reforço mediante a repetição uniforme por parte dos outros.” (FREUD, 2009, p. 120)

Segundo a Unicef, em 2017, 6 em cada 10 jovens no Brasil viveram em situação de pobreza. Essa condição de pobreza vai interferir em sua percepção sobre si mesmo, alterando sua autoestima e influenciando nas suas escolhas e atitudes. Interfere em questões fisiológicas, já que, nem sempre, terão alimentação, medicamentos e outros suportes essenciais para o seu desenvolvimento. Influenciará diretamente, também, em aspectos sociais e relacionais. Mas é como se ninguém os vissem. Como se o seu sofrimento e a violência política que eles sofrem também não existissem. São indivíduos diminuídos em todos seus aspectos. Numa relação distorcida em que o poder vale mais que a vida. O pobre é um cidadão de segunda classe, não há nele uma identificação. Para Costa,

A iluminação é coisa também social. O que vemos e o que deixamos de ver, o regime de nossa atenção, é decidido segundo o modo como fomos colocados em companhia dos outros, segundo o modo como também nos colocamos e como eventualmente nos recolocamos em companhia. (COSTA, 2004, p. 18)

Na continuação do diálogo citado anteriormente, a expressão “pobres coitados” novamente poderia ser destinada aos jovens, mas, não: refere-se aos elefantes. Até porque nossa sociedade compartilha o pensamento de que “quem mexe com coisa errada, morre ou vai preso”, é um pensamento tido como óbvio e claro. A expressão “coisas erradas” faz referência ao crime e ao uso de drogas. A maioria das pessoas não deseja intervenção através de políticas públicas, ou pior, não apoiam, muitas vezes, que elas se dirijam a pessoas nessa condição. Acreditam que dessas pessoas deriva a violência. Extinguindo essas pessoas, extingui-se também a violência do país. Mas esse pensamento, embora comum na sociedade, é no mínimo equivocado: uma ideologia que sustenta a relação de poder e discriminação. Essa ideologia naturalizada em nosso meio, não tem nada de natural, é um processo das relações humanas que envolve fatores individuais, relacionais, sociais, culturais e ambientais. Há uma força que emana essa compreensão distorcida, que provém do Estado. Chauí considera que

O Estado aparece como realização do interesse geral (por isso Hegel dizia que o Estado era a universalidade da vida social), mas, na realidade, ele é a forma pela qual os interesses da parte mais forte e poderosa da sociedade (a

classe dos proprietários) ganham a aparência de interesses de toda a sociedade. (CHAUI, 1982, p. 69)

O Estado tem seus aparelhos ideológicos para criar e manter uma cultura de dominação e opressão dos menos favorecidos, afastando, assim, a consciência plena e o senso crítico necessário para se estabelecer uma relação de igualdade. É uma violência mascarada na manutenção da tradição e dos bons costumes, oprimindo e violando direitos humanos.

Segundo Ginzburg, a violência está enraizada na nossa sociedade. Ela é um dos componentes fundantes da nossa história. Para o autor,

A história do Brasil é constituída de modos violentos, desde a colonização, a escravidão, passando pelas ditaduras até o presente. Um olhar atento para as práticas de extermínio exige interrogar a respeito do papel da violência a serviço das ações políticas, institucionais, econômicas e sociais. (GINZBURG, 2013, p. 8).

Não restam dúvidas de que a violência não é gerada pela pobreza. Mas podemos pensar que a pobreza nasce e se mantém através de ações violentas e opressivas ou comportamento omissivo do Estado. Observe-se o trecho: “[...] as florestas estão acabando e eles morrendo de fome. Como morrem cada vez mais cedo, as manadas passaram então a ser chefiadas pelos elefantes jovens...” (BONASSI, 2007, p. 101). Neste excerto, o autor parece estar fazendo uma analogia com a pobreza do país. É sabido que o número de desemprego no Brasil é alto e pouco se tem feito para mudar essa condição. Essa realidade, descrita na crônica, possivelmente, se refere aos jovens que estão ali mortos. Essa é a realidade de pessoas em sua condição. Desemprego, alimentação precária e até mesmo miséria. A ideia de chefe no trecho remete ao tráfico, ao crime que tem sido invadido por jovens cada vez mais novos, diante da sua condição de pobreza, da falta de oportunidade e visibilidade. É no crime que eles conseguem dinheiro para comer, vestir, morar etc. Mais do que condições básicas de sobrevivência, o crime, muitas vezes, possibilita uma visibilidade que, sem o dinheiro dele, esses jovens não teriam. É uma das únicas maneiras do marginalizado socialmente possuir visibilidade e obter prazer. De acordo com Zaluar,

São desses jovens vulneráveis, que cedem à sedução, os corpos que aumentam as taxas de homicídio pelo país afora, principalmente nas cidades onde se desenvolveram no século passado as culturas de tolerância, de negação e de disputa civilizada no esporte e na festa. São deles a estatísticas e as práticas violentas que impedem a melhoria das condições de vida dos pobres [...]. (ZALUAR, 2007, s/p.)

O tráfico, por exemplo, prega a ostentação. Os traficantes gostam de carros luxuosos, roupas de *griff* e joias. Para um jovem marginalizado, as chances de obter uma vida de luxo são imensamente menores que as de jovens com classe social superior. A escola pública que o pobre frequenta é inferior à particular, diminuindo suas chances na disputa de uma vaga na universidade pública, já que a particular, provavelmente, não conseguirá pagar. Fica, desta forma, em desvantagem, também na disputa por um trabalho, porque, provavelmente, terão menos títulos que o candidato que possui uma renda superior a sua. Ocorre, também, a falta de estímulo da própria família em mantê-lo na escola. Existe a flagrante necessidade de trabalhar no período em que deveria estar estudando. Assim, o tráfico acaba sendo umas das únicas possibilidades de ascensão social e realização pessoal. O crime é o que lhes resta.

Em outro momento do diálogo, um policial em conversa com o outro afirma: “- Você não entendeu: os elefantes jovens são inexperientes e assustados. As manadas estão se tornando cada vez mais violentas... invadem cidades, destroem plantações... uma bagunça... Sei...” (BONASSI, 2007, p. 101). São os jovens marginalizados que carregam a reputação de desordem e selvageria. Socialmente são eles que rompem com o imaginário de uma sociedade civilizada e justa, através de suas ações inconsequentes e violentas. Essa percepção foi naturalizada socialmente. Merece destaque quando um pobre marginalizado chega às Universidades e consegue concluí-la. Deveria ser uma situação comum a todos, já que está na Constituição da nossa nação que todos somos iguais e que todos nós temos direito e acesso à educação. A incoerência é frequente nas nossas relações sociais. Temos um ideal de nação, de bem comum, mas agimos de modo individual e egoísta. É uma hipocrisia moral. Para Nietzsche,

Certos instintos fortes e perigosos, como o amor empreendedor, a temeridade, o rancor, a astúcia, a rapacidade e o desejo de dominar o que até então tinham de ser não somente honrados como socialmente vantajosos – sob nomes diferentes, é claro, dos que demos aqui -, mas adotados e cultivados (por serem perpetuamente necessários devido ao perigo comum contra o inimigo da totalidade), são agora considerados instintos de periculosidade duas vezes mais fortes – quando lhes faltam saídas – e são marcados gradulamente como imorais e expostos à difamação . Os instintos e inclinações contrárias atingem agora a honra moral. [...] é pelos instintos mais elevados e fortes que afloram de maneira apaixonada que o indivíduo é elevado muito acima e além da média e do baixo nível da consciência de rebanho; a autoconfiança da comunidade se acaba e a crença em si mesmo como sua espinha dorsal é quebrada: portanto, como consequência, esses mesmos instintos serão estigmatizados e caluniados. (NIETZSCHE, 2015, p. 105)

Tudo aquilo que não atende o desejo da dominação de um homem pelo outro se torna imoral e, portanto, indigno de amor. A cultura quer expulsar a todo custo aquilo que não beneficia os dominadores, isso em nome da moral e bons costumes, como se quisesse cuidar do tecido social, quando, na verdade, quer manter as relações de poder e dominação.

No final da crônica, os peritos, ainda no diálogo sobre animais, concluem em relação aos elefantes:

- Com essa mortandade toda, quem se dá bem mesmo são os carneiros.
- O outro vai embrulhando o que encontrou num envelope pardo. Do lado de fora anota o número de chamada de ocorrência, o dia e o endereço.
- Por quê?
- Muito cadáver espalhado... Comida pra hiena, coiotes, abustres...
- Entendi.
- Os dois param. Um bufa:
- Algo mais?
- O outro faz que não com a cabeça.
- Ligar pro IML...
- Vão saindo. Na porta, o sol de novo, em cheio na cara deles. O da máquina fotográfica faz uma imagem da fachada da casa, por via das dúvidas. E arremata:
- Escuta o que eu te digo: o futuro é dos carneiros, meu amigo.
- Ao que o outro responde, enquanto senta e a panha o rádio da viatura:
- Que novidade...(BONASSI, 2007, p. 102)

Ao refletirmos sobre esse trecho, podemos entender a cena como uma espetacularização da violência. A mídia, muitas vezes, se apropria de tragédias que envolvem mortes como forma de garantir audiência. Há uma crescente procura por parte de algumas pessoas acerca de assassinatos para saciar sua curiosidade e há aquelas que têm o prazer em divulgar tais informações. Podemos pensar que há um gozo em ver o outro numa condição de extrema fragilidade. Sente-se realizado em promover no outro esse sentimento quando se divulga uma imagem dessa ordem. Demonstra-se, assim, uma imensa falta de empatia, condição psíquica que influencia na manutenção da desigualdade social. Não há condição psíquica em inverter o papel a modo de se imaginar com a vida interrompida de maneira brutal e antecipada ou uma vida medíocre sem condições básicas para viver. A ausência de empatia é reconhecida também por Odalia quando ele acrescenta que:

A impressão amarga que nos resta na boca é de que riquezas e misérias são consumidas, através do jornal, do cinema, da televisão, em doses tão maciças que a vizinhança espúria funciona como um antídoto – inibidor dos germens da revolta e do inconformismo. É como se experimentássemos a sensação de alívio porque a miséria está com o outro, e a riqueza um dia poderá estar conosco. (ODALIA, 1983, p. 28)

O diálogo também pode ser analisado na perspectiva de que não há expectativas de que os homicídios vão abar ou sequer diminuir. No trecho citado acima “o futuro é dos carneiros” indica uma ideia de aumento da violência, situação que favorece o seu uso pela mídia por meio de sua espectacularização. Evidenciando o caráter banal do ato de violência na nossa sociedade.

Bonassi trabalha em suas crônicas as relações distorcidas de poder, dos jogos dos poderosos e da ausência de responsabilidade do Estado. São mecanismos que influenciam diretamente a vida dos personagens das primeiras crônicas. É como se nas últimas ele fizesse uma espécie de crônicas-denúncia, denunciando tudo aquilo que viola e oprime o ser humano.

3.3. “Termo de compromisso com a verdade”

Em uma dessas crônicas que consideramos como esclarecedoras para entender algumas de suas histórias narradas, podemos citar “Termo de compromisso com a verdade”. O próprio nome já indica que o autor vem para desfazer um juízo comum, ele se compromete com a verdade e não com aquilo que nos fizeram acreditar. Esse juízo é o de que há uma sociedade justa e igualitária, desfazendo mitos impostos pela classe dominante. Para Chauí, em *O mito fundador*, há um grupo fechado que visa interesses particulares – a classe dominante. Segundo a estudiosa,

[...] é um grupo fechado de pessoas cuja elevação se calca na desigualdade social e que busca conquistar vantagens materiais e espirituais exclusivas, assegurando privilégios, mandando, dirigindo, orientando, definindo usos, costumes e maneiras, convenções sociais e morais que promovem a distinção social e o poderio político. (CHAUI, 2000, p. 54).

Conforme Bonassi, essa mesma crônica indica que “[...] uma boa mentira repetida à exaustão há de convencer a multidão dos meus quereres!” (BONASSI, 2007, p. 149). Nessa mesma perspectiva, sugere Althusser que é pelo

[...] aprendizado de alguns saberes contidos na inculcação maciça da ideologia da classe dominante que, em grande parte, são reproduzidas às relações de produção de uma formação social capitalista, ou seja, as relações entre exploradores e explorados, e entre explorados e exploradores. Os mecanismos que produzem esse resultado vital para o regime capitalista são naturalmente encobertos e dissimulados por uma ideologia da Escola universalmente aceita, que é uma das formas essenciais da ideologia burguesa dominante [...]. (ALTHUSSER, 2001, p. 80)

O narrador já inicia a crônica alertando que irá provocar confusão. A confusão maior parece ser a de romper com pensamentos tidos como verdades absolutas. No primeiro momento ele vai romper com a ideia de que há uma justiça imparcial, razoável, comum a todos e que vai ao encontro do justo; que não visa interesses particulares e sua prática vai dar ao outro o que lhe é devido. Sabemos que, no Brasil, a justiça nem sempre funciona como deveria. É uma justiça que fecha os olhos para algumas situações e encobre fatos com um manto para parecer que tais fatos não existem. Mantém-se uma relação deturpada de poder e dominação. Conforme aparece na narrativa:

A verdade, conforme apregoa a física, é uma sujeita relativa à velocidade do observador. Há aqueles que têm mais pressa de chegar aos fatos consumados; há outros que preferem analisar os acontecimentos com cuidado e perícias, até porque algumas pistas escarafunchadas em hora errada, podem muito bem convir à prescrição das certas penas de uns e outros, tecnicamente. Tecnicamente, portanto, a verdade está em trânsito. [...] Transita entre capitais e entre culturas; entre campanhas e legislaturas. (BONASSI, 2007, p. 148)

Bonassi indica que o que determina o aparecimento da “verdade” é quem está por trás dela. Não se interessa em ser justo, mas conivente com o interesse de particulares. O que interessa não é a verdade em si, e, sim, a consequência dela. A quem ela vai beneficiar. É isso que será determinante para considerar uma afirmação como verdade. Essa verdade que Bonassi se refere é relativa e condicionada.

Logo em seguida, o narrador se refere com ironia sobre os direitos pertencentes a todos os cidadãos: aqueles adquiridos pela Constituição Federal. Como exemplo, citam-se moradia, lazer, alimentação, segurança, igualdade etc. Conforme a crônica: “A verdade está no código: há os que respeitam permanecendo calados pelo receio de serem culpados [...] Manter-me-ei no direito torto de ficar quietinho” (BONASSI, 2007, p. 148). “Direito torto”: podemos pensar como sendo referente ao fracasso de fazer cumprir que todos os indivíduos tenham seus direitos preservados. David Gomes, em *Direitos Humanos e cidadania*, identifica a necessária efetivação dos direitos e não apenas a proclamação deles.

[...] não basta proclamar que todos são iguais; é preciso dar condições efetivas para que essa igualdade exista, com mecanismos de redistribuição de renda, por exemplo. Não basta proclamar que todos são livres de ir e vir; é preciso assegurar um sistema de transporte público, por exemplo, que transforme essa possibilidade abstrata em realidade. Não basta proclamar que todos podem ter direito à propriedade; é preciso que haja distribuição

mais justa e um sistema mais equilibrado de uso dessa propriedade, de maneira que a propriedade cumpra sua função social. (GOMES, 2016, p. 35)

Várias crônicas de Bonassi tratam de maneira ilustrada da ausência de condição efetiva de direitos básicos. Homens desempregados, a ausência de lazer, a violência urbana e o sentimento de insegurança, a falta de dignidade: é em torno desses aspectos que circulam a maior parte de suas crônicas. O fragmento “Manter-me-ei calado” é uma ocorrência no modo geral dos indivíduos que se paralisaram diante daquilo que requer protestos enfiados. O silenciamento social diante de injustiças, que ferem diretamente seu modo de viver, não é algo que acontece por acaso ou naturalmente. Até porque somos seres da insatisfação e da busca. Se fôssemos tão passivos ao que é dado, não teríamos uma sociedade altamente desenvolvida em relação à tecnologia, por exemplo. Ou, até mesmo, não teríamos sobrevivido em épocas de caverna e mantido nossa espécie. Mas o que se pode explicar é que o pensamento crítico não é incentivado, visto que ele pode levar ao rompimento com as relações de poder. Por isso, querem sujeitos conformados. Fizeram-nos acreditar que as nossas conquistas devem ser no plano material. Vivemos para consumir e não para conquistar. Somos fruto de uma sociedade capitalista que não cessa de nos explorar. Teria que haver entre cada indivíduo uma de classe autônoma e não guiada pela classe dominante. Essa classe dominante suprime elementos da consciência do proletariado por ser oposto ao dela. Para Lukacs e Schaff,

[...] a classe dominante, cujas ideias são impostas à comunidade social, consegue dificultar a propagação, pelos membros da classe dominada, da consciência correspondente à sua situação real, mantendo assim a hegemonia da sua própria ideologia (baseada em teorias [justificativas]) (LUCAKS; SCHAFF, 1973, p. 10)

Adorno entende que para inverter essa relação teríamos que emancipar os indivíduos, tirá-los dessa condição alienada e irrefletida do modo de viver. Segundo o filósofo:

[...] há uma transformação básica na chamada superestrutura, confundindo-se os planos da economia e da cultura. A indústria cultural determina toda a estrutura de sentido da vida cultural pela racionalidade estratégica da produção econômica, que se inocula nos bens culturais enquanto se convertem estritamente em mercadorias; a própria organização da cultura, portanto, é manipulatória dos sentidos dos objetos culturais, subordinando-os aos sentidos econômicos e políticos e, logo, à situação vigente. (ADORNO, 2014, p. 20)

Aquilo em que acreditamos é manipulado para um determinado fim, o de manter a relação de poder. Há uma classe dominante que manipula suas relações e condiciona os

indivíduos a reproduzir aquilo que favorece ao seu grupo. Isso é facilitado através da ausência de informação e do afastamento de uma consciência plena. É um mecanismo de enfraquecimento do eu. Perde-se a sensibilidade mais aguçada, a capacidade de reflexão além daquilo que é exposto: passa-se a reproduzir um comportamento sem questionar, o consumo de mercadorias, por exemplo. Conforme Freud,

Somos lembrados de como é grande a parcela desses fenômenos de dependência na constituição normal da sociedade humana, de como são escassas a originalidade e a coragem pessoal que nela se encontram, do quanto cada indivíduo é dominado pelas atitudes de uma psique de massa, atitudes que se manifestam sob a forma de peculiaridades raciais, preconceitos de classe, opinião pública e afins. (FREUD, 2009, p.120)

A grande mídia coloca na mercadoria a idealização de poder, felicidade, visibilidade. O modo de viver irrefletido favorece a repetição de modelos de consumo. Esse mecanismo faz com que o comportamento da massa seja assimilado e naturalizado. Passamos a reproduzir o que eles ensinam, a admirar o que eles querem que nossos olhares sejam atraídos. Assim, desprezamos nossa condição, nossa necessidade e ficamos presos ao consumo. Deslocaram o nosso prazer, a nossa sensibilidade, a nossa energia ao consumo. Funcionamos para consumir. Nele está nosso objetivo maior. O que consumimos também foi manipulado. Consumimos o que os poderosos produzem, bens materiais ou bem culturais por eles estabelecidos. É como se cada indivíduo da massa estivesse hipnotizado. Freud reconhece outros meios de hipnose diferente daquele entre somente duas pessoas: o hipnotizador e hipnotizado. É possível afastar a consciência de um grupo, sem que para isso o hipnotizador estale os dedos ou peça para que o hipnotizado se ocupe apenas da orientação dele. A mídia consegue alcançar essa meta. Conforme Freud, os procedimentos da hipnose “ [...] servem apenas para distrair e cativar a atenção consciente.” (FREUD, 2009, p. 136). Não querem sujeitos emancipados, querem sujeitos que assimilam e reproduzem aquilo que está sendo projetado como satisfatório e fundamental. Estamos diante, mais uma vez, de uma espécie de hipnose de massas. Para Adorno:

Os bens da indústria cultural efetivamente produzem satisfação de interesses objetivos, assim como as mercadorias da sociedade consumista do capitalismo tardio têm valor de uso. Também em seu caráter afirmativo, a cultura corresponde a interesses sensíveis; mesmo a obra de arte disposta num plano utópico e retirada do convívio social seria sentida de fato como bela, diria Marcuse. A indústria cultural tem bases objetivas, sem o que seria inexplicável. Enfim: a indústria cultural reflete a irracionalidade objetiva da sociedade capitalista tardia, como racionalidade da manipulação das massas.

A indústria cultural obscurece por razões objetivas, aparecendo como uma função pública da apropriação privada do trabalho social. Na continuidade de seu próprio desenvolvimento, o esclarecimento se inverte em obscurantismo e ocultamente. (ADORNO, 2014, p. 20)

A “verdade” que nos é imposta precisa ser questionada e verificada de forma sensível e não assimilada e reproduzida de maneira irrefletida. É como Bonassi sugere na mesma crônica: “Uma verdade revelada pode ser uma mentira deslavada, desde que em ordem com o processo e bem apresentada!” (BONASSI, 2007, p. 148). E isso requer um grande esforço, pois é caminhar contra aquilo que fomos projetados a seguir. É um ato subversivo pensar diferente daquilo que fomos condicionados a acreditar.

Ao finalizar a crônica, o autor remete ao esgotamento psíquico de tentar pensar diferente em uma sociedade em que se deseja que todos pensem de forma igual. Conforme Bonassi: “O melhor mesmo é o silêncio; só assim as nossas consciências continuarão fazendo eco das coisas idênticas, num eterno retorno da mesma porcaria” (BONASSI, 2007, p. 150).

3.4. “Fome de quem?”

Na crônica “Fome de quem?”, que também parece ser uma crônica-denúncia sobre a vivência de alguns de seus personagens, tem-se uma espécie de reflexão. Nela, é narrado o modelo de reprodução da nossa sociedade, também utilizando a ironia e uma linguagem, na maioria das vezes, coloquial, própria do gênero crônica. O título, que contém uma pergunta, faz alusão ao fato de que quem está por trás da necessidade faz toda diferença no nosso país, evidenciando, mais uma vez, a relação distorcida de poder.

Bonassi inicia a crônica desfazendo, de modo irônico, o mito da fundação do Brasil, que se refere à chegada dos portugueses em território brasileiro, violentando os indígenas. A frota comandada por Pedro Álvares de Cabral roubou riquezas da Ilha Vera Cruz e violentou muitas pessoas. Acusa que desde a “descoberta” da nação estamos sendo violados, através de dominação de uma classe dominante, na época os europeus. Desfazendo a ideia comum de sermos descobertos e trazendo à tona a violação desde a chegada dos estrangeiros ao nosso país.

Trata-se de um programa antigo, com algo mais ou menos como uns quinhentos e tantos anos mal vividos entre exploração, predação e acordos passageiros. São cinco séculos e mais uns anos de descobrimentos, desentendimentos e racionamentos que eu vou te contar, capazes de deixar

tontos os grevistas mais indignados entre os pelados esfomeados!
(BONASSI, 2007, p. 304)

Chauí realiza a tarefa de destituir o caráter místico que embeleza a chegada dos europeus em solos brasileiros, ela revela que:

A América não estava aqui à espera de Colombo, assim como o Brasil não estava aqui à espera de Cabral. Não são “descobertas” ou, como se dizia no século XVI, “achamentos”. São invenções históricas e construções culturais. Sem dúvida, uma terra ainda não vista nem visitada estava aqui. Mas Brasil (como também América) é uma criação dos conquistadores europeus. O Brasil foi instituído como colônia de Portugal e inventado como “terra abençoada por Deus”, à qual, se dermos crédito a Pero Vaz de Caminha, “Nosso Senhor não nos trouxe sem causa”, palavras que ecoarão nas de Afonso Celso, quando quatro séculos depois escrever: “Se Deus aquinhoou o Brasil de modo especialmente magnânimo, é porque lhe reserva alevantados destinos”. É essa construção que estamos designados como mito fundador. (CHAUI, 2000, p. 57)

Continuando a crônica, é possível reconhecer a denúncia de que em nosso país há muitos famintos por direitos que não são saciados. Enquanto isso, há minorias esbanjando privilégios: “É preciso deixar claro que a greve de fome de que trato é uma greve obscura e involuntária, promovida por uma minoria ordinária, voluntariosa e atrevida, contra essa minoria democrática e emagrecida”. (BONASSI, 2007, p. 304)

É o que fundamenta essencialmente nossa desigualdade social. Só que de maneira mascarada, o que torna mais difícil combatê-la. Por ser mascarada e indireta e, muitas vezes, coberta por discursos contrários à ação, como um ato necessário e até mesmo em defesa da ordem e dos bons costumes, torna muito difícil de ser reconhecida, está enraizada na nossa cultura. Apesar de estar muito penetrado e ser tida muitas vezes como essencial, a cultura é um processo do homem e para atender o homem, mas não a todos. Segundo Freud, “ [...] reconhecemos como cultura todas as atividades e todos os valores que servem ao homem na medida em que colocam a Terra em seu serviço.” (FREUD, 2015, p. 88). Na mesma perspectiva, para Nietzsche, “ [...] a exigência de uma moral para todos é, na verdade, um prejuízo para homens superiores, em resumo, que há uma ordem hierárquica entre um homem e outro homem, e conseqüentemente entre moral e moral.” (NIETZSCHE, 2015, p.148)

Mais do que reconhecer essa configuração, impede que seja combatida de modo eficiente, já que a cultura, muitas vezes, naturaliza comportamentos que deveriam ser criticados. Chauí considera que uma

[...] contradição se estabelece entre os interesses de cada classe social e os das outras, e entre os interesses dos próprios membros de uma classe social. Ou seja, ressurgem, de modo novo, a contradição entre o privado (cada classe) e o público (todas as classes). A resolução dessa contradição é feita pelo Estado. (CHAUI, 1982, p. 45)

Começamos pelo que é responsabilidade do Estado e que foi transferido a outros aparelhos de reprodução da sua ideologia. A religião é, muitas vezes, tida como instrumento de transformações que, na verdade, é de responsabilidade do Estado. Recai sobre a Igreja o desejo e a esperança de direitos que são fundamentais do povo. Como se pode notar em “o pão nosso de cada dia nos dai hoje” e “seja feita a vossa vontade, assim na terra, como no céu”, frases reproduzidas na oração considerada pertinente a todas as religiões reconhecidas no país. É uma forma de buscar um direito básico à vida, como a alimentação, em um Deus e não no Estado, afastando a responsabilidade deste último e transferindo para um Deus. Há, também, uma conformidade de que se não se tem o básico é porque esse mesmo Deus quis assim, estimulando uma aceitação de uma sociedade injusta e tirando a responsabilidade dos que a deveriam possibilitar o acesso a, pelo menos, direitos básicos do ser humano. Segundo Nietzsche,

[...] para os homens comuns, para a maioria das pessoas que existem para o serviço e para a utilidade geral, e que até agora só tem o direito de existir, a religião lhes dá uma satisfação de valor inestimável, com a múltipla paz no coração qualquer que seja a sua sorte e condição, o enobrecimento da obediência, mais felicidade e mais sofrimento solidários aos demais, com um algo de transfiguração e beleza, um toque de justificação de toda banalidade, toda a maldade, toda a pobreza semianimal de suas almas. [...] Talvez não haja nada tão venerável no Cristianismo e no Budismo quanto a sua arte de ensinar aos mais inferiores como se elevar através da compaixão até um padrão aparentemente mais alto e, assim, mantê-los satisfeitos com o mundo real no qual encontram tamanha dificuldade para viver – dificuldade esta muito necessária. (NIETZSCHE, 2012, p.75)

O significado religioso atua de modo a disfarçar a sombra do sofrimento no indivíduo, fazendo com que suportem essa condição, transformem o sofrimento como algo importante e redentor. Eles se tornam escolhidos, especiais, portanto, atende ao próprio narcisismo e justifica as relações de dominação e poder.

Na realidade, quem deve providenciar o “pão de cada dia” é o Estado e não devemos “aceitar suas vontades” como forma de, de fato, nos emanciparmos como sujeitos, conforme sugere Adorno. Essa ausência de consciência é descrita na crônica: “São burros de carga

carentes que não lêem livros descentes para entenderem a própria estupidez, sem computadores para calcularem sua pequenez [...]” (BONASSI, 2007, p. 304)

Aceitar as coisas como são para garantir o suposto “céu” nada mais é do que manipular uma massa a aceitar o inadmissível. Proporcionar a ignorância, afastando a capacidade de questionar e analisar de forma racional e inteligente sobre sua própria condição. Essa transferência de responsabilidade do Estado para a religião não acontece de forma natural. Conforme Nietzsche,

Para os fortes e independentes, predestinados e treinados para o comando, nos quais a razão e a arte de uma raça dominante estão incorporados, a religião é um meio adicional de superar resistências no exercício da autoridade – é um elo de união entre governantes e súditos que revela e entrega aos governantes a consciência dos súditos, no que nela se têm de mais íntimo, o que de bom grado gostaria de escapar à obediência. (NIETZSCHE, 2012, p. 74)

A Igreja é mais um dos aparelhos ideológicos do Estado, portanto, tudo o que entendemos como divindade é manipulado por agentes, cujo interesse é afastar de si a responsabilidade, mas de modo a não parecer. A religião estimula que os indivíduos sejam passivos à “vontades superiores” e aceitem a própria sorte. Isso significa “que seja feita a vontade de Deus”. Culturalmente ter fé é aceitar em vez de lutar contra. Isso é uma garantia ao Estado de cidadãos passivos e pouco críticos, já que a ação e a crítica não são estimuladas. Para Althusser isso significa que

[...] a escola (mas também outras instituições do Estado, como a Igreja e outros aparelhos como o Exército) ensina o “know-how” mas sob formas que asseguram a submissão à ideologia dominante ou o domínio de sua “prática”. Todos os agentes da produção, da exploração e da repressão, sem falar dos “profissionais da ideologia” (Marx) devem de uma forma ou de outra estar “imbuídos” desta ideologia para desempenhar “conscientemente” suas tarefas, seja a de explorado (os operários), seja a de exploradores (capitalistas), seja a de auxiliares na exploração (os quadros), seja a de grandes sacerdotes da ideologia dominante (seus “funcionários”) etc (ALTHUSSER, 2001, p. 58)

Bonassi vai falar na sua crônica sobre essa relação de Estado e escola. A escola sendo um dos aparelhos ideológicos do Estado, assim, parece ser interessante a manutenção da ignorância como um mecanismo de controle. Emancipar indivíduos e os tornarem conscientes da própria condição e realidade pode ser um grande instrumento de protestos e lutas de classes. Conforme confere Althusser, “[...] um aparelho ideológico do Estado desempenha o papel dominante, muito embora não escutemos sua música a tal ponto ela é silenciosa! Trata-

se da Escola.” (ALTHUSSER, 2001, p. 79). A escola tradicional, através de sua configuração, não possibilita autonomia do aluno, pelo contrário, favorece para a manutenção das relações de poder, através da reprodução de conteúdo determinado pelo Estado e conservação de padrões que o aluno deve obedecer e não criticar. Possui baixa valorização e aceitação das singularidades. Aprisiona o indivíduo a um padrão restrito de comportamento. É o fomento da criação de massas. Uma submissão cega das massas a um líder, a intolerância ao diferente e a ausência de liberdade. É a partir daí que se ensina o que se deve amar ou repudiar, o que é moral ou não, e introduz a punição para comportamentos diferentes daqueles desejados. Quem escolher romper com esse sistema será punido e ridicularizado socialmente. Já aqueles que não conseguirem seguir o padrão serão reconhecidos como não sendo normais.

Bonassi compreende a escola como o palco fundamental para as lutas de classe. Porém, entende, também, que é um espaço já corrompido por interesses mesquinhos e individuais, um campo de reprodução de interesses particulares da classe dominante. Não interfere positivamente como poderia na luta pela igualdade social, mas, ao contrário, reproduz as relações de mando e desmando, dessa maneira, reproduz frutos com caráter antagônico ao esperado. Conforme Bonassi,

O ideal é que estudassem mais, pois o benefício da igualdade se aprende é na escola. Problema é que a escola é pouco frequentada, uma vez que as merendas foram desviadas para os cavalos de raça com os quais tais aprendizes haverão de ser caçados nas esquinas em manifestações de solidariedade, numa gramática ou matemática cujo resultado se decora é na porrada mesmo. (BONASSI, 2007, p. 304)

O trecho denuncia práticas corruptas, inadequadas e fracassadas para romper com o sistema inapropriado que temos. Na frase “Problema é que a escola é pouco frequentada” denuncia a evasão de crianças e adolescentes do ambiente escolar. Isso acontece por diversos motivos. A inadaptabilidade do aluno em relação à escola e pouco esforço da mesma em proporcionar lugares confortáveis a diferentes pessoas. O próprio sistema de avaliação do conteúdo ensinado já é de exclusão. Avaliam-se quantitativamente. Aqueles que não conseguem demonstrar por número suas qualidades, ficam em uma condição de inferioridade e inadequação em relação àqueles que não têm essa dificuldade. Além de considerar como inteligentes algumas capacidades intelectuais e desprezar outras, a criatividade, o trabalho manual, como algumas formas de exemplo. O que interessa para esse aparelho é a reprodução de determinados conteúdos, uma forma de padronizar pessoas e pensamentos, favorecendo para uma comunidade de exclusão e baixa tolerância às diferenças. Já na escola é introduzido

o pensamento de que é inteligente aquele que reproduz determinado conteúdo, aos que forem diferentes associa-se à inadequação e ineficiência. Isso se dá pela necessidade de pertencer ao grupo dos adequados e também acontece através do medo de não obedecer e ser diferente. Para lapidar esse comportamento a cultura desenvolveu, como instrumento da moral, a culpa. O indivíduo que não responde de maneira condicionada será punido pela supremacia da culpa. Isso o impede de empreender em experimentos perigosos e autônomos, o afasta da vontade e o aproxima da imitação.

Outro fator para a escola ser pouco frequentada é o difícil acesso a ela. Seja pela distância e o caminho a percorrer, seja, também, pelo tempo de estar na escola que deve virar dinheiro para sobreviver. Muitas crianças e adolescentes não estão nas escolas porque estão trabalhando, muitas vezes, em condições precárias e inapropriadas para o seu bom desenvolvimento. Esse afastamento da escola dificultará ainda mais uma realização de vida plena no futuro e acarretará que esses jovens fiquem submissos a subempregos, fomentando ainda mais a pobreza e a violência.

Outro trecho que denuncia irregularidades no nosso sistema político é o de que “[...] uma vez que as merendas foram desviadas para os cavalos de raça”, denunciando a corrupção, traço marcante da política nosso país, inclusive desvio de verbas da educação. A corrupção na política financia privilégios e mata o povo da fome do conhecimento. Conforme Odalia indica:

Uma sociedade e um Estado que permitem uma política de salários baixos, que pouco dão em termos de salários indiretos, que, ao menor sinal de crise, lançam sobre os salários a culpa da inflação, não têm o direito de se vangloriar de um programa de merenda escolar, cujo único objetivo é retribuir com uma migalha o que muito extorquem, através da política salarial, da injusta distribuição de renda, do fiscalismo desenfreado, que transforma a todos em meros contribuintes e não cidadãos.

Mas a demagogia da merenda escolar não está aí apenas aos sete anos – na idade oficial escolar. Sentimos fomes desde que fomos concebidos. Aos sete anos, os malefícios de uma alimentação insuficiente, de um pré-natal inexistente, estão consolidados. Não se reverte um processo de imbecilização, por insuficiências proteicas, aos sete anos de idade. O programa de merenda escolar mata, momentaneamente, a fome, mas não elimina os malefícios que ela causou. (ODALIA, 1983, p. 45)

O trecho ainda denuncia que, na escola, “se decora na porrada”, evidenciando a falta de preparo de muitos professores, um problema de diversas ordens, envolvendo uma má formação e atualização desses profissionais e condição precária de trabalho. As salas de aula são extremamente lotadas, como se já fosse uma disposição para massificação de vidas, o que

já rompe com a individualidade e começa a tratar como um grupo em que não cabe a discriminação. É um dos primeiros relacionamentos da reprodução em massa. Não há espaço para individualidade e para as diferenças, também não se sensibiliza para acolher diferentes comportamentos e percepções. É dever pensar igual e reproduzir esse pensamento e comportamento.

O professor não consegue esclarecer o conteúdo para todos, os mais adaptados é quem vão ditar o tempo gasto para uma atividade e o que é necessário de explicação. O restante que não acompanhar, apenas vai reproduzir o que estiver ao seu alcance, fazendo cópias sem entendimento, estabelecendo desde a infância a relação de dominação. Essa relação possivelmente se estenderá a outras relações sociais na vida adulta. Como nas regras e direitos que, muitas vezes, não são compreendidas e não há grandes esforços para isso acontecer. Não há um questionamento das mesmas, apenas a sua reprodução. Favorece-se, assim, a formação de uma sociedade alienada, com atitudes irrefletidas, vazias de senso crítico. É uma das primeiras relações que o indivíduo vai ter com essa vivência massificada, com intervenções genéricas que atingem somente os mais adaptados a determinados conteúdos e funções. Aos outros, restam apenas padecer e obedecer, para preservar sua moral e conduta. É esperado que sejamos ovelhas obedientes que segue seu pastor. Conforme Nietzsche “A tendência a rebaixar-se, a se deixar roubar, a se iludir e ser explorado, poderia ser o pudor de um Deus entre os homens.” (NIEZSTCHE, 2015, p. 79)

Adiante, Bonassi analisa no que essa relação da escola, como meio possível de mudar as relações sociais ou reproduzi-las de modo a educar homens a servirem o modelo capitalista, vai resultar. Segundo o autor:

São burros de carga carentes que não lêem livros decentes para entenderem a própria estupidez, sem computadores para calcularem sua pequenez ou mesmo paixão para se distraírem no fim do mês, já que há carnes demais para pensarem desejos melhores que dívidas. (BONASSI, 2007, p. 305).

A necessidade de consumo da sociedade capitalista sufoca o indivíduo de modo que ele não tenha condição de pensar sobre si e nem sobre a condição a que está sujeito. É como se, se parasse para pensar, fosse atropelado pela necessidade de consumo cada vez mais acelerada, afastando o pensamento autônomo e fosse invadido pelo senso que desejam ser comum, situação que nos remete ao que Adorno critica:

A indústria cultural expressa a forma repressiva da formação da identidade da subjetividade social contemporânea. Marx já assinalara como pela

educação os trabalhadores “aceitam” ser classe proletária, interiorizando a dominação, por exemplo, nos seus hábitos. Agora vemos como esta “aceitação” se dá objetivamente no capitalismo tardio. (ADORNO, 2014, p. 19)

O espaço íntimo do indivíduo, sua subjetividade foi dominado por uma objetividade material, orientada para reproduzir a condição de dominado, favorecendo as relações de poder. É a formação do proletariado, sem o mesmo perceber que está sendo dominado. Ele passa a ser instrumento do sistema de dominação, ele é objeto da classe dominante e assimila essa consciência através de aparelhos ideológicos que não cessam de induzi-lo. Lucaks e Schaiff irão falar de uma consciência reificada mantendo-o prisioneiro em que o dominado

[...] se torna o espectador inteiramente passivo do movimento das coisas submetidos a leis exteriores e no qual não é possível de modo algum intervir, ou se considera a si mesma um poder capaz de dominar à sua vontade – subjectivamente – o movimento das coisas, que, em si, é desistituído de sentido. (LUCAKS; SCHAFF, 1973, p. 76)

Há inúmeros pensamentos que não deixam de cessar uma alienação coletiva de que somos guiados por pessoas do bem e que “provações” são para testar nossa fé. Essas “provações” geralmente estão associadas a doenças que não são tratadas devidamente, desemprego, falta de moradia, falta de alimentos, educação. No entanto, não devemos perder a fé porque “Deus proverá”. Segundo o Cristianismo, Deus ama o pobre, o sofredor, o obediente. Uma vida com riqueza e prazer é contra os princípios de Deus e, portanto, deve ser rejeitada. Aceitar a vida medíocre é sinal de fé e gratidão a Deus. Para Nietzsche, as religiões atuam no sentido de que “[...] estão sempre a favor dos que sofrem com a vida assim como sofrem com a doença, e de bom grado tratariam todas as outras experiências de vida como falsas e impossíveis” (NIETZSCH, 2015, p. 76) Uma forma de afastar da consciência o fato de ser um cidadão dotado de direitos e favorecer para a passividade e submissão da classe dominante. Para Freud,

A Igreja e o Exército são massas artificiais, isto é, se emprega uma certa coação externa para protegê-las da dissolução e impedir modificações na sua estrutura. Em geral, a pessoa não é perguntada se quer entrar numa dessas massas, não tem liberdade de escolha; a tentativa de egressão normalmente é perseguida ou punida com rigor, ou depende de condições bem determinadas. (FREUD, 2009, p. 79)

O intuito da discussão não é questionar a existência de um Deus, mas, antes disso, provocar a reflexão sobre até que ponto fomos guiados para anular a responsabilidade do

Estado e transferí-la para outros aparelhos, como a religião, por exemplo. A educação seria condição necessária e fundamental. Ginzburg considera que

Naturalizamos [...] tudo o que deveria nos deixar perplexos – violência excessiva por parte do Estado, enorme desigualdade social, ausência de prerrogativas éticas nas condições de convivência social, permanente estado de expectativa incerta quanto ao futuro, ausência de escolarização compatíveis com as necessidades sociais e com as exigências para a formação de consciência crítica coletiva. Naturalizamos, muitas vezes sem perceber com clareza várias formas, algumas amenas e outras trágicas, de barbárie. (GINZBURG, 2010, p. 122)

Essa conformidade de mundo e aceitação incondicional das coisas como elas são favorece a omissão do Estado e é ocasionado intencionalmente pelo mesmo. Temos condição de sanar a fome do mundo. Então, se falta pão na mesa de alguém é porque alguém comeu o seu e do outro, e não porque Deus quis assim. Quem quer assim é o homem através da ganância. Essa conformidade é um dos pilares que mantém a desigualdade social de pé. Segundo Althusser, a Igreja funciona como instrumento ideológico de alienação do Estado. Para o pensador: “[...] na Idade Média, a Igreja (aparelho ideológico de estado religioso) acumulava inúmeras funções hoje distribuídas entre os diferentes aparelhos ideológicos do Estado” (ALTHUSSER, 2001, p. 75). Atualmente não é diferente, buscam condições de sobrevivência básica na igreja. O afastamento da consciência ou uma consciência reificada é tão grande que se popularizou frases do tipo “seja feita a vontade de Deus”, anulando a própria autonomia e a sua liberdade e “vá com Deus” como forma de proteger o outro de qualquer perigo. A obrigação de proteger todo cidadão é do Estado e a vontade, ao qual estamos sendo guiados, é de uma classe dominante que ignora a necessidade individual de cada pessoa e sustenta a da sua classe. Chauí traz importantes contribuições sobre estas questões:

[...] a religião é a forma suprema de alienação humana, na medida em que ela é a projeção da essência humana num Ser superior, estranho e separado dos homens, um poder que os domina e governa por que não reconhecem que foi criados por eles próprios.” (CHAUI, 1982, p. 54).

Até que ponto é interessante ao Estado desvincular da Igreja a responsabilidade pela garantia de direitos de sua responsabilidade? Até que ponto é interessante tornar sujeitos esclarecidos e de fato críticos? Para alterar isso demandaria uma reforma na maneira de governar e transformaria a visão que cada sujeito tem de si e da sociedade de que ele faz parte. Odalia pressupõe que

[...] o fenômeno da desigualdade seja vivenciado como se sua origem não decorresse de relações entre homens, porém em forças que transcendem tais relações. [...] Nesse raciocínio, as desigualdade nunca serão superadas, o máximo que se pode conseguir é dispor das roupas antigas e gastas e substituí-las por novas, que modificam sua face, não, porém, sua natureza. ” (ODALIA, 1983, p. 30)

Bonassi, através da ironia mais uma vez, vai tratar dessa relação desproporcional da nossa sociedade. Segundo o autor: “Deselegantes e deseducados, não compreendem que se vestem, vivem e comem mal, de menos ou apenas porcosamente, já que aceitam placidamente essa lavagem como alimento e esses chiqueiros como moradia” (BONASSI, 2007, p. 304). Essa aceitação plácida é resultado de uma formação passiva a que estamos sujeitos. Fomos orientados a obedecer e não questionar, que somos todos iguais, mesmo em condições e oportunidades extremamente diferentes. Somos ensinados a acatar, a obedecer e qualquer comportamento diferente desses é considerado como selvageria e deve ser interrompido. Odalia acrescentaria ainda que

A educação orientada nesse sentido, tendo como ideal um pacifismo que se confunde com submissão, faz adormecer no homem a vontade de transformações, incute-lhe a crença de que as injustiças de que padece, as diferenças de condições de vida que experimenta na carne, serão remediadas no curso da história, sem a sua participação efetiva. (ODALIA, 1983, p. 56)

Existem leis que vislumbram a igualdade social, mas que não são de fato seguidas por aqueles que as entendem e não são entendidas por aqueles que delas necessitam. Falta letramento para compreender sua própria condição e formular através da palavra o que necessitam e o que tem direito. Na ausência de letramento sobra silêncio, omissão e fé em algo superior à condição humana, contribuindo para o comportamento passivo, fundamental para a manutenção das classes dominantes e dominadas. Ginzburg considera que

[...] percebemos que a grande parte da população brasileira que não participa do mundo letrado tem dificuldade na interação com o mundo das leis, a ordem policial e controle governamental, associados a uma ausência de condições de intervenção em confronto com a hostilidade da realidade. (GINZBURG, 2010, p. 109)

O lugar do pensar vem da escola, que, no entanto, também está a serviço dos poderosos. É um dos braços do Estado. É ele quem determina o que é ensino básico e fundamental para todas as pessoas. A escola reproduz aquilo que o sistema deseja. Conforme indica Althusser: “Portanto, neste concerto, um aparelho ideológico do Estado desempenha o

papel dominante, muito embora não escutemos sua música a tal ponto ela é silenciosa! Trata-se da Escola” (ALTHUSSER, 2001, p. 79). É a escola que pode formar indivíduos pensantes ou submissos a uma ideologia dominante.

3.5. “Meu encontro com Deus”

A crônica “Meu encontro com Deus” é narrada por um personagem que não possui nome, como uma espécie de depoimento. Diante de sua realidade miserável, é possível deduzir que a ausência dessa identificação ocorra devido a sua própria condição de vida. O personagem, que possui três irmãos, já na infância foi abandonado pelos pais e vive uma vida medíocre pela sua condição de desempregado, sem nenhum prestígio social e, diversas vezes, ele é enganado e até mesmo roubado.

Ele faz parte da grande massa social, pois não apresenta uma identidade própria que o difere de outros cidadãos sensíveis às necessidades dos bens de consumo, sua única fonte de satisfação pessoal. Essa massificação em que não se distingue pessoas, os agrupam e ignoram sua condição individual. É uma violência estrutural que sustenta a desigualdade social. Ele não tem visibilidade social por fazer parte de uma massa de pessoas com baixa condição econômica e pouca, ou nenhuma, oportunidade e estímulo de se desenvolver intelectualmente e conscientemente. Odalia considera que

O ato rotineiro e contumaz da desigualdade, das diferenças entre os homens, permitindo que alguns usufruam à saciedade o que à grande maioria é negado, é uma violência. São os hábitos, os costumes, as leis, que mascaram, que nos levam a suportá-la como condição inerente às relações humanas [...]. Essa maneira de agir institucionaliza a desigualdade e faz aparecer como natural a distinção entre os homens que possuem e os que não possuem. (ODALIA, 1983, p. 30)

Não é uma violência explícita, que agride de maneira visível e imediata como a física, mas é tão brutal quanto ela. Mostra um sistema que viola o indivíduo de maneira mascarada, visto que ela está enraizada no cotidiano. Se demonstra como práticas necessárias e comuns a todos. A violência se materializa sem a intervenção de políticas públicas e através da violação dos direitos humanos. É o que sugere Mendes ao se referir a esse tipo de violência como:

Silenciosa, sutil, surda e sorradeira, podendo ser associada à metáfora de cupins que corroem a madeira. Sua agressividade é aparentemente tímida, essencialmente sedutora. Apesar disso tudo, pode até ser mais demolidora

que a brutal, em razão de seu exercício contínuo e não meramente pontual. (MENDES, 2015, p. 39).

Não causa incômodo só o fato de o indivíduo perder sua identidade e ser invisibilizado socialmente, mas a ausência de políticas públicas efetivas que deveriam garantir seus direitos fundamentais. Remetendo mais uma vez, é direito de todo cidadão moradia, lazer, educação, segurança, alimentação, dignidade, entre outros. Apesar de se tratar de uma lei, um preceito que deve ser seguido, ela nem sempre é respeitada e/ou obedecida de fato, impedindo que o indivíduo tenha uma vida plena e goze de direitos fundamentais. O Estado é quem tem a função de promover esses direitos aos cidadãos. Ao não garanti-los, se torna o principal fomentador da desigualdade social. Num caráter ambivalente, quem deveria prover e proteger é quem viola e desintegra. É uma barbárie cometida pelo Estado com aparência de civilidade e organização. A pessoa passa a ocupar um lugar inferior na sociedade, a voz tem menos ou nenhum som, sua presença nem sempre é vista e suas necessidades não são reconhecidas. Ginzburg acrescenta que

[...] indivíduos não são ouvidos com a merecida clareza, não ganham para o outro imagem justa com suas necessidades. Ambos são tratados como inferiores, e estão desprovidos de condições para defender a si mesmos do sofrimento. (GINZBURG, 2010, p. 111).

Chauí considera que essa violência estrutural, sofrida pelo indivíduo fragilizado e discriminado pela sociedade, ao contrário do que se acredita, não vem desses indivíduos que não possuem capital dirigido a uma sociedade civilizada. Mas é justamente o contrário: a violência vem de cima para baixo. Há um sistema de políticas e controle que viola direitos básicos do ser humano. Nessa perspectiva, Chauí acredita que:

[...] estamos acostumados a encarar a violência como um ato enlouquecido que vem de baixo para cima da sociedade (é assim, aliás que está sendo apresentado pelos jornais e comissões estatais), quando na verdade seria mais pertinente encará-la de modo oposto, isto é, como um conjunto de mecanismos visíveis e invisíveis que vêm do alto para baixo da sociedade, unificando-a verticalmente espalhando-as no interior das relações sociais, numa existência horizontal que vai da família à escola, dos locais de trabalho às instituições públicas, retornando ao aparelho do Estado. (CHAUI, 1980, p.1)

É possível identificar na crônica uma conformidade do personagem com a própria vida insatisfatória, naturalizando sua condição miserável. Até mesmo o abandono dos próprios pais não lhe causa repúdio. Já no primeiro parágrafo, o narrador nos mostra essa relação:

O senhor veja: primeiro eu perdi meu pai, que fugiu de casa. Disse que ia até ali e já voltava e já viu... Logo em seguida foi minha mãe. Ela, digamos, perdeu-se sozinha. Dizem que era desbocada, que não prestava e que vivia armando confusão. O senhor sabe como as pessoas gostam de falar pelas costas... Irmãos, o senhor veja, eu sei que tenho. Três pelo menos eu sei que existem... (BONASSI, 2007, p. 43).

O personagem experimenta, desde cedo, a rejeição e a ausência da responsabilidade dos próprios pais e do Estado, que não intervêm em sua formação afetiva e educacional para garantir uma vida digna. Na crônica, há uma exposição de papéis sociais no entendimento da condição do pai e de mãe. No que se refere ao pai, o personagem utiliza o verbo “fugir”, na voz ativa, que se refere à atitude do homem: “[...] primeiro eu perdi meu pai, que fugiu de casa.” (BONASSI, 2007, p. 43). Pode-se associar este fato ao papel do homem em nossa sociedade machista. O homem é o provedor, o ativo da relação, e a mulher, submissa a ele, como se fosse passiva a suas escolhas e passiva também ao seu lugar social de obediência e acato. Para Ginzburg,

A ideia mítica de um pai como âncora da estrutura social não se dissocia da história de hegemonia política do patriarcado. Cargos políticos, lideranças econômicas e posições sociais decisivas, historicamente, ficam de modo geral nas mãos de homens, heterossexuais, originários de famílias consideradas dignas, de grupos religiosos dominantes, defensores de valores de interesse de seus próprios segmentos sociais. Mulheres, negros homossexuais, crianças, indígenas, todos que não estiverem na escala preferencial da sociedade patriarcal têm historicamente se subordinado a critérios de configuração de poder. (GINZBURG, 2013, p. 77)

É possível identificar também esse lugar ou ausência de lugar social da mulher na crônica, quando o personagem refere-se a ela como “perdeu-se sozinha”. Aqui, o verbo está na voz passiva. O homem, socialmente, é o atuante e a mulher é quem recebe a ação. Cabe ao homem defender, cuidar, entre outras ações. O personagem caracteriza a mãe com adjetivos como: “desbocada” e também a caracteriza como uma mulher que “não prestava e que vivia armando confusão”. Essa referência que ele tem da mãe advém dos outros, pois assim a classificaram para ele. Os lugares sociais da mulher são muito restritos. Ou ela é uma mulher com candura, ou é uma mulher promíscua. Não há uma autêntica liberdade em ser mulher; é necessário escolher entre uma das opções entre essas dicotomias. Ao fato do pai o abandonar não acarreta a ele denominações, é como se ele estivesse utilizando de sua autoridade masculina e assim livre de julgamentos, já que ele sendo homem tem o poder.

Bourdieu caracteriza essa construção da mulher como sendo advinda do próprio órgão sexual. Enquanto o falo representa poder, a vagina remete ao sagrado e seu comportamento deve ser baseado nessa condição, como quem doa a vida pela família, pela casa e não há interesses ou desejos particulares. Conforme Bourdieu: “A cintura é um dos signos do fechamento do corpo feminino [...]. Ela simboliza a barreira sagrada que protege a vagina, socialmente constituída em objeto sagrados” (BOURDIEU, 2012, p. 25).

Em relação ao pai, o personagem não lhe atribui adjetivos, mesmo estando na mesma condição de irresponsabilidade quanto aos filhos. Heleieth Saffioti em *O poder do macho*, analisa lugares sociais direcionados a homens e mulheres. Esses lugares não são naturais, mas culturais. Segundo Saffioti,

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher [...]. (SAFFIOTI, 1987, p. 8).

Socialmente, a mulher é educada para vigiar os próprios desejos e atitudes como forma de atingir as expectativas que cada gênero carrega. Isso implica em não sair de uma condição imaginária de pureza e cair num *status* de depravada. Não há, para as mulheres, na sociedade, outras possibilidades, mesmo existindo uma gama de perspectivas entre uma condição e outra. Na mesma perspectiva que Saffioti, Bourdieu se refere a essa contingência social que envolve ser homem e ser mulher na cultura patriarcal. Para o pensador,

Essa experiência apreende o mundo social e suas arbitrarias divisões, a começar pela divisão socialmente construída entre os sexos, como naturais, evidentes, e adquire, assim, todo um reconhecimento de legitimação. É por não perceberem os mecanismos profundos, tais como os que fundamentam a concordância entre as estruturas cognitivas e as estruturas sociais, por tal, a experiência tóxica do mundo social [...]. (BOURDIEU, 2012, p. 17)

Bonassi não nos apresenta a maneira como o personagem sobreviveu sem o cuidado dos pais na infância e no adolescer. Mas, ao narrar a vida dos irmãos do personagem, também sem nome, similar à sua e a de outras vidas pobres, é possível reconhecer que, devido à ausência de orientação, políticas públicas que supram o fundamental para sobreviver (alimentação, moradia, segurança etc.), eles tiveram que buscar meios ilícitos para garantirem a sua própria sobrevivência. É, novamente, o Estado promovendo a violência a partir de sua atitude de inércia. Conforme o narrador descreve:

Sei disso porque o mais velho deles, o que jurava ser corretor de imóveis, o senhor veja, mostrou recentemente que não era bem disso. Tinha algo a ver com uma lei de Física, sobre dois prédios não poder ocupar o mesmo lugar, no mesmo terreno, ao mesmo tempo... mas com financiamentos diferentes. Enfim, vai puxar uns por estelionato e agravantes.

O irmão do meio, que tinha (ou tem, sei lá...) o olho meio puxado e um cabelo bem diferente dos outros, mexeu com quem não devia. Coisa de costa quente. Ou mão boba, vai saber? Esse me mandou um postal. Anda la por Campina Grande, ou Cuiabá, ou Londrina, ou Várzea Paulista...se não me engano.

Inclusive esse meu irmão teve que partir assim, digamos, num instante. Bem rápido mesmo. [...] O irmão mais moço mora comigo, mas sempre deu muito trabalho. [...] cheirava cola e vivia caindo de motocicleta. (BONASSI, 2007, p. 43)

A experiência de rejeição, abandono e indiferença são fatores que colocam crianças e jovens em maior risco a comportamentos agressivos e de transgressão de regras. Em “Violência: um problema global de saúde pública”, Linda L. Dahlber e Etienne G. Krug acrescentam que

Além dos fatores biológicos e demográficos, são levados em consideração fatores como a impulsividade, o baixo nível educacional, abuso de substância química e história passada de agressão e abuso. Em resumo, este nível do modelo ecológico focaliza as características do indivíduo que aumentam a probabilidade de ele ser vítima ou agressor. (DALHBERG; KRUG, 2006, s/p)

Thomas Conti considera esse modo de viver das personagens uma violência estrutural. Para o estudioso, esse termo se refere a um tipo de dominação que a vítima sofre a partir da privação, marginalização, discriminação, alienação e cidadania de segunda classe. Segundo Conti, “[...] é um processo que causa diferença nas chances de vida das pessoas sem que necessariamente exista uma intenção violenta e agressor bem definidos.” (CONTI, 2016, s/p).

O comportamento violento está envolvido por questões biológicas, é o que parece ter garantido, ou ao menos, umas das condições que garantiram a preservação da nossa espécie, mas também é influenciado diretamente por questões políticas e sociais. A violência parece ser uma condição inata a toda raça humana, mas essa condição é ignorada de modo a pensar que podemos viver sem ela. Um dos objetivos da cultura é reduzir ao máximo essa agressividade primitiva e regular a relações dos homens entre si. A relação do personagem com a cultura nos coloca a sensação de permanente descrédito, no sentido de que ele serve à cultura, mas a mesma não o atende. Sabendo que a cultura não é um processo natural, e, sim, uma organização idealizada pelo homem, esse interesse e necessidade não nos parece atender todas pessoas, imposta como uma referência de bons costumes e racionalidade. A cultura

atende algumas necessidades, através da obediência da maioria. Freud em *O mal-estar na cultura* identifica que “[...] a cultura domina a perigosa agressividade do indivíduo ao enfraquecê-lo, desarmá-lo e vigiá-lo através de uma instância em seu interior, do mesmo modo que uma tropa de ocupação na cidade conquistada.” (FREUD, 2015, p. 177)

Alguns indivíduos são privados de condições de desenvolvimento social, pessoal e material e essa privação também é uma violência. Segundo Odalia,

Toda a vez que o sentimento que experimento é o da privação, o de que determinadas coisas me estão sendo negadas, sem razão sólidas e fundamentadas, posso estar seguro de que uma violência está sendo cometida. Entender a violência como privação me auxilia também a dar o primeiro passo no sentido de lutar para que os buracos que sinto dentro de mim, por me sentir menos gente do que os outros que possuem o de que me privam, sejam superados e forrados. (ODALIA, 1983, p. 86)

Primordialmente, é necessário ter consciência de que está sendo privado de algo e tão importante quanto, é reconhecer que essa privação se trata de uma violência – violência política. Não há no personagem essa consciência, ele apresenta um modo de viver alienado. Ele está alheio a si próprio e a sua condição de vida. Chauí se refere à alienação como sendo quando

[...] a interiorização não ocorre, isto é, quando o Sujeito não se reconhece como produtor das obras e como sujeito da história, mas toma as obras e a história como forças estranhas, exteriores, alheias a ele e que o dominam e perseguem, temos o Hegel designa como alienação. (CHAUI, 1982, p. 41)

O fato de determinadas pessoas possuírem condições materiais e direitos e outras pessoas não é uma condição natural, mas originárias de relações sociais. Ocorre que faz parte do processo da violência estrutural naturalizar as condições de exploração, tornando os “bem sucedidos” agraciados com palavras como mérito, esforço e graça:

A naturalidade da desigualdade, que nos tem sido imposta, no correr da história do homem civilizado, só pode ser compreendida quando se compreende que ela é uma condição de estruturas sociais, que passam a reproduzi-la como um fenômeno aparentemente natural. (ODALIA, 1983, p. 31)

Para se ter consciência da sua própria condição deveria ter ocorrido um investimento no indivíduo configurando uma consciência autônoma e individual. Para que ele seja capaz de reconhecer sua verdadeira situação e o seu espaço. É a partir dessa consciência que ele pode

transformar sua realidade. Ao pobre é excluída diversas condições necessárias para uma vida digna. Costa reconhece como uma exclusão política e considera que

[...] fabrica sintomas, infestando o afeto, o raciocínio, a ação e o corpo [...]. Assume poder nefasto: ao mesmo tempo que molda a subjetividade do indivíduo pobre, caracterizando-o muitas vezes como um ser que não pode criar mas que deve repetir, esvazia-o das condições que lhe possibilitariam transcender uma compreensão imediata e estática da realidade. (COSTA, 2004, p. 63)

De fato ocorre um esvaziamento do sujeito. É como se fosse uma sucessão de golpes que o esgota e em seguida o preenche de forma a atender um padrão estipulado e interessante para quem o passa a dominar. Assim o sujeito perde a consciência de sua classe e condição e passa assumir aquilo que querem dele. Lukacs e Schaff acrescentam que

[...] a consciência dos interesses de classe está associada a uma teoria que explica o mecanismo do funcionamento do sistema capitalista e a posição da classe operária nesse mecanismo, e se, na base dessa teoria, os interesses de classe conscientes conduzem a uma ideologia definida que indica os objetivos e os métodos de ação de classe operária, então, uma tal consciência não poderá ser obra autônoma do proletariado. E isto pela simples razão de que a elaboração de uma tal consciência exige instrução, particularmente no domínio das ciências sociais, uma vez que a classe explorada, sobretudo em determinada etapa da sua história, não tinha nenhuma forma de acesso ao ensino superior. (LUCAKS; SCHAFF, 1973, p.11)

A ausência de consciência de sua própria condição, consequência também da falta de instrução adequada e responsável, o torna escravo de um sistema capitalista que visa ao lucro em que, mais uma vez, o indivíduo passa a ser violentado. Agora pela corrupção de uma empresa que a sua própria falta de instrução favorece para ser enganado e roubado. Conforme o narrador apresenta:

[...] investi as minhas economias num apartamento de três dormitórios de uma construtora sólida. Tudo só pra mim. Meu plano era derrubar as paredes e fazer um salão desse tamanho. Andar pelado de cortina aberta. Comprar uma televisão de um metro e meio. Não, melhor: ia ter uma suíte com banheira e outra sala enorme, só pra miserável da televisão. [...] O prédio foi demorando, demorando, então meu irmão mais moço escutou no rádio que o presidente da empresa mudou pra Suíça. Ele tinha ouvido bom pra desgraça alheia como não tinha pra dele próprio! (BONASSI, 2007, p.44)

Ele investiu em um apartamento maior do que seria necessário para viver, que sua condição de trabalhador pobre permitia, mobiliado com exageros, guiado por um padrão de

consumo capitalista. Era uma tentativa de pertencer a uma classe social diferente da sua, que lhe dê visibilidade e perdeu tudo. Aliado a isso, a falta de justiça para algumas camadas da sociedade, tem papel crucial na manutenção da desigualdade social e na violência. O funcionamento extremamente ineficaz e injusto da justiça no Brasil coloca em descrédito a moral e enfraquece a qualidade das relações sociais.

A falta de instrução faz com que o consumo exagerado e, às vezes, inconsequente, implantado pelo sistema capitalista, aumente a desigualdade social. Já que não é o acúmulo de bens materiais que irá reverter sua condição social e o fornecer dignidade, mas sim, a educação, um trabalho digno e outros direitos fundamentais. Direitos estes que deveriam ser efetivos através das políticas públicas. Conforme indica Adorno, “As relações sociais não afetam somente as condições de produção econômica e material, mas também integram no plano da ‘subjetividade’ onde originam relações de dominação.” (ADORNO, 2014, p.18).

Favorece-se o enfraquecimento do eu e, assim, facilita uma adaptação e assimilação de comportamento de massa. O indivíduo é dominado por um sistema agressivo de consumo. A cultura do consumo, de onde quer deslocar todo nosso esforço e gozo em materiais. A satisfação provém da aquisição de bens, que na realidade só fortalece a economia e enfraquece a pessoa.

O personagem foi enganado pela imobiliária. Possivelmente ofereceram-lhe um apartamento com custo acessível para lhe atrair, com benefícios de grandes imóveis que não passou de uma armação para usurparem seu dinheiro. Mais uma vez, o que se percebe é a injustiça, já que o personagem fora roubado, através da compra de um imóvel que não existe. O personagem não procura por justiça. Ele parece nem esperar por ela. Possivelmente, onde vive, ela não deve sequer existir de maneira imparcial e razoável como deveria. Outro embaraço para que o personagem consiga, primeiramente, reconhecer, em seguida, expressar seus direitos, é o letramento. Falta a ele recursos para externalizar sua própria condição. Isso se deve pela pouca ou nenhuma oportunidade de frequentar a escola e também pelo seu espaço social, restrito demais para ser reconhecido como detentor do direito de justiça ágil e eficaz. Ginzburg considera que

[...] não é possível aos excluídos do letramento uma consciência plena de sua própria situação de excluídos sociais. [...] falta a eles o exercício da fala de reivindicação e de condições íntegras de existência. Eles não sabem como dizer o que falta a eles. E se soubessem, não temos como definir a quem se dirigiam e o que conseguiriam. (GINZBURG, 2010, p. 111)

A maneira de reproduzir um sistema de consumo e de um padrão cultural se estende, também, no relacionamento do personagem com a namorada. Ele, um subalterno, se relaciona com Adelina: essa já possui nome, é reconhecida em meio à massa. Pode ser devido ao seu biotipo modelar: cabelo louro e olhos verdes, um padrão europeu tido pela sociedade em geral como padrão de beleza. É mais uma tentativa do personagem em obter felicidade dentro de padrões culturais. Freud identifica que

[...] a felicidade de viver é buscada sobretudo no gozo da beleza onde quer que ela se mostre aos nossos sentidos e ao nosso juízo [...]. Essa postura estética oferece pouca proteção contra sofrimentos iminentes. [...] O gozo da beleza tem um caráter sensível particular, suavemente embriagador. (FREUD, 2015, p. 76)

Mais uma vez, o personagem paga caro por querer seguir padrões de um sistema que o corrompe e despreza sua singularidade. Assim como o fato de ter se iludido com a busca de possuir um apartamento grande com uma televisão de um metro e meio, modelo elitista de consumo. Segundo Chauí,

As coisas-mercadorias começam, pois, a se relacionar umas com as outras como se fossem sujeitos sociais dotados de vida própria (um apartamento estilo “mediterrâneo” vale um “modo de viver”, um cigarro “vale um estilo de vida”, um automóvel 0 km. vale um “jeito de viver”, uma calça vale “uma vida jovem”, etc., etc.). [...] A mercadoria passa a ter vida própria indo da fábrica à loja, da loja à casa, como se caminhasse sobre seus próprios pés. (CHAUI, 1982, p. 57)

A mercadoria tem caráter espetacular e parece ter o significado de preenchimento da subjetividade do personagem. Por isso o consumo em grande proporção. É como se o sujeito estivesse esvaziado e fosse preenchido pelo signo da mercadoria. Favorece o consumo e aumenta o lucro dos donos do meio de produção. Odalia considera que o consumo agressivo “[...] está perfeitamente sincronizado com uma sociedade que está mais preocupada em produzir e vender rádios e televisões do que com o alimento nosso de cada dia.” (ODALIA, 1983, p. 41). Enriquecendo essa concepção, Zaluar identifica que

A sociedade do pós-guerra sofreu um processo acelerado de transformações econômicas, políticas e culturais, e essas transformações se traduziram na fragmentação social e na importância crescente dada às atividades de lazer e de consumo como meios de definir novas identidades sociais, em particular a dos jovens. (ZALUAR, 2010, s/p)

É uma forma de dominação, ele passa ser explorado pelo consumo, já que não há em si condição de reconhecer sua subjetividade – está esvaziado – se tornou coisa e humaniza a

mercadoria. Ainda segundo Chauí “[...] modo de produção capitalista os homens realmente são transformados em coisas e as coisas são realmente transformadas em ‘gente’.” (CHAUI, 1982, p. 58).

Mais uma vez, o personagem se engana ao investir numa faculdade de Direito para Adelina. Aluga um sobrado para morar com Adelina e ela o trai com vários homens, inclusive com seu professor. De maneira irônica, “[...] o que a construtora ‘sólida’ não levou, o professor que é advogado tratou de levar” (BONASSI, 2007, p. 45). Foi a única vez que ele teve contato com a lei e de maneira infeliz. Justiça imparcial e razoável para o personagem provavelmente não existe. O narrador nos revela, em um fragmento da narrativa:

Aquele olho verde, o senhor vê... eu era muito engraçado... Pensei que era o olho da pureza, mas digo ao senhor que não. Não era. Deu pra metade dos professores da Faculdade. Faculdade dessas grandes. [...] Me deixou com uma mão por aqui e a outra pra cobrir lá atrás. Nem casado eu era. Perdi o resto, aquilo que a construtora sólida ainda não tinha levado. (BONASSI, 2007, p. 45)

São sucessivos os ataques aos direitos humanos do personagem: falta de um emprego, já que se descreve: “como eu estou desempregado, o senhor veja o que tem sido meu sustento...” (BONASSI, 2007, p. 44). O sustento a que ele se refere é levar o irmão acidentado que não consegue andar para pegar sua pensão. Mais uma vez, ausência de políticas públicas que não garante um emprego digno a todos os cidadãos. O personagem que não possui a confiança do irmão para buscar a pensão sozinho e entregar a ele, passa por situações constrangedoras para conseguir sobreviver. Seus outros irmãos conseguem seu sustento através de atividades criminosas. Evidencia-se, mais uma vez, que a violência parte de cima para baixo. O desemprego potencializa a exposição do indivíduo a comportamentos ilegais, sem ter emprego ele precisa achar meios de sobreviver e a ilegalidade passa a ser uma das poucas condições, já que na maioria das vezes a pessoa não tem escolaridade suficiente exigida pelo mercado de trabalho e uma rede de apoio, família, políticas públicas, que sanem suas necessidades básicas. Nessa perspectiva, Odalia considera que

[...] no Brasil o desemprego é um candidato potencial à marginalidade criminal. Uma vez desempregado, o trabalhador brasileiro é lançado à sua própria sorte. Impossibilitado de fazer poupança, quando empregado, devido ao baixo salário, [...] em poucos meses, uma vez consumido o fundo de garantia, ingressa no mundo nebuloso do biscateiro e sua marginalidade é um apoio à criminalidade. (ODALIA, 1983, p. 47)

Há um desrespeito ao ser humano quando é negado condições básicas para sua sobrevivência. A criminalidade é o que resta quando não há mecanismos efetivos que deveriam ser proporcionados pelo Estado. A sua intervenção é questionável e, quando há, é ineficaz. Ainda segundo Chaui há um mito fundador da nossa nação, uma ordem social deturpada por interesses particulares que contribui para a compreensão da origem de práticas violentas contra o ser humano, mas que foi camuflado como comportamento glorioso, tirando a responsabilidade dos violentos e menosprezando a dor dos que foram violados. Segundo Chaui:

O mito é construído graças a um processo de exclusão social e histórico preciso, cuja finalidade é admitir existência inegável da violência, mas fazendo-a aparecer de modo a negá-la. [...] a situação atual é apresentada como favorável à criminalidade e a transgressão porque as regras, normas e leis perderam sua eficácia como cimento afetivo, moral e legal das relações sociais. (CHAUÍ, 1980, p. 2)

No final da crônica, o personagem descreve onde mora. Depois da tentativa frustrada de comprar seu apartamento, teve que morar com uma tia, em uma situação caótica e correndo risco de morte, pois sua parente usa bebida alcoólica e costuma colocar fogo nas suas coisas. Era uma moradia no mínimo imprópria para uma vida digna, que o personagem nem considera como casa ou lar: denomina-a de “troço”. Como descreve Bonassi, na crônica:

Morar mesmo, o senhor veja, eu e esse meu irmão mais moço moramos aqui nesse troço de propriedade dessa minha tia. Quando ela bebe põe fogo no colchão. Já comprei seis: dois *Blu Sky*, três *SuperAnathom* e um *Espumex* mesmo, que eu já tava de saco cheio. O cara da loja me chama pelo apelido... Meu apelido não presta. Não vou contar qual é. Tudo tem limite. (BONASSI, 2007, p.45).

Essa vida sem dignidade, segurança, lazer e justiça não causa o estranhamento que deveria causar. O próprio vendedor da loja do colchão o rotula e não parece se abismar com tal condição precária. Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos, pelo menos é o que confere o preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Não é suficiente dizer que todo ser humano é livre, é necessário condições materiais para essa liberdade. O personagem não tem condições mínimas de usar sua liberdade, ele não tem para onde ir. É sufocado e reprimido pela sua condição de pobre. É livre, mas não há políticas públicas que efetivem seu direito básico. A partir da pouca ou nenhuma condição de escolha, o personagem se vê obrigado a lidar com a violência da tia. São inúmeras violências sociais e políticas, a tia que não é assistida pela saúde, diante do

vício, a falta de segurança e dignidade dos moradores da casa e humilhação social com os vendedores da loja que debocham da condição do personagem, quando deveria ser de repúdio, por estarem diante de atos violentos.

Por fim, o personagem que começou a beber através do exemplo da tia. “Eu já tinha tomado umas. Acabei pegando gosto, olhando essa minha tia.” (BONASSI, 2007, p. 45). Aparentemente, o personagem volta a beber como uma tentativa de fuga desse agressivo mundo externo. Freud considera que o entorpecimento é uma das formas de aliviar o sofrimento. O personagem parece não ter outra solução para aliviar esse sofrimento. A família não funcionou, tampouco a justiça, a constituição. Segundo Freud existem paliativos para suportar as dores e decepções: “Esses expedientes talvez sejam de três tipos: distrações poderosas que nos façam desdenhar nossa miséria, satisfações substitutivas que a amenizem e entorpecentes que nos tornem insensíveis a ela.” (FREUD, 2015, p. 61)

O personagem em seguida encontrou com Deus em um dia em que estava bêbado e disse a ele, encerrando a crônica: “Então, o senhor veja, encontrei Deus. Foi ali em cima, perto da padaria. [...] Sei que eu olhei bem pra cara dele, medi de cima embaixo e falei mesmo: Isso é coisa que se faça comigo?” (BONASSI, 2007, p. 45). O personagem atribui a Deus todas as suas mazelas. Tirando do Estado a responsabilidade de se encontrar numa situação tão miserável, provavelmente não tem conhecimento de seus direitos humanos e atribui a entidades divinas a responsabilidade. Freud considera que

É particularmente digno de nota o caso em que um grande número de pessoas empreende conjuntamente a tentativa de obter garantias de felicidade e proteção contra o sofrimento mediante uma transformação delirante da realidade. Precisamos caracterizar também as religiões da humanidade como delírios coletivos desse tipo. (FREUD, 2015, p. 74)

Esse afastamento da consciência, contribui para uma ausência proposital e irresponsável do Estado na organização social e no fomento da dignidade do cidadão. Isso também é possível devido a religião ser um dos aparelhos de controle do Estado. Ela serve para domesticar o homem ao que convém para o Estado. Promove-se a violência de maneira a parecer não ser responsável pela mesma. Althusser acredita que “Todos os aparelhos ideológicos de Estado, quaisquer que sejam, concorrem para o mesmo fim: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalista.” (ALTHUSSER, 2001, p. 78). A religião, ao contrário do que se pensa, não existe em função de todos os homens, mas,

sim, para a submissão do homem em função da manutenção de relações desproporcionais e agressivas. Freud acrescenta que

A religião prejudica esse jogo de escolha e adaptação ao impor a todos, do mesmo modo, o seu caminho para obtenção de felicidade e para proteção contra o sofrimento. Sua técnica consiste em depreciar o valor da vida e desfigurar a imagem do mundo real de modo delirante, o que tem como pressuposto a intimidação da inteligência. (FREUD, 2015, p. 79)

Quando resta ao crente assumir a sua infelicidade e mediocridade da própria vida, mesmo diante de um Deus justo e de amor, resta a ele a submissão incondicional como prova de amor e confiança, aceitando a sua miséria como prova de amor. Uma forma de consolidar esse comportamento é o ensinamento bíblico de quando te bate numa face, ofereça também a outra.

3.6. “Os sacrifícios”

Em “Os sacrifícios”, temos a necessidade de sacrificar o cachorro da família, um dos possíveis motivos do título da crônica, mas também indica os sacrifícios que a família encontra para cumprir os papéis preestabelecidos de um homem e de uma mulher dentro da família tradicional brasileira. Ela, uma mulher sem nome, sem idade, sem sua profissão. Quando o homem aparece pela primeira vez na crônica, o autor nos apresenta seu nome, profissão e idade, já ela não tem essas referências ao ser introduzida pela primeira vez na narrativa. “Orlando tem 35 anos e faz bico de segurança [...] A mulher fica pescando casquinha de pão da toalha e mordiscando.” (BONASSI, 2007, p. 52).

Essa sua ausência de identidade que não confere importância, é compatível com o lugar que ela ocupa na relação do casal: inferiorizada. Esse lugar inferior da mulher também é compatível com o lugar das mulheres na sociedade patriarcal a que vivemos. A personagem é dona de casa, função sem prestígio e sem valor, que foi naturalizada como sendo atividade socialmente própria à mulher. É um papel social construído como se a mulher nascesse apta a ser dona de casa, mãe e menos capaz para atividades diferentes dessa ordem. Chauí considera que

[...] as relações sociais aparece nas ideias como se fossem coisas em si, existentes por si mesmas e não como consequência das ações humanas. [...] a Sociedade se “naturaliza”, isto é, aparece como um dado natural,

necessário e eterno, e não como resultado da praxis humana. (CHAUI, 1982, p. 64).

A mulher não nasceu com condições especiais ou mais propícias para cuidar da casa e dos filhos, ela, através de uma ideologia, foi submetida a essa papel. Esse modo de viver da família, as divisões das tarefas e responsabilidades não são questionadas. É como se fosse próprio de cada gênero aquelas responsabilidades e não uma construção social que ignora a condição individual de cada ser humano. Lucaks e Schaff consideram que

[...] a acção educativa de determinada ideologia sobre a consciência dos homens faz com que esta consciência se modifique, amadureça e se aproxime da ideologia em causa, caso esta esteja socialmente interiorizada, isto é, aceite. (LUCAKS; SCHAFF, 1973, p. 20).

Essa conjuntura que foi internalizada pelos personagens favorece ainda mais para pobreza e a desigualdade social. É um modelo em que entende que o homem é capaz de conseguir sozinho o sustento da família e é isso que ele deve fazer. Já a mulher nasceu com a condição e desejo de cuidar da casa e dos filhos. Há um estereótipo de vida feliz e satisfação em modelos de vida, como sendo o mais apropriado e afortunado. A cultura determinou esse padrão de vida, como se atendessem todas as pessoas, nem esse padrão e nem todos comportamentos culturais conseguem satisfazer a todos e nem quer.

Em detrimento dessa concepção, o casal naturaliza esses papéis sociais que estão demarcados socialmente, impeditivos de uma mudança na própria vida e na dos filhos. Chauí identifica que

[...] na ideologia burguesa, a família não é entendida como uma relação social que assume formas, funções e sentidos diferentes tanto [...] da situação de cada classe social na sociedade. Pelo contrário, a família é representada como sendo sempre a mesma (no tempo e para todas as classes) e, portanto, como uma realidade natural (biológica), sagrada (desejada e abençoada por Deus), eterna (sempre existiu e sempre existirá), moral (a vida boa, pura, normal, respeitada) e pedagógica (nela aprendem as regras da verdadeira convivência entre os homens, com o amor fraterno). Estamos, pois, diante da *ideia* da família e não diante da realidade histórico-social da família. (CHAUI, 1982, p. 88)

Devido a essa ideia, incide ainda mais a pobreza, já que cabe à mulher o serviço de casa, não conseguindo contribuir financeiramente com o marido. Há uma dificuldade em repudiar o que é completamente contraditório e assimilar o comportamento padronizado. A exemplo disso, a família mora em um cortiço, evidenciado pelo quintal compartilhado por seis famílias: “Orlando indica o quintal comum a seis famílias, além da porta. – Reclamaram de

novo?” (BONASSI, 2007, p. 52). A renda da família é conquistada somente pelo homem e ele não possui um trabalho que possibilite uma vida confortável à família. A classe burguesa teve condição de estabelecer esses papéis sociais do homem e da mulher pelo fato de o homem conseguir sustentar sua família. Ele tinha recursos para limitar o espaço da mulher e assim fazia. Essa mesma condição é diferente da realidade de Orlando e sua família. Ele internalizou uma ideologia que não é compatível com a sua experiência de vida.

Essa condição mantém o homem escravo de qualquer emprego, já que não há possibilidade de ficar um período sem trabalhar até achar outro, compatível com suas condições e anseios. Ele assume um lugar de sujeição para o papel social o qual estará predestinado a ocupar. Althusser sustenta que “[...] a sujeição não está presente somente nas ideias, mas existe num conjunto de práticas, de rituais situados em um conjunto de instituições concretas.” (ALTHUSSER, 2001, p. 8). Essas condições são as poucas ou nenhuma condição de não se sujeitar a ocupar lugares favoráveis à classes dominantes, de modo a manter lugares sociais estratégicos. Nietzsche considera que

[...] a obediência tem sido praticada e mantida entre homens até agora, podemos bem supor que, de um modo geral, a necessidade disso é inata em todos como uma espécie de consciência formal, que ordena: “você deve incondicionalmente fazer isso, ou incondicionalmente se abster disso”, em suma, “você deve”. Essa necessidade tenta ser satisfeita e preencher sua forma com um conteúdo de acordo com sua força, impaciência e ânsia, e agarra uma vez só com apetite onívoro indiscriminado o que é ordenado aos berros, em seus ouvidos, pelos que mandam – pais, professores, leis, preconceitos de classe ou opinião pública. (NIETZSCHE, 2012, p.102)

A mulher, além de não possuir nome, não tem fala. Quando se comunica com o marido é através de gestos. A mulher parece não implicar, ou, ao menos, questionar esse espaço atribuído a ela, naturalizando sua condição.

A mulher faz que “sim”, mas é mais como se ela deixasse a cabeça pender pelo pescoço. A menina e os dois meninos olham direto pro pai. Brinquinho passou as últimas doze horas berrando, agora está gemendo.

- Será que vou conseguir dormir?

A mulher dá de ombros. Está dizendo “depende de você”. A crianças entreolham-se. Estão dizendo “você, você, você...”. Orlando pega um pãozinho, corta. Vai buscar manteiga. Está gelada. Sai um bloco duro. Tenta passar no pão. Por pouco não se fura. As crianças não deixam de reparar nisso. O menor chega a virar o rosto. Orlando larga a faca de repente.

- Devia levar noutra lugar. Não é comum aceitar a opinião do primeiro médico.

A mulher espeta quatro dedos no ar, pra dizer a quantidade de veterinários que procurou. (BONASSI, 2007, p.53)

Para Bourdieu, existe um “confinamento simbólico” em ser mulher na sociedade. Existem maneiras preconcebidas determinantes do que é ser mulher. É um espaço confinado e dotado de precauções comportamentais. A maneira de se relacionar com o outro, principalmente o homem, também é confinada. Para o pensador,

[...] a submissão feminina parece encontrar sua tradução natural no fato de se inclinar, abaixar-se, curvar-se, de se submeter [...], nas posturas curvas, flexíveis, e na docilidade correlativa que se julga convir à mulher. (BOURDIEU, 2012, p. 38).

Essa maneira de se comportar está intimamente associada à atitude moral e relacional. Saffioti revela que muitas mulheres se sentem pertencentes a esse lugar. A socióloga descreve: “Estão de tal maneira imbuídas desta ideia de sua ‘inferioridade’ que se assumem como seres inferiores aos homens” (SAFFIOTI, 1987, p. 12). Essa naturalização é devido ao reforço social atribuído aos sujeitos quando estes ocupam o papel que lhes é destinado socialmente. É um conceito maciço impregnado na nossa cultura do que é ser “mulher boa para casar” ou “homem que dá futuro”. Mais uma vez evidencia-se o caráter passivo e ativo contido nas ideologias de gênero. Bourdieu estende essa relação inclusive às partes da casa, como sendo “sexuadas”, contribuindo para sustentar e naturalizar essa relação. De acordo com o pensador:

As divisões entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, onde as partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de percepção, de pensamento e de ação. (BOURDIEU, 2012, p. 17)

O marido, diferente da esposa, possui nome: Osvaldo. E fala. Está em uma condição melhor do que a mulher, pois possui identidade o que revela o lugar do gênero masculino de maneira privilegiada em nossa sociedade patriarcal. Fora de casa Osvaldo não consegue manter essa condição de superioridade, pois agora entram em jogo outras questões: o desprestígio que sua condição de subempregado lhe traz. Ele não tem visibilidade social fora de casa, é frequentemente humilhado na sua função de segurança na entrada de eventos nos quais faz “bicos”.⁸

⁸ Diante dessa realidade, Zaluar considera que: “O surgimento do novo mercado informal/ilegal é outro fio do paradoxo brasileiro. Os mercados informais sempre existiram no Brasil, e constituíram uma fonte de renda importante para pessoas com pouca qualificação ou desempregadas.” (ZALUAR, 2010, s/p).

O personagem é humilhado em seu local de trabalho. Isso acontece pela sua condição de empregado pobre. É comum pessoas com função sem prestígio social serem desprezadas e humilhadas. Citando a narrativa, “Confusão na entrada o tempo todo! Os atrasados rasgando convites e jogando na sua cara. Depois ainda teve de achar táxi pra todo mundo, bêbados. Agora, diante dele, a garrafa térmica, a leiteira e o saco de pãezinhos que trouxe.” (BONASSI, 2007, p. 52). É como se o trabalho sem prestígio e menos envolvimento intelectual e mais físico, tornasse o homem inferior e até mesmo menos digno de respeito e cumplicidade. Diante dessa relação desproporcional, Odalia acrescenta que

Não se sujeitam apenas os corpos dos homens, vai-se mais longe, distinguindo-os, de maneira a fazer crer que uns são corpos e e espíritos, e os outros, apenas corpos, força física, encarregados das atividades mais baixas e indignas de uma sociedade. (ODALIA, 1983, p. 18)

Orlando é o que a Odalia considera como detentor apenas do físico, sendo assim menos merecedor. O seu trabalho é de segurança em eventos. Sua função é proteger a integridade física dos convidados e verificar as condições estabelecidas do evento. Ele está para amparar o outro. É como se os outros tivessem necessidade de proteção e amparo e ele é quem vai proteger. Não por ser uma pessoa especial ou superior, mas por realizar aquilo que as pessoas que possuem escolhas não querem fazer. Sobrou para ele defender os que merecem uma atenção e cuidado maior. Ele não pertence ao grupo de pessoas que precisam e/ou merecem segurança para obter seu lazer, ele sequer possui um lazer. Para Costa,

[...] é possível propor a humilhação hoje vinculada à formação do trabalho assalariado, mais precisamente, vinculada à forma baixa do trabalho assalariado, o trabalho alienado, desqualificado. O mundo que não hesita reduzir trabalhadores à condição de operários é já um mundo ancestralmente habituado à desigualdade; o senhor e o servo precedem o patrão e o operário. Houve refiguração moderno-industrial da servidão, muitas vezes logrando acobertá-la. A desigualdade corresponde a um fato histórico-político mais velho que o capitalismo e nele renovado. (COSTA, 2004, p. 42).

Não está apenas disposto aos riscos e a humilhação, como também a condições precárias de trabalho, indicado pela narrativa: “Pega às seis da tarde e larga às sete da manhã. Todo dia. Fim de semana também.” (BONASSI, 2007, p. 52). Costa discorre que

A opressão no campo e na cidade refreou os gestos, alienou o trabalho, impediu a ação e o governo, inibiu o riso e a voz, desmoralizou as religiões e as ideias dos oprimidos. Infestou o sentimento, a imaginação e a lembrança dos pobres por mensagens senhoriais ou patronais, mensagens de comando e

desprezo. São golpes ainda agora desferidos, sob novas formas e menos evidentes. (COSTA, 2004, p. 22).

A lei não funciona para ele. A lei não evita e nem elimina o que deveria ser assim feito. Odalia descreve que a lei “[...] tem a função de normalizar o que não é normal. Ela institucionaliza, estabelecendo limites, situações que deveriam ser abolidas.” (ODALIA, 1983, p. 37). A economia brasileira se desenvolveu, se tornou diversificada e moderna, sem que conseguisse atender a toda população em um plano estratégico monetário e jurídico em que confiasse a todos os cidadãos condições mínimas de emprego. É como se uma vida digna a todos seres humanos se opusesse aos interesses da classe dominante. É através da exploração de uma classe pela outra que se sustentam grandes lucros. Não se alcança a dignidade para todos os seres humanos devido a interesses particulares e não a uma impossibilidade material.

Essa depreciação de sua própria condição de trabalhador pobre é tamanha que o narrador lhe confere traços de animal: “Descabelado. Olho molhado. Vira-lata. Noite longa. Festa de firma em museu de arte” (BONASSI, 2007, p. 52). A expressão “Vira-lata” se refere a cães e gatos sem raça definida. O autor reconhece essa característica no personagem. É como se ele também não fosse reconhecido pela sua raça humana, e, sim, uma sub-raça do ponto econômico, social e jurídico. Em um país que carrega a utopia da igualdade, mas que não possibilita condições materiais para que a igualdade se exerça. Para Costa,

Igualdade não é categoria sobretudo econômica ou cultural: é categoria política. Verdade que, em seu elemento, disparidades econômicas tendem a cair. E o encontro de culturas tende a uma troca de influências e não prestígio unilateral. Igualdade não é identidade ou equação, eu e o outro juntos como eu e o retrato de mim. Não a supressão de diferenças, igualdade implica certamente a supressão da dominação. (COSTA, 2004, p. 36)

O seu cachorro é humanizado na narrativa. É com ele que a crônica começa, já indicando um lugar especial em relação aos membros da família. Diferente da mulher, ele tem nome, idade e características particulares:

Brinquinho tem oito anos. Podemos dizer que é piquenês. É, podemos...[...] Na verdade, Brinquinho tem aquele formato impreciso do vira-lata total: atarracado, pêlo irregular, pernas tortas. A língua pende pra fora da boca. O olho molhado. A orelha comprida raspando nas poças. (BONASSI, 2007, p.52)

Ele também possui nome – Brinquinho. O nome é referente a uma joia e faz alusão ao que ele significa para a família. É precioso. Mas o cachorro está doente, já foi algumas vezes

ao veterinário e seu caso parece não ter solução. Devido ao seu sofrimento, será necessário sacrificá-lo.

Brinquinho passou as últimas doze horas berrando, agora está gemendo. [...]
- Deveria levar noutra lugar. Não é comum aceitar a opinião do primeiro médico.

A mulher espeta quatro dedos no ar, pra dizer a quantidade de veterinários que procurou. (BONASSI, 2007, p. 53)

O dever de sacrificar é do homem. Situação que, mais uma vez, demonstra os lugares sociais demarcados. Requer um ato de coragem, característico do estereótipo carregado pelo homem na sociedade patriarcal. Há práticas que, historicamente, são irredutivelmente atribuídas a cada gênero específico. Bourdieu reconhece essa cisão e argumenta que:

Cabe aos homens, situados do lado exterior, do oficial, do público, do direito, do seco, do alto, do descontínuo, realizar todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares, como matar o boi, a lavoura ou a colheita, sem falar do homicídio e da guerra, que marcam rupturas no curso ordinário da vida. (BOURDIEU, 2012, p.41)

Oswaldo carrega um grande peso desse papel social que é delegado ao homem. E ele é o homem da família e quem vai ter que sacrificar Brinquinho, o cachorro por quem todos de casa possuem afeto. Na narrativa é possível identificar a falta de coragem dele ao fazer isso e também a ausência de escolha, já que é dele que deve sair o ato de bravura. Vejamos o trecho da narrativa:

- Doença maldita.

Sorri amarelo:

- Dormiram bem?

Não se muda de assunto assim naquele dia. Orlando pensa o que aconteceria se levantasse e saísse andando sem olhar para trás. Balbucia:

- O que aconteceria?

Fica pensando nisso. Mais um instante. Quem o interrompe é o filho do meio, deixando escapar um choro cuspidor. Depois chora o menor. Sem vergonha. No fim, da menina também escorre uma lágrima. [...]

- Então não tem jeito?

Não se sabe se Orlando pergunta ou suplica. (BONASSI, 2007, p.53)

O diálogo representa a ausência de escolha de Oswaldo dentro de casa. E a ausência de consciência também. Já que ele também acredita que deve fazer, mesmo sem querer aquilo. Ele é homem, portanto, o ato de coragem deve vir dele. Não se questiona se há nele essa condição e se assim ele quer. Não há espaço para individualidade. Freud sugere que as atitudes dentro de uma cultura é movida para preservar o amor e se manter unido a um grupo.

A pessoa não escolhe por si, pelo próprio eu, mas pelo imaginário de um eu ideal pela cultura e, assim, torna-se digno de amor, quando não rompe com o padrão cultural. É uma ideologia que trabalha a favor da manutenção da ideologia de gênero, omitindo a singularidade de cada pessoa e o seu contexto social. As vontades individuais não podem contradizer aos lugares sociais estabelecidos. Estão alienados e assim conservam a ideologia. Chauí considera que

[...] a ideologia nasce para fazer com que os homens creiam que suas vidas são o que são em decorrência de certas entidades (a Natureza, os deuses ou Deus, a Razão ou a Ciência, a Sociedade, o Estado) que existem em si e por si e às quais é legítimo e legal que se submetam. Ora, como a experiência vivida imediatamente a alienação confirmam tais ideias, a ideologia simplesmente cristaliza em “verdades” a visão invertida do real. Seu papel é fazer com que no lugar dos dominantes apareçam ideias “verdadeiras”. Seu papel também é fazer com os homens creiam que tais ideias representam efetivamente a realidade. E, enfim, também é seu papel fazer com que os homens creiam que essas ideias são autônomas (não dependem de ninguém) e que representam realidades autônomas (CHAUI, 1982, p. 87)

No mesmo diálogo descrito acima, percebemos que o personagem inicia uma abertura para reflexão, como se ele estivesse tendo consciência de sua situação e a partir daí começou a pensar sobre possíveis alternativas. “Orlando pensa o que aconteceria se levantasse e saísse andando sem olhar para trás. Balbucia: - O que aconteceria? Fica pensando nisso. Mais um instante. Quem o interrompe é o filho do meio.” (BONASSI, 2007, p. 53). Não há espaço para sua individualidade, quando ele começa a reflexão, já é interrompido. Não discute à mesa o que ele gostaria de fazer ou que ele consegue fazer naquele momento, portanto, não há escolhas. Ele precisa reproduzir aquilo que é esperado. Já tem um papel predestinado que viola sua individualidade. Para Odalia, “Não havendo uma solução para a violência da vida cotidiana, o remédio é integrá-la como componente normal das relações entre os homens. (ODALIA, 1983, p. 12). É dessa maneira que a família responde. Sem condições de reflexão da própria condição, incorpora papéis que agridem sua subjetividade e os detém em um padrão que despreza sua verdadeira condição. Conduz indivíduos a viverem de modo alienado a uma ideologia e não autônomo para governar sua vida.

A relação imaginária da família se opõe a relação existente deles. Coloca o homem como provedor da casa, sem esse ter um emprego que dê a família uma condição confortável. Impõe à mulher, através da ideologia, um lugar passivo em relação ao homem e ao trabalho remunerado. Cabe a ela o trabalho de casa e os filhos. Essa relação não se dá de forma natural ou sem causalidade conhecida. Para Freud,

[...] quando o indivíduo na massa renuncia à sua singularidade e se deixa sugestionar pelos outros, temos a impressão de que o faz por existir nele uma necessidade de estar antes em harmonia com eles a estar em oposição a eles. (FREUD, 2009, p. 77)

É favorecida por instrumentos controladores da sociedade e os tidos como bem comum e moral. A igreja, a escola são aparelhos que potencializam a relação de dominação de uma classe pela outra. Conforme Odalia

Todo processo educacional sempre é orientado no sentido de se criar consciência social próxima da aversão do conflito e temerosa de transformações, que não tenham o Estado como força propulsora. A educação sempre foi um instrumento privilegiado de dominação e isso é facilmente explicável por ser um processo longo, contínuo e que trabalha com um material altamente sensível, a criança e o jovem. Contudo, não deve ser tido como o único instrumento de dominação [...]. (ODALIA, 1983, p. 57)

A aversão ao conflito e o temor às transformações nada mais são do que modos de viver alienados. É uma forma passiva de se sujeitar àquilo que os aparelhos ideológicos impõem. É um mecanismo de sujeição de corpos e ideias de maneira a reproduzir uma determinada condição histórica de modelo de relação. Segundo Albuquerque, “O sujeito é o resultado de uma estratégia de poder que vigia e ordena os corpos através do aprisionamento e da domesticação das almas”. (ALBUQUERQUE, 2001, p. 51).

Outro instrumento que afasta a capacidade de reflexão de Osvaldo é a TV. É como se ela afastasse o homem de sua subjetividade particular e o atraísse para consumir e pensar aquilo que ela vende. Conforme a narrativa, “Orlando liga a televisão por cima da geladeira: o dólar, o Iraque, o presidente de helicóptero.” (BONASSI, 2007, p. 53). A mídia também é um instrumento de grande potencial para a formação de opinião, possuindo um grande alcance, ela é uma forte aliada para promoção do que é cultural. Ela não só informa, como interpreta os fatos e os transmite de modo a parecer como verdade absoluta e inquestionável. Assim, age impondo padrões a serem seguidos e formulando conceitos, fazendo que o telespectador digerir de modo irrefletido para o tornar passivo daquilo que ela deseja reproduzir. Odalia considera que

A televisão, o rádio, o cinema, o jornal, são elementos do cotidiano. Sua presença constante, a intimidade que sugere, leva-nos a consumir suas verdades como se fossem nossas, despoja-nos do poder de crítica e habitua-nos à passividade. [...] no fundo, no fundo, ela tenta nos imbecilizar, fazendo crer que o que põe a nossa frente é a verdade. (ODALIA, 1983, p. 58)

O fim de Brinquinho é mesmo a morte. Orlando atira no cachorro para sacrificá-lo. Ele faz isso não porque deseja ou porque vê em si uma pessoa apropriada para isso. Pelo contrário, tenta de diversas maneiras não cometer o ato, tentando negociar outras opções que não seja matar Brinquinho. Devido ao estereótipo do homem da casa, Orlando padece por essa supremacia masculina, e mata o cachorro. “Então Orlando desembulha o 32 e se volta. Enquanto avança, engatilha; depois fecha os olhos e faz de uma vez o que tem de ser feito.” (BONASSI, 2007, p. 54).

Ele mesmo internalizou essa ideologia de que o homem deve fazer isso. Ele é vítima de uma violência simbólica. É possível perceber ao longo da narrativa o desconforto em assumir essa posição. Mas ele a assume porque, socialmente, é isso que um homem deve fazer. Mesmo diante do incômodo, ele compactua com essa relação de dominação extraída das relações sociais impostas. E faz isso de maneira passiva, “faz o que tem que ser feito.” (BONASSI, 2007, p. 54). Como se não lhe restasse opção. Ele não pode fugir da sua condição de homem da casa. Ele naturaliza e incorpora o estereótipo do homem, sem levar em consideração sua individualidade. O personagem não possui uma consciência daquilo que é e aquilo que consegue ser e fazer, mas aquilo que “tem que ser feito”.

3.7. “Pode ser um assalto”

Bonassi, em “Pode ser um assalto”, representa a caótica experiência urbana brasileira comum nas últimas décadas. Ele apresenta a cidade e seus habitantes em sua maneira de relacionar entre si e com o espaço. Ele lança mão do discurso social, de suas práticas, seus pensamentos e a sensibilidade de estar diante dessa realidade presente. Exibindo a experiência das ruas, do fluxo incessante de automóveis e pessoas, o consumo, o barulho, lugares cheios e ao mesmo tempo a solidão. Mostra acima de tudo, um intenso mal estar em viver nessa sociedade.

Idilva Maria Pires Germano, em *As ruínas da cidade grande: imagens da experiência urbana na literatura brasileira contemporânea*, se dedicou a estudar essa experiência urbana e a relação entre os moradores. Germano considera que essa nova narrativa, que expõe o cotidiano dos grandes centros urbanos, passa a se configurar de maneira que:

Os textos incluem elementos e procedimentos tais como o foco em personagens andarilhas, sem compromisso e sem destino; a onipresença dos

não-lugares e os espaços degradados e disfóricos; a aceleração do passo do *flâneur*, tornando circular o trânsito da cidade (com a evocação de que se vai a lugar nenhum) os cenários e as ações envolvendo medo e violência, de modo a evocar as patologias e as transgressões individuais e coletivas; as relações conflituosas de alteridade, num espaço físico e subjetivo que força a partilha do território urbano; a focalização da perspectiva do Outro assujeitado (pobre, marginal, migrante, estrangeiro, delinquente, homossexual) e, atravessando todos esses elementos, a tematização de uma cultura de consumo que imprime sua lógica a toda e qualquer esfera da vida. (GERMANO, 2009, p. 433)

São perspectivas, condições, culturas, idades, profissões diferentes que se encontram em um espaço que não tolera a singularidade, dando a cidade a sensação de repúdio às diferenças, condição básica e imutável da relação humana. Realça o sentimento de desamparo e desajuste de uma sociedade excludente e intolerante. A partir dessa conjunção, surgem diversos desvios dentro da cidade: de moral, de conduta e social. Faz com que a cidade se torne um lugar de desordem, exclusão e sofrimento. Pellegrini reconhece o espaço urbano na ficção como:

[...] tradução dessa espécie de lugar da opressão, nos seus múltiplos níveis: social, traduzindo a exclusão da maior parte dos indivíduos do sistema que ela representa: político, traduzindo a centralização do exercício de poder, ideológico, traduzindo a reiteração constante de normas e valores que oprimem o sujeito, cercando sua realização pessoal e afetiva; estético, traduzindo linguisticamente os códigos da urgência e do medo que determinam o ritmo da cidade grande. (PELLEGRINI, 2005, p. 369)

Bonassi nos remete a esse cenário da cidade que envolve o medo, a insegurança e a violência. O título indica um sentimento generalizado de moradores de grandes centros. Devido ao alto índice de violência nas grandes cidades do país, moradores sofrem com o sentimento de desamparo e se sentem constantemente ameaçados pela violência recorrente nos centros urbanos. Nesse sentido, é comum reconhecer no outro uma ameaça e, portanto, o cidadão tende a se proteger. Os cidadãos vivem como se estivessem prestes a ser assaltados ou violentados de alguma maneira, identificando no outro, geralmente os marginalizados, os autores desse cenário. É um preconceito que domina o comportamento.

A partir de um diálogo entre os personagens, a crônica se desenvolve pela suspeita de um homem que pensa estar sendo assaltado, mesmo sem este último ter anunciado a ação. Ambos personagens não possuem nome, talvez se deva ao fato de os dois lugares de fala, tanto o de possível vítima como o de possível suspeito, serem comuns em grandes centros. Há muitas vítimas e suspeitos nas cidades. O autor difere um personagem do outro através dos

substantivos “cidadão” para aquele que se considera uma possível vítima, e “sujeito” para aquele que é considerado suspeito. No dicionário online *dicio*⁹, “cidadão” significa ser membro de um Estado com seus direitos civis e políticos garantidos. Já sujeito é definido por pessoa indeterminada e/ou aquele que se expõe ou está exposto, suscetível a algo. Carrega a ideia de sujeição. Albuquerque considera a sujeição sendo um

[...] mecanismo com duplo efeito: o agente se reconhece como sujeito e se sujeita a um Sujeito absoluto. Em cada ideologia o lugar do sujeito é ocupado por entidades abstratas, Deus, a Humanidade, o Capital, a Nação, etc., as quais, embora específicas em cada uma, são perfeitamente equivalente nos mecanismos de ideologia no geral. (ALBUQUERQUE, 2001, p. 8)

Através dos direitos civis e políticos, o cidadão está amparado juridicamente desde a sua concepção até a sua morte, em todas as esferas da sua vida. Já a definição de sujeito parece não estar condicionado a uma proteção e, sim, a uma vulnerabilidade, exposto a uma ideologia comum social e refém dessa condição. Remete a uma dependência e sujeição ao outro. Destarte, o sujeito pode ter sua liberdade limitada, através da percepção do outro. É como se ele ocupasse um lugar inferior socialmente, sendo uma espécie de subcidadania.

No primeiro parágrafo da crônica, o narrador revela o caos que envolve a cidade:

Sexta-feira. Quase dez. Avenida estrangulada. Ônibus, fumaça, gritaria, palavrões e cumprimentos faltando três ou quatro minutos para fechar o caixa eletrônico cidadão desliga o carro com a marcha engatada, larga por cima da calçada dando um murro na porta, salta duas jardineiras mortas, se aproxima de cartão magnético em punho... mas tem de esperar. Lá dentro um casal se beija. O cidadão tem vontade de atrapalhar. Dá pra ver as línguas se misturando Cidadão bufa. (BONASSI, 2007, p. 22).

O personagem chamado de cidadão vai ao banco para sacar dinheiro no caixa eletrônico. O cidadão porta seu cartão como se estivesse armado, “[...] se aproxima de cartão magnético em punho [...]” (BONASSI, 2007, p. 22). O consumo se tornou uma arma que viola a própria experiência, tornando os indivíduos escravos de um consumo agressivo sem que esses percebam. Cada vez mais acelerado e envolvido em uma ilusão que a mídia favorece como fundamental para felicidade, bem-estar e *status*. Em uma sociedade que valoriza o consumo de bens materiais, o poder é representado pelo dinheiro. Quem o possui exerce sua soberania em relação ao outro. Possuir dinheiro é estar munido de valor e privilégios.

⁹ Fonte: <https://www.dicio.com.br/>

Já dentro da agência, quando pega o dinheiro, seus duzentos e cinquenta reais, o cidadão “Dobra bem, mistura no bolso com lenço, remédio e chaveiro.” (BONASSI, 2007, p. 22). Parece esconder o dinheiro entre outros objetos, revelando um sentimento de insegurança em relação ao lugar onde vive. Sentimento compartilhado por moradores de grandes cidades. Os objetos que contém em seu bolso remete aos efeitos desagregadores na vida e na sensibilidade do convívio social. “Lenço e remédio”, como se fosse o recurso para lidar com o cenário de consumo, violência e a vida acelerada. A experiência urbana constrói maneiras de viver e se relacionar com o outro, implicando na qualidade de vida dos moradores.

O cidadão e o sujeito se encontram na narrativa quando o cidadão argumenta com o sujeito que está sem trocado. Conforme a narrativa: “Diante do sujeito, cidadão pensa que é caso de esmola. - Tô sem trocado.” (BONASSI, 2007, p. 22). Ele julgou que o sujeito seria um pedinte e reagiu com desconfiança mesmo sem haver nenhum pedido de dinheiro. O homem está sujeito ao julgamento apressado do cidadão e é a partir deste julgamento que se dará a relação dos dois. O cidadão continua sua caminhada e ao se aproximar do seu carro espera encontrar uma multa: “O cidadão dá um passo na direção do carro abandonado, já procurando por bronca de guarda ou papel no vidro.” (BONASSI, 2007, p. 22). Diante da quantidade de carros nas ruas e a infraestrutura deficitária das grandes cidades brasileiras em que não se projeta um centro que otimize a mobilidade e conforto dos moradores, o cidadão fica limitado em seguir as regras de trânsito. É como se o descuido dos projetos urbanos favorecessem para a grande quantidade de multas e transgressões. São leis criadas com baixa condição para serem seguidas. Chauí, no texto “A não-violência do brasileiro, um mito importantíssimo”, se refere a essas leis inócuas. Segundo a autora, “[...] a situação atual é apresentada como favorável a criminalidade e a transgressão as regras, normas e leis perderam sua eficácia como cimento afetivo, moral e legal das relações sociais.” (CHAUI, 1980, p. 2).

Mais adiante na narrativa, o sujeito, com uma arma, segue o cidadão até seu carro e entra junto com ele.

[...] puxa uma Glock debaixo da camisa. [...] Quando o cidadão destranca a porta do seu lado, o sujeito aproveita pra abrir a do passageiro. Senta e suspira. O cidadão, em pé no meio da rua, pensa se desvia (ou podia) ficar de fora. Melhor não. Entra, senta, abre os braços, sorri. Está tentando:

- Carona ?

O sujeito não vai mais olhar pro cidadão. É pras luzes desparelhadas que piscam no *rush* que ele aponta um dedo.

- É. (BONASSI, 2007, p. 22)

Apesar do sujeito não ter anunciado um assalto, na verdade, afirmou que seria uma carona, o cidadão entende que se trata de um, não o julga mais como um pedinte, mas agora como um criminoso. A desigualdade social que existe entre os dois, o cidadão possui dinheiro, carro, não tem estereótipo de bandido, tem grande influência no relacionamento entre os dois e na maneira de relacionar de uma sociedade. Isso é tido de forma natural, como se fosse próprio de todos os seres humanos.

Ela é aceita como se estivesse inscrita na ordem das coisas, cabendo ao homem apenas sofrê-la, como se fosse um elemento natural. Odalia acrescenta que

A sociedade humana aparece, assim, como filha da injustiça e da desigualdade, sem que estas possam ser atribuídas à ação do homem. Elas permanecem como um substrato último da sociedade, uma estrutura inconsciente que inibe todo o esforço humano para superá-la. (ODALIA, 1983, p. 26).

Ele, o cidadão, se vê ameaçado pelo sujeito e se considera uma vítima dele. Eles seguem pelas ruas de carro.

O sujeito fica olhando os vestidos baterem na bunda das mulheres que fazem compras. Muita gente fazendo compra. Compra de sexta-feira é programa, pensa o sujeito. Ele pensa também se já fez compra de sexta-feira à noite... chega a franzir o cenho de tanto pensar. Não. Nunca. Sexta-feira e compras não combina com a vida que vem levando. “Compras” não combina com a vida que vem levando... (BONASSI, 2007, p. 23)

O sujeito parece não pertencer àquele grupo de consumidores que ele vê, devido a vida que “vem levando”. Ele parece ser mais um dos que compõem a massa de brasileiros que estão desempregados ou trabalham em um subemprego que não possibilita uma vida digna. Ele está sujeito à desigualdade social e ao desafio de viver sem nenhuma garantia de sobrevivência. Uma sexta-feira de compras, associada a um lazer, jamais pertenceu a sua condição de vida. Sendo que o lazer é um dos direitos básicos garantidos pela Constituição Federal a todo cidadão. Assim ele não é um cidadão, já que não possui direitos básicos assegurados pelo Estado. O sujeito se refere a uma cultura comum a todas as pessoas, à exceção dele. Se ele não faz parte daquele grupo, vai ser falha a identificação dessas pessoas por ele, trazendo consequências para essa relação.

A cultura do consumo tem papel importante no deslocamento da agressividade primitiva, pertencente a todas os seres humanos, e inibir também os impulsos sexuais, domesticando corpos e favorecendo o lucro. Portanto, o indivíduo que não inibe seus instintos

deve ser desprezado e desencorajado, colocando-o como uma categoria inferior para que os outros não se reconheçam e depreciem sua condição.

Mais à diante, enquanto os dois percorrem a cidade, o cidadão tenta negociar com o sujeito sugerindo que o que está ocorrendo ser realmente um assalto

O cidadão começa a “pensar demais”. É um frio no peito, mas é justamente isso que provoca pensamentos. Parece que vai soltar o volante e juntar as mãos em uma prece. Não chega a tanto.

-Escuta, eu tenho família...

O sujeito quase se volta pro cidadão, mas é pra mexer num imã do painel, onde uma menina de uns doze anos e uma mulher dos seus quarenta ficam sorrindo pra quem quiser ver. No meio, no mesmo imã, um recado em dourado: “papai, estamos esperando por você”.

O sujeito:

-Problema seu, devia ter pensado melhor antes.

O cidadão ensaia um ódio:

- Olha se você pensa que...

Mas não acaba o que quer que seja. O sujeito interrompe:

- Não penso nada. Tenho fome. Difícil pensar quando se tem fome...

(BONASSI, 2007, p. 24).

A atitude do sujeito parece não se tratar de algo consciente e planejada, mas de uma atitude desesperada de quem não tem o que comer. Indica a ausência de mais um dos seus direitos básicos: a alimentação. O possível criminoso, um cidadão que foi violentado em seus direitos fundamentais, uma vítima da violência política, social e pelo preconceito de classe por um cidadão que o enxerga como um possível assaltante. Ele foi primeiramente violentado através da ausência de políticas públicas efetivas e agora ele passa a ser violentado pelo julgamento do outro, que considera sua aproximação como um ato de violência. Ele é julgado como bandido, sem ter feito nenhum movimento real de ameaça. O cidadão conversa com o sujeito considerando que ele quer levar tudo que lhe pertence, sendo que na realidade, quem faz um movimento violento é o cidadão, mas se relaciona com o sujeito como se ele fosse a vítima.

O cidadão, um passo atrás:

- O carro, minha carteira... cheque, cartão dinheiro... tem aí uma valise de couro legítimo no banco de trás... pode ficar com tudo.

- Eu sei que posso. (BONASSI, 2007, p. 24)

A violência social e política sofrida pelo pobre se esconde na cultura que valoriza e protege classes privilegiadas, sendo essas, vítimas e nunca promotoras da violência, já que entendem que sua ação violenta é justificada. Atos de violência possui interpretações

diferentes conforme a sua origem e de quem ela se origina. A interpretação das atitudes dos homens é julgada através de preconceito em uma sociedade que discrimina o ser humano.

O cidadão não reconhece aquele sujeito com igualdade. É como se o sujeito fosse de uma categoria inferior ao de uma pessoa qualquer, ele é bandido, não pelas suas atitudes, mas pelo seu estereótipo. A cultura ridicularizou e deixou em lugar desfavorável, em relação a outros seres humanos, os pobres e os marginalizados, poderíamos incluir os criminosos, mas somente aqueles criminosos sem poder que a cultura despreza. Devido a isso, coloca essas pessoas como inferiores, impedindo a identificação e a ligação emocional positiva com eles.

Quem tem atitudes agressivas e violentas na narrativa é o cidadão, e ele entende ter justificativa para ter, ele possui mais liberdade em relação ao sujeito.

[...] cidadão desliga o carro com a marcha engatada, largapora cima da calçada dando um murro na porta, salta duas jardineiras mortas, [...]. Cidadão bufa.[...] Cidadão aproveita pra entrar, quase esbarrando nos que saem. (BONASSI, 2007, p. 22)

O poder do sujeito está na arma. Seu falo, signo de poder para psicanálise, é substituído pelo revólver. O sujeito faz questão de ajeitar uma, deixando a ponta da pistola escapar na direção do cidadão [...]. (BONASSI, 2007, p. 24). Não há poder em um homem pobre em uma sociedade capitalista se ele não estiver munido de um revólver. Ele não tem representação social. Ou ele é bandido ou ele não existe. A essa condição, o sujeito se considera como uma pessoa sem sorte. Conforme confere a narrativa:

- Já falei, pô ... acho que você não deu sorte comigo hoje. [...] O sujeito dá passagem e comenta:
- Meu azar não é de hoje. (BONASSI, 2007, p. 22)

O sujeito atribui a sua sorte toda privação de políticas públicas que enfrenta. É como se o que determinasse para uma pessoa passar fome, não ter moradia, saúde fosse advinda de forças superiores e incontroláveis e não uma configuração das relações sociais. É como se ele não fosse consciente da própria sociedade em que vive, e, sim, uma ilusão favorecida pela relação de poder e domínio de um homem pelo outro. Ginzburg acrescenta que “Aquilo que estamos habituados a chamar de pensamento racional, que funciona como justificativa ou pretexto constante para muitos de nossos atos, é muitas vezes um elemento ilusório.” (GINZBURG, 2013, p. 75).

Portar uma arma, para o sujeito, é uma resposta dada a uma sociedade que exclui os que estão à margem e de um Estado que ignora seus direitos e necessidade. Odalia, nesse sentido, reputa que

A violência, hoje, é meio de ataque, mas também de defesa. Ela exprime um inconformismo radical em relação às imperfeições da sociedade. A violência mais cega, aparentemente a mais gratuita – a violência contra a pessoa – é um grito de desespero e de censura [...]. (ODALIA, 1983, p. 90).

Muitas vezes, pessoas que foram marginalizadas usam da violência para responder a violência constante que recebem. É uma reação vinda da ação e/ou omissão de uma sociedade excludente e agressiva. Nessa perspectiva, Costa considera que

Contraviolência, isto sim, é o nome certo dessas ações loucas que aparecem apenas violência. E que se comutam em revelação quando há conversa. Muita coisa que, com o medo e a leviandade dos forasteiros refinados ou dos encastelados, facilmente apontamos como violência dos pobres é na verdade o sinal de que são gente, e gente aviltada. Deviam ser ouvidos. São só temidos e incriminados. (COSTA, 2004, p. 32).

Pellegrini considera que: “[...] a valorização da malandragem equivale à negação dos princípios elementares de justiça, como igualdade perante a lei e ao descrédito das instituições democráticas.” (PELLEGRINI, 1987, p. 19). O pobre compõe a massa de brasileiro sem cara e nome que está sujeito ao outro, até para existir, já que muitas vezes são ignorados ao ponto de se tornarem invisíveis socialmente, compõem o corpo mais frágil e vulnerável da turbulenta vida em sociedade. Eles estão sujeitos a não existirem socialmente, nem seu sofrimento, suas necessidades básicas de sobrevivência, restando como uma das poucas opções existir através da criminalidade ou malandragem como sugere a autora. Sua forma de existir socialmente é através da transgressão, se opondo, muitas vezes inconscientemente, à ausência do Estado, gerando um fruto específico que é na maioria das vezes um ato violento. O espaço urbano passa representar a atmosfera da fragilidade das políticas públicas sociais.

A crônica leva o leitor a perceber o sujeito como ameaça e propulsor da violência. Sendo esse, a vítima da desigualdade social, e assim, os obrigando a expor o submundo no qual estão sujeitos. E mesmo quando estes não se submetem a atos violentos, eles são pré-julgados a esse papel, é um reflexo da cultura do dinheiro completamente interiorizada. Se o indivíduo não possui dinheiro, signo de poder, nele não há valor. Indo mais a diante nessa percepção, ele representa uma ameaça. Germano considera essa realidade como

[...] a subversão dos princípios da civilidade, a escravidão da população à máquina do lucro e do consumo e a negligência da cidade, especialmente dos mais pobres e indefesos, pelas autoridades e setores mais capazes de protegê-la. (GERMANO, 2009, p. 435).

A violência tem sua história e contexto, não sendo uma pura intenção ou comportamento aleatório de um indivíduo específico. É uma configuração social que coloca algumas pessoas mais propícias a atos de violência, mas não sendo estas pessoas responsáveis pela violência. O autor não define na crônica se houve o assalto, mas acusa o desamparo de indivíduos pobres e suas poucas alternativas de sanar suas necessidades básicas de sobrevivência. Acusa também uma sociedade preconceituosa que viola o outro, mascarada em uma cultura ameaçada, que viola o outro com a justificativa de se tratar de defesa pessoal e defesa da ordem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A narrativa contemporânea brasileira que se concentra na temática da violência e dos violentados e na representação de novos personagens: pobres, negros, homossexuais, marginalizados, etc., pessoas sobre as quais reflete a obra de Fernando Bonassi. Ele apresenta em *A boca no mundo* violências exercitadas com contornos diversos. Ela é recoberta de formas sutis, aparentemente tímida e, muitas vezes, se faz parecer como necessária ou natural da vida em sociedade. Essas violências estão tão bem configuradas no cotidiano, em práticas diárias, que perderam o caráter impetuoso, favorecendo a manutenção da violência e impunidade de seus autores.

Uma das condições básicas para o exercício da violência é a ideologia exercida na sociedade brasileira, a ideologia de dominação de uma classe pela outra. Essa ideologia opera desprezando a individualidade de cada ser humano e ferindo os direitos humanos. Parte do pressuposto de que todo indivíduo tem as mesmas condições sociais, políticas, econômica, físicas e cognitivas. Como se fosse dono do próprio destino e circunstâncias, podendo escolher com grande liberdade o certo e o errado. Ignora toda a condição humana e histórica a que estamos sujeitos e limita comportamentos tidos como adequados ou não. A ideologia regula para esvaziar o sujeito de sua subjetividade e servir a um comportamento adequado ao modelo estabelecido pelas elites.

Por conseguinte, operam as relações de poder e dominação de uma classe pela outra, sem isso ficar claro para cada classe. A ideologia burguesa ignora a desigualdade social, as questões históricas de cada grupo e impede que os seus membros compartilhem da mesma cegueira. Isso é possível através de aparelhos ideológicos do Estado: a escola, a polícia e a religião, que contribuem para formar condições materiais de dominação de um grupo pelo outro.

A escola é uma das instituições mais importantes para formação de opiniões e tem instaurada em seu corpo métodos de dominação. Valorizando algumas capacidades e desprezando outras. Se ensina desde cedo a obediência e o silenciamento diante de um único detentor do saber, o professor. Qualquer comportamento fora do molde escolar deve ser castigado e desestimulado, engendrando o protótipo de mando e obediência, fundamental para a relação de seres superiores e inferiores, importante para a reprodução do modo capitalista, garantindo a exploração. Para um homem dominar o outro, este último tem que se perceber como inferior ou incapaz de ir contra a dominação.

Outro aparelho ideológico é a polícia que funciona a partir da repressão. Todo comportamento que estiver fora da ordem social deve ser reprimido e eliminado. Quem considera o que é ordem social é a classe dominante. É ela quem vai determinar o que é permitido e a quem é permitido, matar para esse órgão, significa socialmente proteção, tornando um ato institucionalmente permitido. É um espaço legítimo para a violência. Esse órgão de repressão está consagrado para o favorecimento das classes dominantes, submetendo a classe dominada a obediência. Através de seus órgãos auxiliares consegue controlar corpos e comportamentos.

A religião, mais um aparelho de ideologia do Estado, se exerce através da aceitação e da transferência da responsabilidade e atuação do Estado para uma força superior e inquestionável. A religião atua para promover a aceitação de comportamentos violentos e opressores da classe dominante, entendendo a pobreza, doença, miséria, entre outras mazelas do ser humano como providência divina para conquistar o céu. Torna indivíduos passivos da própria condição e atribui a um Deus a responsabilidade e consequências das ações e omissões do Estado, através de uma aceitação do inadmissível.

É desvendado a partir dessa concepção toda prática violenta exercida na nossa sociedade e desvenda também mitos constituintes da nossa nação, considerada como descoberta, sendo, na verdade, sucessivos ataques de violência, uma utopia de ordem, progresso, igualdade sem fornecer condições materiais para isso.. Para Ginzburg, “a história do Brasil é constituída de modos violentos, desde a colonização, a escravidão, passando pelas ditaduras até o presente.” (GINZBURG, 2013, p. 9).

É a partir dessa vertente que se inserem no nosso cotidiano indivíduos violados socialmente, psicologicamente, simbolicamente, politicamente e estruturalmente. Essas violências quase nunca aparecem de modo isolado e de fácil reconhecimento. Isso se deve pelo fato de serem práticas enraizadas na nossa sociedade e também pela sua frequência, naturalizando o sofrimento, a pobreza, a dominação de um homem pelo outro. São constantes sinais comportamentos de barbárie em meio à aparente civilização. A nossa sociedade extremamente verticalizada nos impede de enxergar no horizonte o sonho da igualdade. Existe uma dissimulação no que se refere a mitos brasileiros e ao que entende como uma nação una e igualitária. É isso que perseguimos para desmascarar, objetivando esclarecer as relações humanas como força de combater as violências institucionalizadas existente nas práticas sociais do nosso país.

Bonassi traz, através da sua narrativa, a materialidade dessa relação opressora e violenta, aniquilando qualquer mito de uma nação pacífica e igualitária. Rompe com a expressão do belo, sem romper com a arte. Acende luz a personagens pobres, marginalizados, algumas vezes, violentos e violentados. Uma violência exercida através da política, do relacionamento social e da institucionalização de comportamentos agressivos e violentos.

REFERÊNCIAS

ADORNO. Theodor. Wiesengrund. *Educação e Emancipação*. Porto Alegre: Paz e Terra, 2014.

AIMÉE, Aline. *Crônica em foco – revisão da crítica e análise das características do gênero*. Rio de Janeiro: CIFEFIL, 2008.

ALBUQUERQUE, J. A.G. “Introdução: Althusser, A ideologia e as Instituições. In: *Aparelhos Ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE) / Louis Althusser; trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros Castro*. Rio de Janeiro: Edição Graal, 2001.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE) / Louis Althusser; trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros Castro*. Rio de Janeiro: Edição Graal, 2001.

ARRIGUCCI, Davi, Júnior. Fragmentos sobre a crônica. In: _____ *Enigma e comentário: ensaios sobre leitura e experiência*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

BONASSI, Fernando. *A boca no mundo: 100 crônicas de Fernando Bonassi*. São Paulo: Novo Século Editora, 2007.

BONASSI, Fernando. *Passaporte*. São Paulo: Cosac & Naif, 2001.

BONASSI, Fernando. *Subúrbio*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

BONASSI, Fernando. *100 histórias colhidas na rua*. São Paulo: Scritta, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989, p. 6-16.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Organizado por Cláudio Brandão de Oliveira. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2002.

BRASIL. *Relatório mundial de saúde, 2006: trabalhando juntos pela saúde*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, OMS, 2018. Disponível em: www.opas.org.br/mostrantp.cfm?codigodest=586>. Acesso em: 10 jun 2019.

CANDIDO, Antonio. A vida aos rés-do-chão. In: *Pra gostar de ler: crônicas*. Volume 5. São Paulo: Ática, 1992.

CANDIDO, Antonio. Crítica e sociologia. In: _____. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2003.

CANDIDO, Antonio. A nova narrativa. In: _____. *Educação pela noite e outros ensaios*. Volume 3. São Paulo: Ática, 1989.

CHAUI, Marilena. *A não-violência do brasileiro, um mito interessantíssimo*. São Paulo: Almanaque 11- Educação ou conversa, 1980.

CHAUI, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CONTI, Thomas. *Os conceitos de violência direta, estrutural e cultural*. 2016. Disponível em: <<http://thomasvconti.com.br/2016/os-conceitos-de-violencia-direta-estrutural-e-cultural/>> Acesso em: 12 de abr. 2019.

COSTA, Fernando, Braga. *Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social*. São Paulo: Editora Globo, 2004.

COUTINHO, Afrânio. Ensaio e crônica. In: _____. *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Olympio Editora, 1971.

CRUZ, Aldécio, Souza. *Narrativas Contemporâneas da violência: Fernando Bonassi, Paulo Lins e Ferrez*. Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <<file:///home/flavia/Transfer%C3%A0ncias/tese%20bonassi%20-%20lins%20-%20ferrez.pdf>> Acesso em: 02. dez. 2019.

DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 11, p. 1163-1178, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/csc/2006.v11suppl0/1163-1178/pt>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

FERNANDES, Glauber, Costa. *A realização de cidade na ficção literária de Fernando Bonassi*. Ilhéus, 2012. Acesso em: <<http://www.biblioteca.uesc.br/biblioteca/bdtd/201060042D.pdf> > Acesso em 02. dez. 2019

FERREIRA, Raquel, Linares. *O gênero crônica e suas peculiaridades tipológicas*. 2015. 88f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

FREUD, Sigmund. *Psicologia das massas e análise do eu*. Tradução Renato Zwick. 10. ed. Porto Alegre: L&PM, 2009.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na cultura*. Tradução Renato Zwick. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 2015.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Tendências da prosa literária. In: _____. *As musas sob assédio: literatura e indústria cultural no Brasil*. São Paulo: Editora Senac, 2005.

GERMANO, Idilva, Maria. *As ruínas da cidade grande: imagens da experiência urbana na literatura brasileira contemporânea*. Estudos e pesquisa em psicologia, UERJ, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <file:///home/flavia/Transfer%C3%Aancias/9113-31976-1-SM.pdf>. Acesso em 28 out. 2019.

GINZBURG, Jaime. *Literatura, Violência e Melancolia*. Campinas: Autores Associados, 2013.

GINZBURG, Jaime. Literatura e Direitos Humanos: notas sobre um campo de debates; A violência na literatura brasileira: notas sobre Machado de Assis, Graciliano Ramos e Guimarães Rosa. In: *Crítica em tempos de violência*. 2010. Disponível em:<https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2015/03/tese-de-livre-docencia-jaime-ginzburg-a_copy.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2019.

JACOBY, Graziela, Ines. *A representação da violência em um Céu de estrelas, de Fernando Bonassi*. Santa Maria, 2015. Disponível em: <file:///home/flavia/Transfer%C3%Aancias/Jacoby,%20Graziela%20Ines%20(2).pdf> Acesso em: 04. ago. 2019

MENDES, F. M. *A linguagem da violência nos contos de famílias terrivelmente felizes de Marçal Aquino*. São Paulo: Cultura Academica, 2015.

MATOS, Adriana, Dória. *Flagrantes de rua Centros urbanos brasileiros e marginalidade nas crônicas de João do Rio e Fernando Bonassi*, 2007. Disponível em: <file:///home/flavia/Transfer%C3%Aancias/disserta%C3%A7%C3%A3o%20cr%C3%B4nica%20bonassi.pdf> Acesso em: 01. dez. 2019.

NIETZSCHE, Friedrich, Wilhelm. *Além do bem e do mal*. Tradução Carlos Duarte. 1. ed. São Paulo: Martin Claret, 2015.

ODALIA, Nilo. *O que é violência?* São Paulo: Brasiliense, 1983.

PELLEGRINI, Tania. Ficção brasileira contemporânea: assimilação ou resistência?. *500 anos de descobertas literárias*. Universidade de Brasília, Brailia, n. 35, p. 54 – 64, mar./abr. 2000.

PELLEGRINI, Tânia. No fio da navalha: literatura e violência no Brasil de hoje. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 24. Brasília: Horizonte, 2004.

PELLEGRINI, Tânia. As vozes da violência na cultura brasileira contemporânea. *Crítica marxista*, v. 21, 2005. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo124critica21-A-pelegrini.pdf>. Acesso: 20 out. 2019.

PEREIRA, Cilene Margarete. Instantâneos do cotidiano (da grande cidade): apontamentos sobre *100 histórias colhidas na rua*, de Fernando Bonassi. In: PORTO, Ana Paula; PEREIRA, Cilene Margarete; DEFILLIP, Juliana Gervason. *Leituras da Literatura Brasileira Atual (1990-2018)*. Rio de Janeiro: Ed. Multifoco, 2018.

OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

REBINSKI, Luiz; SANTOS, Marcio Renato. Um romance de geração. *Jornal da biblioteca pública do Paraná*. Curitiba, 2013. Disponível em <http://www.candido.bpp.pr.gov.br/bonassi> Acesso em: 15. jun. 2019.

RESENDE, Beatriz. A literatura brasileira na era da multiplicidade. In:_____ *Contemporâneos: expressões da literatura brasileira no século XXI*. Rio de Janeiro: Casa da palavra: Biblioteca Nacional, 2008. pp. 15-40.

ROCHA, Natasha Fernanda Ferreira. *Estilhaços cotidianos: a ficção de Fernando Bonassi*. 2016. 117f. Dissertação (Mestrado em Letras)-Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

RUFFATO, Luiz. Bonassi e a dimensão política da escrita. *Jornal de Poesia*. Fortaleza, 2006. Disponível em: <<http://www.jornaldepoesia.jor.br/lruffatto6.html>>. Acesso em: 01. ago. 2019. SÁ, Jorge. *A crônica*. São Paulo: Ática, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth. Iara. Bongiovani. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTIAGO, Silviano. *Nas malhas da letra*. São Paulo: Cia das Letras, 1989. pp. 11-23.

SCHOLLHAMMER, Karl. Erik. *Cena do crime: violência e realismo no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

SCHOLLHAMMER, Karl. Erik. *Ficção brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009.

SIMON, Luiz Carlos. *Duas ou três páginas despreziosas: a crônica, Rubem Braga e outros cronistas*. Londrina: EDUEL, 2011.

TRISTÃO; Talita Carlos. *As crônicas de Fernando Sabino "Poesia de Observação"*. 2013. 107f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações, 2013.

VELOSO, Dulce Mirian. A estética da globalização em Passaporte, de Fernando Bonassi. Montes Claros: Biblioteca Central Professor Antônio Jorge, 2018. Disponível em: <<http://www.abralic.org.br/downloads/e-books/e-book02.pdf>>. Acesso em: 02. ago. 2019.

ZALUAR, Alba. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 31-49, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n61/a03v2161>>. Acesso em: 15 maio 2019.